



PUC- Minas e Rede Brasileira de Estudos da China apresentam:

9^o SEMINÁRIO PESQUISAR CHINA CONTEMPORÂNEA & 7^o Encontro da Rede Brasileira de Estudos da China

6 a 8 de outubro de 2025

PUC - Minas

mais informações:

<https://rbchina.com.br>

@rbchinaoficial

@pesquisarchina

@pucminas



SEMINÁRIO PESQUISAR CHINA CONTEMPORÂNEA

06 a 08 de outubro de 2025

Local: PUC-Minas

Organização

PUC-Minas
Grupo de Estudos Brasil-China - UNICAMP
Rede Brasileira de Estudos da China - RBChina

Comissão Científica (ordem alfabética)

Alexandre de Podestá Gomes
Antonio Florentino Neto
Célio Hiratuka
Javier Vadell
Kelly Ferreira
Mariana Hase Ueta
Niklas Werner Weins
Tom Dwyer

Comissão Organizadora (ordem alfabética)

Ana Carolina Costa	Pedro Francez
Ana Carolina Zappa	Rafael Lima
Danilo Augusto da Silva Horta	Raul Gomes
Diego Amorim	Ricardo Alves Moreira Mazzeo
Edgard Gonçalves Cardoso	Ronaldo Fernandes
Eduardo Borges	Samuel Spellmann
Gabriela Bitencourt	Talita de Mello Pinotti
Higor de Freitas	Tauan Sousa
Kelly Ferreira	Thiago Lima
Leonardo Mitiashi	Vítor Eduardo Alessandri Ribeiro
Luana Bramorski Cerqueira Cesar	Yasmin Lenz Piccoli Castelli
Mariana de Rossi Venturini	Yumi Wada
Murilo Fagundes	

Programação

Segunda - 06/10	Terça 07/10	Quarta 08/10
<p>Manhã</p> <p>09:00h - 09:30h Sessão solene de abertura</p> <p><i>Representando o reitor, Prof. Martinho Campolina Rebello (Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação)</i></p> <p><i>Profa. Mariana Balau (Chefe do Departamento de RI),</i></p> <p><i>Prof. Javier Vadell (Organizador do Evento);</i></p> <p><i>Conselheiro Ministro Li Qi (Embaixada da China no Brasil); Representante da organização RBChina.</i></p> <p><i>Presidente da FUNAG, Embaixador Raphael Azeredo</i></p> <p>9:40h - 11:10h Tema: Relação China-Brasil: cenários de cooperação.</p> <p><i>Moderador: Javier Vadell (PUC Minas)</i></p> <p><i>Expositores:</i> <i>Giorgio Romano (UFABC)</i></p> <p><i>Ministro Almir Lima Nascimento, Diretor do IPRI (FUNAG)</i></p> <p>11:20h - 12:30h Palestra sobre Filosofia Chinesa contemporânea:</p> <p><i>Prof. Antonio Florentino Neto (UNICAMP)</i></p>	<p>Manhã</p> <p>9:00h - 10:15h</p> <p>Lançamento de livros</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Dicionário sobre o Socialismo chinês ➤ Cooperação China - América Latina para o Desenvolvimento Verde <p><i>Expositores:</i> <i>Diego Pautasso (UFRGS)</i></p> <p><i>Diego Guo (CASS- Institute of Latin American Studies) [online]</i></p> <p><i>Filipe Porto (OPEB/UFABC) [online]</i></p> <p>10:25h - 12:10h Tema: Investimentos e comércio da China na América Latina</p> <p><i>Moderador: Eduardo Borges (FGV-Brasília)</i></p> <p><i>Expositores:</i> <i>Célio Hiratuka (UNICAMP)</i></p> <p><i>Tulio Cariello (Conselho Empresarial China-Brasil - CEBC)</i></p> <p><i>Carlos Pinkusfeld (Presidente Centro Celso Furtado)</i></p> <p><i>Enrique Dussel Peters (UNAM) [online]</i></p>	<p>Manhã</p> <p>9:00h - 12:30h - GTs Apresentações de pesquisas e debates do 9º Seminário Pesquisar China Contemporânea (pós-graduandos e iniciação científica)</p> <p>(GT 6 em horário alternativo)</p> <p>2º Dia dos GTs 9º SPCC (4 GTs presenciais e 4 Online – 8 a 10 participantes cada)</p>
<p>Almoço</p>		

9º SEMINÁRIO PESQUISAR CHINA CONTEMPORÂNEA

& 7º encontro da Rede Brasileira
de Estudos da China

<p>Tarde</p> <p>14:00h - 15:30h</p> <p>Tema: Disputas geopolíticas e cooperação internacional</p> <p><i>Moderador: Vinicius Tavares (PUC Minas)</i></p> <p><i>Expositores:</i></p> <p><i>Marcos Cordeiro (UNESP)</i></p> <p><i>Natacha Rena (UFMG)</i></p> <p><i>Luís Paulino (UNESP)</i></p> <p>15:40h - 17:10h</p> <p>Tema: Recursos naturais e minerais críticos</p> <p><i>Moderador: Alexandre Leite (UEPB) [online]</i></p> <p><i>Expositores:</i></p> <p><i>Geraldo Reis (UNIMONTES)</i></p> <p><i>Michelle Ratton (FGV-SP)</i></p> <p><i>Demétrio Toledo (UFABC)</i></p> <p>17:20h - 18:50h</p> <p>Tema: O papel da China na transição energética global</p> <p><i>Moderadora: Matilde de Souza (PUC Minas)</i></p> <p><i>Expositores:</i></p> <p><i>Thiago Mendes (PUC Minas)</i></p> <p><i>Alexandre Leite (UEPB) [online]</i></p> <p><i>Laura Urrejola (UnB/IREL)</i></p>	<p>Tarde</p> <p>13:40h - 15:30h</p> <p>Tema: Experiências brasileiras na China</p> <p><i>Moderadora: Daniela Secches (PUC Minas)</i></p> <p><i>Expositores:</i></p> <p><i>Evandro Carvalho (UFF-FGV)</i></p> <p><i>Mariana Burger (PUC-Minas)</i></p> <p><i>Elias Jabbour (Instituto Pereira Passos)</i></p> <p>15:30h - 16:00h - Intervalo</p> <p>16:00h - 17:40h</p> <p>Tema: Sociologia da China: Perspectivas Brasileiras</p> <p><i>Moderador: Samuel Spellmann (PUC-Minas)</i></p> <p><i>Expositores:</i></p> <p><i>Tom Dwyer (UNICAMP)</i></p> <p><i>Celi Scalon (UFRJ) [online]</i></p> <p><i>Glauco Arbix (USP) [online]</i></p> <p>18:00h - 20:00h - GTs</p> <p>Apresentações de pesquisas e debates do 9º Seminário Pesquisar China Contemporânea (pós-graduandos e iniciação científica)</p> <p>(GT 6 em horário alternativo)</p> <p>1º Dia de GTs 9º SPCC</p> <p><i>(4 Grupos de Trabalhos presenciais e 4 Online – 8 a 10 participantes cada)</i></p> <p>20:30h -21:30h</p> <p>Guest Lecture: organized by the CASS- Unicamp Center for China Studies</p> <p>Tema: Chinese Online Literature: Current Development and Overseas Outreach</p> <p><i>Moderadores: Tom Dwyer (UNICAMP)</i></p> <p><i>Javier Vadell (PUC-Minas)</i></p> <p><i>Expositora:</i></p> <p><i>Tang Qiao (CASS)</i></p> <p>21:30h - Encerramento – RBChina</p>	<p>Tarde</p> <p>14:00h – 15:30h</p> <p>Apresentações de pesquisas e debates do 9º Seminário Pesquisar China Contemporânea (pós-graduandos e iniciação científica)</p> <p><i>Mesa 1 - Humanidades</i></p> <p><i>Moderador: Vítor Eduardo Alessandri Ribeiro (UFRGS)</i></p> <p><i>Mayara Araujo (UFF)</i></p> <p><i>Beatriz Carmo e Silva (UFMG)</i></p> <p><i>Gabriela Campelo Aragão Bitencourt (UFMG) [online]</i></p> <p><i>Josué Kuhn Völz (UnB)</i></p> <p>15:30h – 16:00h - Intervalo</p> <p>16:00h - 17:30h</p> <p>Apresentações de pesquisas e debates do 9º Seminário Pesquisar China Contemporânea (pós-graduandos e iniciação científica)</p> <p><i>Mesa 2 - RI e Economia</i></p> <p><i>Moderador: Kelly de Souza Ferreira (PUC-Campinas)</i></p> <p><i>Samuel Spellmann (PUC-Minas)</i></p> <p><i>Fernanda Cristina Ribeiro Rodrigues (Skema Business School Brasil)</i></p> <p><i>Iracema Eliza de Vasconcellos Moreira (UnB)</i></p> <p><i>Érico Rodrigo Mineiro Pereira (UESB)</i></p> <p>17:30h - 19:00h</p> <p>Mesa de encerramento 9SPCC</p> <p><i>Moderador: Samuel Spellmann (PUC-Minas)</i></p> <p><i>Isis Paris Maia (UFRGS)</i></p> <p><i>Diego Amorim (Unicamp)</i></p> <p><i>Pedro Francez (PUC-Minas)</i></p> <p><i>Melissa Cambuhy (UERJ)</i></p> <p>19:00h - Encerramento – 9SPCC</p>
---	---	---

9º SEMINÁRIO PESQUISAR CHINA CONTEMPORÂNEA & 7º encontro da Rede Brasileira de Estudos da China



PUC - Minas e Rede Brasileira de Estudos da China apresentam:

9º SEMINÁRIO PESQUISAR CHINA CONTEMPORÂNEA & 7º Encontro da Rede Brasileira de Estudos da China

6 a 8 de outubro de 2025

PUC - Minas

mais informações:

<https://rbchina.com.br>

@rbchinaoficial

@pesquisarchina

@pucminas



9º SEMINÁRIO PESQUISAR CHINA CONTEMPORÂNEA & 7º encontro da Rede Brasileira de Estudos da China



PUC- Minas e Rede Brasileira de Estudos da China apresentam:

7º ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE ESTUDOS DA CHINA

& 9º SEMINÁRIO PESQUISAR CHINA CONTEMPORÂNEA

6 a 8 de outubro de 2025

PUC - Minas

mais informações:

<https://rbchina.com.br>

@rbchinaoficial

@pesquisarchina

@pucminas



SUMÁRIO

Programação	0
Mesas	7
Mesa Temática 1 - Humanidades	7
Mesa Temática 2 - RI e Economia	11
Mesa Temática 3 – Convidados RBChina	15
Grupos de Trabalho	19
GT 1 - Presencial - Humanidades	19
GT 2 - Presencial - Economia	25
GT 3 - Presencial - RI	34
GT 4 - iniciação científica - Presencial - Graduação	42
GT 5 - Online - Humanidades	50
GT 6 - Online - CP, território e meio ambiente	60
GT 7 - Online - Economia	70
GT 8 - Online - RI	80
GT 9 - iniciação científica - Online - Graduação	91

Mesas

Mesa Temática 1 - Humanidades

A PRESENÇA DA CHINA NA CIRCULAÇÃO CIENTÍFICA GLOBAL: UM ESTUDO A PARTIR DA ÁREA DA COMUNICAÇÃO

Mayara Araujo (UFF)

Wanderley Anchieta (UFF)

Manoela Mayrink (UFF)

Thaiane de Oliveira (UFF)

Nos últimos anos, a área da Comunicação tem sido atravessada por chamados à desocidentalização (Waisbord & Mellado, 2014), como forma de questionar a centralidade de marcos teóricos e instituições do Norte Global na legitimação do conhecimento científico. Em consonância com esse movimento, os BRICS têm buscado fortalecer suas relações em Ciência, Tecnologia e Inovação, inclusive por meio de cooperação universitária (Albuquerque & Lycarião, 2018). Ainda que promissoras, tais iniciativas tendem a privilegiar as “ciências duras”, relegando as Humanidades e Ciências Sociais a segundo plano (Finardi, 2015), contribuindo para a manutenção de desigualdades na circulação internacional de conhecimento.

Analisamos como essas assimetrias se manifestam no campo da Comunicação através de um mapeamento da presença de pesquisadores de instituições do BRICS no congresso anual da International Communication Association (ICA). O levantamento foi feito com base na programação entre 2020 e 2024, considerando o número de pesquisadores, afiliações e o país de origem das universidades. A análise revelou uma disparidade notável: a China se destaca de forma expressiva em relação aos demais BRICS, tanto em termos quantitativos quanto na diversidade de instituições. Essa presença é ainda mais significativa considerando que o ICA é um evento organizado por instituições ocidentais, com predominância do uso do inglês, embora afirme se preocupar com as desigualdades nos padrões internacionais de excelência acadêmica (Livingstone, 2007). A proeminência chinesa desafia a lógica tradicional de marginalização dos países não-anglófonos e suscita questões: que estratégias têm sido adotadas pela China para alcançar tal inserção? O que diferencia sua atuação da dos demais países do BRICS?

Argumentamos que o caso chinês está ligado a políticas institucionais de internacionalização acadêmica, como incentivos financeiros para publicações de alto impacto, parcerias com universidades ocidentais e esforços de mobilidade de talentos (Demeter, 2019). Tais estratégias, ainda que operem dentro da lógica de prestígio do Norte

Global, têm contribuído para reposicionar a China internacionalmente, inclusive nas Humanidades.

Este trabalho apresenta os resultados da primeira etapa da pesquisa “Comunicação Científica nos BRICS: Aprimorando Capacidades de CTI e Fortalecendo Projeto de Soberania Nacional e Epistêmica”, com financiamento do CNPq. A segunda fase consiste em entrevistar pesquisadores BRICS, visando compreender os desafios enfrentados por esses acadêmicos para se inserirem em espaços internacionais como o ICA.

Palavras-Chaves: Geopolítica do Conhecimento; Comunicação; BRICS; China.

**SMART CITIES: SÍNTESE DOS CRITÉRIOS ACERCA DO CONCEITO E ANÁLISE
COMPARATIVA ENTRE BELO HORIZONTE E WUHAN**

Beatriz Carmo e Silva (UFMG)

A incorporação da tecnologia ao planejamento urbano e regional tem se consolidado globalmente por meio das chamadas Smart Cities (Cidades Inteligentes), impulsionadas pela Revolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Este estudo tem como objetivo analisar como os critérios vêm sendo utilizados para definir e ranquear tais cidades, além de examinar como países do Sul Global, como Brasil e China, vêm aplicando esse conceito.

A pesquisa partiu da sistematização de rankings internacionais, reunindo dados como nome dos documentos, número de edições, cidades analisadas e variáveis consideradas, como sustentabilidade, conectividade, saúde, cultura, governança, educação, economia e mobilidade. Tecnologias como Inteligência Artificial (IA) e Internet das Coisas (IoT), embora centrais ao conceito, ainda são pouco abordadas nesses rankings.

Além disso, foram analisadas produções acadêmicas nas plataformas Scopus e Web of Science, com o auxílio do software VOSviewer. Os resultados evidenciaram a ausência de uma definição única para Smart City e destacaram a valorização de recursos humanos integrados à tecnologia em áreas como automação predial, gestão de resíduos e segurança. Por outro lado, também emergiram críticas ao uso mercadológico do termo e preocupações com vigilância, privacidade e segurança digital.

Para compreender como essas diretrizes se traduzem em ações concretas, foi realizada uma análise comparativa entre Belo Horizonte e Wuhan, duas cidades do Sul Global com características distintas. Belo Horizonte apresentou 11 iniciativas, com destaque para o compartilhamento de dados urbanos e a atuação da PRODABEL. Já Wuhan apresentou 20 iniciativas, caracterizadas pela integração avançada de tecnologias como Big Data, IA e IoT, refletindo uma política urbana mais centralizada e tecnológica.

A nível federal, Brasil e China também têm adotado políticas específicas para fomentar cidades inteligentes. No Brasil, destacam-se iniciativas como o Comitê Gestor da Internet (1995), o Plano Nacional de Banda Larga (2011), o Marco Civil da Internet (2014), a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (2018) e a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (2021). Na China, documentos como o Plano Geral da China Digital (2012), o Plano Nacional de Inteligência Artificial (2017) e o 14º Plano Quinquenal (2021) estabelecem metas ambiciosas, com destaque para a adoção da IA como estratégia nacional, visando liderar globalmente o desenvolvimento e a aplicação dessa tecnologia até 2030.

Conclui-se que a articulação entre tecnologia, território e políticas públicas é essencial para a construção de cidades mais resilientes, sustentáveis e inclusivas. Apesar de o conceito de Smart City ter sido impulsionado por corporações do Norte Global, países como China e Brasil vêm desenvolvendo abordagens próprias: Wuhan com políticas coordenadas e tecnológicas sob forte controle estatal, e Belo Horizonte com iniciativas públicas pontuais, mas ainda carente de integração nacional. A soberania tecnológica enfrenta desafios impostos pelo neoliberalismo e pela concentração de dados nas big techs, o que reforça a necessidade de um uso estratégico da tecnologia por instituições públicas, combinado com políticas que promovam a cooperação Sul-Sul, como nos BRICS

Palavras-Chaves: Tecnologia; Smart City; Belo Horizonte; Wuhan; Parcerias Sul-Sul.

A ERA DO DESENVOLVIMENTO INFRAESTRUTURAL NO SUL GLOBAL: O POTENCIAL DE GRANDES PROJETOS DE INFRAESTRUTURA E INTEGRAÇÃO TRANSNACIONAL PARA UMA COMUNIDADE DE DESTINO COMPARTILHADO PARA A HUMANIDADE

Gabriela Campelo Aragão Bitencourt (Escola de Arquitetura (EA) da UFMG)

No século XIX, o interesse geoeconômico imperialista acarretou a transferência tecnológica ferroviária aos países recém-independentes da América Latina e Caribe (ALC) sob o lema da modernização. Posteriormente, no século XX, esse processo de expansão ferroviária desigual entra em declínio devido aos ideais rodoviaristas e neoliberais, resultando na atual estagnação do projeto de integração regional latino-americano. Do outro lado do mundo, através de um investimento infraestrutural sem precedentes, a República Popular da China (RPC) atualmente inaugura um cenário de integração físico-digital que antecipa o futuro da interconectividade global para o século XXI. Hoje, a China apresenta a mais extensa malha ferroviária de High Speed Rail (HSR) do mundo, concentrando cerca de 70% do total global em seu território nacional, e atua como um dos principais agentes financiadores e executores de projetos de infraestrutura e conectividade terrestre, marítima e digital no Sul Global, por meio da iniciativa Belt and Road Initiative (BRI). Tal projeto concretiza uma nova racionalidade diplomática internacional de caráter desenvolvimentista e multilateral, além de propagar estratégias de cooperação win-win que visam avanço do “Desenvolvimento de Alta Qualidade” e a construção conjunta de uma “Comunidade de Destino Compartilhado para a Humanidade”. Diante disso, a pesquisa levanta as contemporâneas iniciativas de transporte sobre trilhos desenvolvidas com apoio financeiro e/ou técnico-construtivo chinês na ALC durante o século XXI. Para isso, uma série de diagramas e elaborações gráficas autorais foram criadas com o intuito de analisar: a linha do tempo dos projetos desenvolvidos e a respectiva estimativa dos investimentos financeiros chineses na região; o status de execução dos projetos; as tipologias dos modais financiados e seus respectivos meios de mobilidade; as modalidades dos acordos financeiros e tipologias de projetos, a presença de acordos de transferência tecnológica; o vínculo dos projetos à planos de desenvolvimento e de mobilidade nacional em suas diversas escalas administrativas e geográficas, além do levantamento dos atores nacionais, atores financeiros e executores (empresas chinesas) envolvidos com os projetos catalogados. Como resultado, aponta-se para a retomada de pontuais projetos infraestruturais na região e uma janela de oportunidade quanto ao avanço no processo de integração e conectividade regional latino-americano, catalisado pelas tendências contemporâneas euroasiáticas de mobilidade via corredores econômicos e projetos transnacionais de conectividade, especialmente na modalidade dos Trens de Alta Velocidade. Ademais, a tese visa problematizar a questão da fragmentação regional na ALC, mas acima de tudo, vislumbrar cenários oportunistas para a integração regional, abordando o estudo de caso da China-Laos HSR, que se trata da primeira ferrovia mista e de alta velocidade que vislumbra a integração regional do Sudeste Asiático via Corredor Econômico China-Península da Indochina (China-Indochina Peninsula Economic Corridor - CICPEC).

Palavras-Chaves: Desenvolvimento; Planejamento Territorial; Integração Regional; América Latina e Caribe; China.

CHINA RELACIONAL: O USO DAS TERRAS RARAS ENTRE 1991 E 2015

Josué Kuhn Völz (UnB)

Vitor dos Santos Bueno (UnB)

Desde a década de 1990, a China vem se consolidando como o principal ator global na extração e no refino dos Elementos de Terras Raras (ETR), como resultado do seu enfoque estratégico. Esse direcionamento tático encontra um de seus marcos iniciais na publicação da Lista de Recursos Minerais Estratégicos pelo Conselho de Estado chinês, em 1991, documento que já apontava os ETR como insumos vitais — tanto para o desenvolvimento tecnológico quanto para a segurança nacional¹. Tal orientação é marcada pelo então primeiro-ministro Deng Xiaoping, que, em 1992, durante visita ao maior depósito mundial de ETR em Bayan Obo, afirmou: “existe petróleo no Oriente Médio e existem Terras Raras na China”².

A partir desse ponto, a China estruturou uma trajetória de investimentos e controle sobre toda a cadeia produtiva dos elementos, alcançando, em 2009, o domínio de 98% do mercado global de ETR³, além de registrar avanços significativos em pesquisa voltada para aplicações tecnológicas de seus recursos⁴. Atualmente, a posição chinesa é central: o país detém cerca de 40% das reservas globais conhecidas, responde por 68% da produção mineira mundial e mais de 90% da capacidade de refino — além de ser também o maior consumidor de ETRs⁵. Esse protagonismo reforça a necessidade de considerar o papel estrutural da China na governança global da cadeia de terras raras.

A partir dessa configuração, a compreensão da influência chinesa sobre os ETR pode ser enriquecida pelo conceito de poder relacional. O poder relacional é um conceito construído diante da Teoria Relacional, inserida na Escola Chinesa, e que constrói sua argumentação na interconexão dos atores e de suas capacidades. Diferentemente das concepções tradicionais de poder como algo fixo ou acumulável, o poder relacional é caracterizado por ser compartilhável, permutável e expansível a partir do uso. Fundamentada na ideia de que o poder reside nas relações intersubjetivas, essa teoria propõe que os recursos tornam-se acessíveis e operacionais por meio do relacionamento entre os atores, promovendo, assim, um processo de empoderamento mútuo⁶.

Diante do breve histórico apresentado sobre terras raras e a ascensão chinesa nesse nicho, este trabalho visa analisar as interações interestatais no período que parte de 1991 e vai até 2015 — ano que marca um novo momento de reorganização, tanto de suas políticas internas, quanto do mercado internacional. A análise conjuntural evolutiva desse processo de interação entre os agentes diante do crescimento da importância dos ETR, busca mostrar como a China se consolidou em um agente extra regional para o avanço tecnológico global. Concomitantemente, busca-se trazer convergências e divergências ao longo desse período com outros Estados.

Palavras-Chaves: China; Elementos de Terras Raras; Teoria Relacional.

Mesa Temática 2 - RI e Economia

O “GÊMEO VERMELHO” DO CAPITAL MONOPOLISTA: HIBRIDISMO E TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO NA CHINA

Samuel Spellmann (PUC-Minas)

O artigo analisa a forma singular assumida pelo capital na China contemporânea, caracterizada como “gêmeo vermelho” do capital monopolista. Tal configuração resulta do hibridismo entre formas públicas e privadas de propriedade, mobilizadas pelo Estado para sustentar a transição ao socialismo. Embora integre-se ao mercado mundial, a China preserva a centralidade do capital público, sob coordenação direta do Partido Comunista, negando o caráter monopolista-financeiro típico do capitalismo global. O texto examina dados sobre propriedade, investimento e internacionalização das empresas chinesas, revelando que mais de três quartos dos ativos das maiores corporações nacionais estão sob controle estatal. Esse arranjo permite planejamento econômico centralizado, redirecionamento de fatores produtivos e absorção seletiva do investimento externo, preservando a autonomia estratégica. O hibridismo, ao mimetizar formas capitalistas sem reproduzi-las integralmente, constitui instrumento de superação gradual do capitalismo, ancorado no desenvolvimento tecnológico e no fortalecimento da economia doméstica. No plano internacional, essa configuração sustenta o reposicionamento da China como núcleo de um sistema econômico multipolar, tensionando a hegemonia estadunidense e impulsionando a construção de uma nova ordem econômica global.

Palavras-Chaves: China, Hibridismo, Capital Monopolista, Socialismo de Mercado

A IMPORTÂNCIA DO ESTADO COMO REGULADOR DO MERCADO NA GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA DO CAPITAL: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA INDUSTRIAL CHINESA

FERNANDA CRISTINA RIBEIRO RODRIGUES (SKEMA BUSINESS SCHOOL BRASIL)

Com o surgimento dos mercados financeiros globais e advento de atores não estatais, faz-se imperativo compreender o papel do Estado nessa Era incipiente que deixa de ser internacional para se consolidar transnacional. A globalização financeira teve implicações consideráveis para a natureza da autoridade estatal na economia política desafiando a pensar de forma mais inovadora a relação entre Estado e mercado. Nesse cenário de conformações e dilemas incipientes, a China representa tema central ao entendimento das dinâmicas da Economia Política Internacional contemporânea. Considerando a realidade que se apresenta desde o início da globalização financeira e as reconfigurações que lhe são intrínsecas, a pergunta condutora da presente pesquisa consiste em compreender como se estabelece a autoridade do Estado na China, em uma ordem guiada pelo mercado, sabendo que tanto o mercado quanto o Estado não fazem sentido de forma isolada. O Estado chinês caracteriza-se como elemento e ator fundamental na condução político-econômica, bem como para o planejamento e estabelecimento de políticas, especificamente, a política industrial, para a consecução do desenvolvimento econômico. Assim, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar o papel do Estado na condução político econômica do mercado na China para a promoção do desenvolvimento econômico. O artigo foi dividido em quatro seções. A primeira consiste em apresentar a relação entre Estado e mercado em um contexto no qual prevalece a globalização financeira do capital por meio de uma revisão narrativa. Posteriormente, procede-se à análise da China enquanto Estado, de suas capacidades estatais, do PCCh como agente de sua condução político econômica, do empreendimento das Reformas e de sua relação com a consecução do desenvolvimento econômico. Na terceira, faz-se, a partir do conteúdo dos Planos Quinquenais desde 1976 até 2020, uma avaliação da política industrial por meio do process tracing. Por último, empreende-se um exame mais macro referente à política industrial, ao desenvolvimento e ao Estado como promotor estratégico de políticas com enfoque na China. Encerra-se com a conclusão, corroborando a hipótese de que a experiência chinesa é indicativa da relevância do Estado para o planejamento, condução do mercado e para a consecução de políticas que visem à promoção do desenvolvimento econômico.

Palavras-Chaves: Estado; Mercado; China; Desenvolvimento Econômico

**EM BUSCA DO BEM SOCIAL NAS ÁREAS RURAIS DA CHINA: PENSAMENTO E AÇÕES DOS
LÍDERES CHINESES DO SÉC. XX E SÉC. XXI**

Iracema Eliza de Vasconcellos Moreira (Universidade de Brasília (UnB))

Evilásio Salvador (Universidade de Brasília (UnB))

Nos anos de 1940, 80% da população total da China vivia nas áreas rurais. Estas áreas eram populosas, no entanto, havia uma grande concentração de terra nas mãos de uma minoria, a agricultura era arcaica e pouco produtiva, e a fome era constante. Após a Revolução de 1949, o líder Mao Tsé Tung promoveu a Reforma Agrária, investiu na alfabetização desta população, e formou uma mão de obra capacitada para o trabalho nas indústrias de base. Inicia-se com isso, na China, um novo modo de produção. Com a divisão de terras, no período entre 1949 e 1953, a agricultura camponesa foi aperfeiçoada e a produção de grãos aumentou. Contudo, em períodos posteriores, ocorreram graves problemas de produção e fome. Mao Tsé Tung incentivou políticas de ajuda mútua com a formação de cooperativas de agricultores, e por fim a organização em comunas, isto permitiu o surgimento de escolas, centros de saúde. (Escher, 2022); (Nogueira, 2011); (Spence, 1995); (Maddison, 20241). Com o fim do governo de Mao Tsé Tung, muitas mudanças ocorreram no campo, e o novo líder, Deng Xiaoping, criou o Sistema de Responsabilidade Familiar, que permitia às famílias rurais o comércio do excedente dos seus produtos nas pequenas vilas. Deng Xiaoping, promove uma abertura maior da economia da China para o mundo e internamente incentiva os jovens a ingressarem no Ensino Superior. Estas políticas foram fundamentais para a formação de trabalhadores especializados e com isso, o interesse de grandes empresas multinacionais se fixarem na China (Jabbour; Gabriele, 2021). Neste período as migrações rurais-urbanas vão se intensificando e com isso, as demandas urbanas aumentam. Nas áreas rurais, permanece uma população de idosos e de crianças, tornando estas áreas cada vez mais necessitadas de políticas sociais. Com Xi Jinping, a área rural passa a ser novamente uma preocupação do Estado chinês, e, em 2014, o presidente da China e secretário geral do PCC, Xi Jinping enviou milhares de voluntários às regiões mais remotas do país com o objetivo de levantar informações com as comunidades rurais locais sobre as condições de vida desta população. Em 2021, a China declara o fim da miséria no país. Este breve resumo apresenta uma sequência de políticas dos governos da China que tinham objetivos claros: a princípio formar a base ideológica, em seguida impulsionar o desenvolvimento econômico e por fim, a redução da pobreza. Este artigo pretende discutir estas fases com ênfase na população rural, em uma pesquisa bibliográfica e pretende apresentar parte da Questão Social (Behring; Boschetti, 2011) na China rural. Este trabalho é parte da construção da tese de doutoramento da autora.

Palavras-Chaves: China rural; Política Social; Estado

SEMICONDUCTORES: FOCO DA RIVALIDADE IMPERIALISTA ESTADOS UNIDOS VERSUS CHINA NO SÉCULO XXI

Érico Rodrigo Mineiro Pereira (UESB)

A China viveu imensos desafios em sua longa história. O processo revolucionário vivido pelo país teve seu cume no ano 1949, a partir do que se deu a luta em prol da construção do socialismo. Até finais da década de 1970, enormes foram as disputas, com ápice na transição Mao Zedong / Deng Xiaoping. Analisando-se o caminho trilhado no pós-1978, não é difícil enxergar várias das típicas características da produção capitalista. Nessas condições, restaria configurado não somente um Estado capitalista, mas também um Estado imperialista, dado o estágio de sua produção industrial. Passado o período da Guerra Fria, os Estados Unidos voltaram a assumir ares imperialistas também em discursos. Passaram, nessa condição, a considerar a China como desafiante, conformando uma bipolaridade de novo tipo. A nova batalha se dá em torno dos microchips. A presente pesquisa objetiva compreender o diferencial econômico dos semicondutores na economia do século XXI, num contexto de disputa interimperialista entre China e EUA. Para tanto, busca referências na literatura para entender de que forma os chips determinam a economia e interferem numa possível permuta entre países líderes. O objeto de estudo desta pesquisa é circuitos integrados no palco de uma disputa imperialista entre China e Estados Unidos no século XXI. O propósito é investigar o diferencial econômico representado pelos chips, à base de considerações sobre um novo tipo de bipolaridade. A questão de partida é: sob quais fundamentos e características os semicondutores constituem a base econômica desse novo tipo de bipolaridade? A hipótese de trabalho é: os chips constituem a base econômica desse novo tipo de bipolaridade, na medida das suas várias utilizações na economia digital do século XXI. A China do século XXI se apresenta como o maior PIB do mundo, segundo o método PIB/PPC, tendo acelerado suas taxas de crescimento econômico de forma vertiginosa entre 1990 e 2023. No que toca à questão bélica, porém, encontra-se em larga desvantagem. A moeda constitui característica marcante, na medida em que o dólar é o padrão internacional de referência monetária. No campo dos semicondutores, Holanda, Taiwan, Japão e Coreia do Sul postam-se ao lado dos Estados Unidos, efetivando parceria estratégica e excluindo a China do acesso a chips de fronteira. A China conta com a Rússia, que ostenta grande número de profissionais dedicados à área de tecnologia. O objetivo geral dessa pesquisa é investigar, para melhor compreender, o diferencial econômico representado pelos chips, no contexto do novo tipo de bipolaridade existente no século XXI. São objetivos específicos: 1) Analisar literatura sobre os semicondutores, bem como acerca das políticas industriais de EUA e China a respeito no século XXI; 2) Caracterizar os componentes imperialistas das economias chinesa e estadunidense nos últimos 35 anos, à luz do materialismo histórico dialético 3) Explicar de que forma e sob quais fundamentos os semicondutores constituem a base econômica desse novo tipo de bipolaridade.

Palavras-Chaves: Semicondutores. China. Estados Unidos. Bipolaridade. Interimperialismo

Mesa Temática 3 – Convidados RBChina

POLÍTICA EXTERNA CHINESA DE FUTURO COMPARTILHADO PARA A HUMANIDADE: A VULNERABILIDADE CHINESA DO ESTREITO DE MALACCA INFERINDO EM DESENVOLVIMENTO PARA O CONTINENTE AFRICANO

Pedro Antonio Saraiva de Carvalho Pereira Francez (PUC-Minas)

Murilo Seri Fagundes (UFABC)

A política externa chinesa denominada “Comunidade de Futuro Compartilhado para a Humanidade” vem se consolidando como um dos pilares centrais da política externa da China no século XXI. O Estreito de Malacca é um dos “choke points” por onde passam o maior fluxo de mercadorias do mundo, sendo essencial para o escoamento de produtos chineses para o ocidente via marítima. Este artigo analisa como a vulnerabilidade estratégica da China no estreito de Malacca – principal rota naval de abastecimento energético e comercial do país – influencia a formulação de da política externa chinesa, especialmente no tocante à cooperação com o continente africano. A dependência chinesa desta rota marítima impulsiona iniciativas de cooperação entre países africanos com investimento em diversificação logística e de infraestrutura, como concessões de empréstimos, ampliação de portos, oleodutos e corredores econômicos desde a criação da Nova Rota da Seda, ou Iniciativa do Cinturão e Rota, política chinesa que vigora desde 2013. Esta iniciativa, além de ter um caráter de investimento, também elucida na prática a legitimação do discurso de desenvolvimento compartilhado. A vulnerabilidade do estreito de Malacca funciona como um dos vetores de expansão da presença chinesa na África, redefinindo as dinâmicas geopolíticas e econômicas em torno da ideia Comunidade de Futuro Compartilhado para a Humanidade proposta pela China.

Palavras-Chaves: China; Cinturão de Rota; Comunidade de Futuro Compartilhado para a Humanidade; Estreito de Malacca

TECNOLOGIA EM POLÍTICAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DO USO DE BIG DATA NO CADASTRO E ACOMPANHAMENTO DE FAMÍLIAS VULNERÁVEIS NA CHINA

Isis Paris Maia (UFRGS)

"A pesquisa investiga o papel do Big Data no cadastramento de famílias vulneráveis e no subsequente acompanhamento e monitoramento das políticas públicas de proteção social na China, com ênfase na utilização dessas ferramentas para avaliar, em tempo real, os efeitos das ações implementadas. O trabalho parte da constatação de que a erradicação da pobreza extrema no país exigiu a criação de instrumentos tecnológicos capazes de identificar com precisão o público-alvo e de garantir maior efetividade às políticas implementadas.

Do ponto de vista teórico, a análise articula os debates sobre capacidades estatais, governança digital e revoluções tecnológicas, adotando como referência a vertente técnico-administrativa das capacidades estatais. Argumenta-se que o Big Data fortalece a habilidade do Estado chinês de coletar, organizar e sistematizar informações, ampliando suas possibilidades de planejamento, coordenação e avaliação de políticas sociais. Ao mesmo tempo, reconhece-se que a centralização de bases de dados em plataformas digitais levanta dilemas éticos, políticos e geopolíticos, como a soberania informacional, a concentração de poder e os limites impostos por percepções externas sobre a legitimidade do regime.

A metodologia combina revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas no National Bureau of Rural Development, órgão responsável pela criação do Cadastro Digital. A estratégia adotada é um estudo longitudinal, que permite observar transformações antes e depois da introdução do Big Data no processo de cadastramento e acompanhamento de famílias vulneráveis.

Os resultados esperados incluem: i) compreender como ocorreu a transição de um modelo descentralizado e heterogêneo de registros para uma plataforma nacional unificada; ii) analisar os impactos da digitalização na inclusão social e na precisão do cadastro; iii) identificar limites institucionais, como fragmentação administrativa e variabilidade na qualidade dos dados; e iv) discutir os efeitos do uso massivo de dados sobre as capacidades administrativas e sobre a governança estatal.

A relevância científica da pesquisa está em contribuir para a literatura ainda incipiente sobre Big Data em políticas públicas, particularmente no Brasil, onde os estudos têm privilegiado usos pontuais da tecnologia, sem avançar para o exame de seu papel estruturante. Ao analisar o caso chinês, o trabalho oferece subsídios para o debate teórico sobre capacidades estatais em contextos de transformação tecnológica, além de lições práticas aplicáveis à governança digital brasileira. Por fim, a dimensão estratégica da pesquisa insere-se no contexto das relações Brasil-China. A consolidação de experiências chinesas em plataformas digitais e soberania de dados constitui uma referência importante para a formulação de políticas públicas digitais no Brasil, em áreas como integração de cadastros sociais, modernização administrativa e fortalecimento da soberania informacional.

Palavras-Chaves: Big Data; Políticas Públicas; China; Cadastro Social; Governança Digital; Capacidades Estatais

农民工 NONGMINGONG - O OPERÁRIO MIGRANTE: A FORÇA MOTRIZ DO
DESENVOLVIMENTO DA CHINA CONTEMPORÂNEA

Diego Amarin (Unicamp)

"O crescimento acelerado da China nas últimas décadas está fortemente vinculado ao fenômeno da migração rural-urbana, impulsionado pelas reformas econômicas iniciadas por Deng Xiaoping a partir de 1978. Nesse processo de modernização, os trabalhadores migrantes rurais, conhecidos como nongmingong (农民工), desempenharam papel essencial na construção da infraestrutura urbana, no avanço da indústria e, mais recentemente, na transição para uma economia baseada em inovação tecnológica.

Este estudo tem como objetivo analisar o papel dos nongmingong na transformação econômica e social da China contemporânea, observando sua trajetória histórica, suas condições de trabalho e os desafios que enfrentam para se integrar plenamente à vida urbana, sobretudo o impacto do sistema Hukou que limitou a completa inserção desse grupo no ambiente urbano.

Além dos desafios legais e sociais enfrentados por essa população, há uma transformação geracional em curso. A primeira geração de trabalhadores migrantes mantinha vínculos com o campo e o desejo de retorno. Já a segunda geração, nascidas entre os anos 1980 e 1990, estão mais integradas à cultura urbana, possuem maior escolaridade e não veem o retorno ao campo como opção de vida. A terceira geração, por sua vez, nascida principalmente depois do ano 1995, tem pouco vínculo com o campo, maior integração ao ambiente desenvolve atividades em setores mais tecnológicos e serviços ligados a internet como o mercado online. Há de se pensar na chegada de uma quarta geração, essa majoritariamente nascida depois dos anos 2000, e que agora chega ao mercado laboral totalmente inserido nas atividades ligadas a tecnologia. Contudo, mesmo com essas mudanças, persistem barreiras institucionais que dificultam sua plena integração social.

Por fim, é inegável a centralidade do fluxo migratório campo-cidade para o projeto de modernização da China. Os nongmingong foram — e continuam sendo — os principais agentes materiais da urbanização e industrialização do país. No entanto, sua integração efetiva à vida urbana ainda representa um dos grandes desafios da sociedade chinesa contemporânea. A história dessa população está profundamente entrelaçada ao êxito econômico da China, mas também escancara as contradições de um modelo de crescimento que, embora eficaz do ponto de vista produtivo, ainda perpetua desigualdades entre campo e cidade, entre legalidade e informalidade, entre pertencimento e exclusão.

Palavras-Chaves: trabalhadores migrantes; urbanização chinesa; desigualdade social; sistema hukou.

A NOVA ECONOMIA DO PROJETAMENTO EM SUA DIMENSÃO INTERNACIONAL

Melissa Cambuhy (UERJ)

Elias Jabbour (UERJ)

A internacionalização das empresas estatais chinesas (State-owned Enterprises – SOEs) constitui uma das dimensões centrais da inserção global da China desde a formulação da estratégia “走出去” (go out) no final dos anos 1990. Este trabalho examina a trajetória normativa e político-econômica que demonstra vinculação da propriedade pública à expansão internacional chinesa, com base em documentos oficiais do Partido Comunista da China (PCC), do Conselho de Estado e da Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais (SASAC).

A partir da criação da SASAC em 2003, observa-se a sistematização de diretrizes que associam o fortalecimento da propriedade pública à competitividade global. O documento de 2015, Diretrizes sobre o aprofundamento da reforma das empresas estatais (中共中央、国务院关于深化国有企业改革的指导意见), introduz formalmente o conceito de “empresas de classe global” (世界一流企业), estabelecendo como meta a transformação das SOEs em atores multinacionais competitivos, inovadores e alinhados a padrões internacionais de governança. Nos anos subsequentes, relatórios da SASAC, como o Plano de desenvolvimento de alta qualidade das empresas centrais (中央企业高质量发展报告) e guias regulatórios como o Método de supervisão dos investimentos externos das empresas centrais (中央企业境外投资监督管理办法), detalham critérios de desempenho internacional, mecanismos de compliance e práticas de sustentabilidade. Tais documentos vinculam a expansão das SOEs à estratégia nacional de “duplo ciclo” (双循环), que integra dinamismo doméstico e inserção internacional.

A análise dos documentos revela que essa internacionalização é uma manifestação da Nova Economia do Projeto em sua dimensão global. Ao invés de uma mera liberalização econômica, o processo se caracteriza pela planificação da inserção internacional, sob a qual é possível submeter a contabilidade da firma (a lógica de maximização do lucro de curto prazo) à contabilidade social, em nível internacional. As transnacionais estatais chinesas, ao se inserirem em megaprojetos de infraestrutura e cadeias de valor globais, operam sob a lógica de uma agenda de Estado de longo prazo que prioriza a segurança estratégica, o desenvolvimento tecnológico e a construção de alternativas produtivas e de governança à atual hegemonia estadunidense, e em detrimento de uma lucratividade imediata. A Iniciativa Cinturão e Rota (一带一路) e os discursos presidenciais de Xi Jinping reforçam esse papel das SOEs como “espinha dorsal” da economia e como instrumentos políticos para a reorganização de fluxos de capital e produção.

O argumento central deste trabalho é que a internacionalização via propriedade pública não se restringe a uma orientação econômica. Ao projetar suas SOEs como “empresas globais de primeira classe”, a China busca não apenas ampliar competitividade e conquistar novos mercados, mas também redefinir padrões de governança e inserir uma lógica de desenvolvimento que questiona os pilares do neoliberalismo. Assim, a articulação entre projeto, propriedade pública e inserção internacional, observada ao longo das últimas duas décadas, demonstra que a internacionalização das SOEs desempenha um importante papel para o processo de desenvolvimento nacional chinês, mas não só. Desempenha também um papel central para a construção de uma real alternativa produtiva e de governança à dinâmica da globalização neoliberal.

Palavras-Chaves: Economia Política; Nova Economia do Projeto; Empresas Estatais; Inserção Internacional; China.

Grupos de Trabalho

GT 1 - Presencial - Humanidades

MULHERES EMPRESÁRIAS E RELAÇÕES DE GÊNERO NA CHINA CONTINENTAL E EM TAIWAN

Mariana de Rossi Venturini (IFCH Unicamp)

A pesquisa pretende comparar a presença de mulheres nas chefias de empresas na República Popular da China e em Taiwan: origem e porte dos empreendimentos, ramos de atividade e formas de gestão. O intuito é compreender como a mesma civilização — chinesa de maioria hàn, milenar e profundamente patriarcal — sob direções sociopolíticas muito distintas e eventualmente conflitantes ao longo do século XX, vem articulando divisão sexual do trabalho, relações de gênero e desenvolvimento econômico e social. Quando se trata de assumirem o comando no mundo corporativo — tradicionalmente masculino — que valores norteiam essas empresárias e qual impacto de sua atividade para o desenvolvimento econômico, social e cultural respectivamente na China Continental e na ilha de Taiwan, quais são as diferenças e semelhanças entre elas.

Palavras-Chaves: Sociologia; relações de gênero; divisão sexual do trabalho; mulheres empresárias

TRANSFORMAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E A REORIENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA CHINA

Vítor Eduardo Alessandri Ribeiro (UFRGS)

Nas últimas duas décadas, os efeitos das reformas econômicas são acompanhadas de reformas institucionais que impactam a vida social na China, inovando em termos de criação de novas instâncias de governança da sociedade. A estratificação social (Chunling 2012) e organização social os moldes estabelecidos pelo partido comunista chinês (Gore 2020) oferecem oportunidades para compreender os modos de organização da vida civil na China (Heberer 2011). No âmbito da vida local (Tomba 2014), é possível observar como essas estruturas da vida social oferecem o acesso a serviços sociais (Read 2012), como acesso à saúde e à renda (Qiaoan 2022), de modo que objetivos da política convergem com certas demandas sociais. Como achado empírico, é possível mencionar o efeito da aprovação da “Lei Antiviolação Doméstica” como resultado do esforço da Federação Pan-China de Mulheres e outras organizações, principalmente depois que o conceito de “violência doméstica” foi popularizado na China por meio da Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995. Assim, o presente trabalho elabora sobre a noção de governança da sociedade civil para compreender como as reformas de instituições da sociedade civil na China têm produzido efeitos no acesso a serviços de bem estar social nas primeiras duas décadas do século XXI.

Palavras-Chaves: China, sociedade civil, governança social, reformas institucionais

A REORIENTAÇÃO DA CHINA: IMPLICAÇÕES DA NOVA ROTA DA SEDA

Larissa Nuvens Guimarães (UFES)

A ascensão da China como potência global é um fenômeno marcado por profundas transformações econômicas e estratégicas. Desde as reformas de Deng Xiaoping nos anos 1980, a China deixou de ser uma economia agrária e fechada para se tornar a segunda maior potência econômica do mundo. O crescimento chinês se deu por meio da industrialização, urbanização e adoção de políticas pragmáticas, que combinaram elementos de economia de mercado com forte intervenção estatal. O investimento em infraestrutura, a abertura para investimentos estrangeiros e a criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) foram fatores-chave para esse avanço. Este estudo baseia-se em uma análise qualitativa de fontes acadêmicas e institucionais que discutem a ascensão chinesa e a Belt and Road Initiative (BRI). Foram examinados documentos oficiais, relatórios de organismos internacionais e literatura acadêmica para avaliar os impactos da iniciativa no cenário econômico e geopolítico global.

Nas últimas décadas, a China expandiu sua influência global com iniciativas como a Belt and Road Initiative (BRI), lançada em 2013 pelo presidente Xi Jinping. Inspirada na antiga Rota da Seda, a BRI busca fortalecer a conectividade econômica entre Ásia, África, Europa e América Latina por meio de investimentos em infraestrutura, incluindo rodovias, ferrovias, portos e corredores logísticos. O projeto se tornou um instrumento de projeção de poder chinês e de reformulação da ordem econômica global, desafiando a hegemonia ocidental.

Destarte, a BRI trouxe benefícios significativos, como a expansão do comércio e a redução de custos logísticos para os países envolvidos. No entanto, também gerou desafios, incluindo o endividamento de países parceiros, preocupações ambientais e disputas geopolíticas com os Estados Unidos e aliados. No cenário sul-americano, a China busca consolidar sua influência econômica por meio da ferrovia bioceânica, que conecta o Brasil ao Pacífico, facilitando exportações para o mercado asiático.

Palavras-Chaves: História Econômica; China; Nova Rota da Seda.

**PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE ENSINO DE CHINÊS NO BRASIL (2008–2023): UMA
REVISÃO DE LITERATURA E REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS**

Lin Chen (UFES)

Pedro Henrique Witches (UFES)

Desde a criação do primeiro Instituto Confúcio no Brasil, sediado na Universidade Estadual Paulista (Unesp) em 2008, o ensino de chinês como língua estrangeira tem ganhado espaço no cenário educacional brasileiro. O avanço desse ensino pode ser associado a um contexto de intensificação das relações econômicas, políticas e culturais entre o Brasil e a China nas últimas décadas. Apesar desse crescimento, a presença do mandarim em políticas públicas educacionais ainda é limitada, e sua consolidação como língua estrangeira no currículo nacional segue como um desafio. Este trabalho é um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento e objetiva discutir sobre a produção acadêmica focada no ensino de chinês como língua estrangeira para brasileiros. Para tanto, com base no modelo teórico de políticas linguísticas de Spolsky (2004; 2009; 2016), foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir do levantamento e seleção de 72 produções acadêmicas compreendidas entre os anos de 2008 e 2023. Essas produções foram localizadas a partir da plataforma de buscas Google Acadêmico e do banco de dados China National Knowledge Infrastructure (CNKI) e podem ser distinguidas entre oito artigos em português, 16 artigos em chinês e 47 dissertações de mestrado e uma tese de doutorado. Após leitura e análise desse material, as produções foram categorizadas segundo seus enfoques principais: políticas institucionais, formação de professores, metodologias de ensino, materiais didáticos e percepção de aprendizes. Os resultados indicam uma expansão significativa da oferta de cursos de chinês, especialmente em universidades públicas e privadas, muitas vezes por meio da mediação de unidades do Instituto Confúcio. Observa-se, no entanto, uma forte dependência de professores chineses disponibilizados de forma temporária, a escassez de materiais didáticos adaptados às condições culturais e sociolinguísticas do Brasil e a ausência do chinês em documentos orientadores nacionais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, diversos estudos apontam para a necessidade de contextualizar culturalmente o ensino, superando uma abordagem puramente instrumental e voltada apenas à gramática e vocabulário. A análise revela, ainda, a carência de políticas públicas que reconheçam o chinês como uma língua estratégica para o Brasil. Diante da crescente importância da China no cenário geopolítico global, torna-se urgente integrar o mandarim aos planos de ensino de línguas estrangeiras no país, promovendo o multilinguismo e a formação intercultural. Este recorte de pesquisa reforça, assim, a necessidade de iniciativas governamentais que estimulem a formação de professores locais, a produção de materiais didáticos contextualizados e o reconhecimento institucional do ensino de chinês como uma ferramenta de inserção internacional e valorização da diversidade linguística.

Palavras-Chaves: Ensino de chinês; Revisão de literatura; Política linguística; Instituto Confúcio; Educação multilíngue

**DESIGUALDADES EDUCACIONAIS EM CONTEXTOS PERIFÉRICOS: UMA ANÁLISE
COMPARADA ENTRE AMAZONAS (BRASIL) E GUIZHOU (CHINA)**

Luana Bramorski Cerqueira Cesar (Unicamp)

Esta pesquisa analisa comparativamente as políticas de universalização do ensino básico em dois contextos periféricos do Sul Global: o estado do Amazonas, no Brasil, e a província de Guizhou, na China, no período de 1984 a 2016. O estudo tem como objetivo principal compreender como esses territórios - marcados por profundas desigualdades estruturais, diversidade étnica e desafios geográficos particulares - formularam e implementaram políticas educacionais em resposta aos desafios da inclusão escolar, adaptando modelos globais às suas realidades locais.

O trabalho se fundamenta teoricamente na perspectiva do Sul Global (Connell, 2007) e na Teoria do Sistema-Mundo (Wallerstein, 1974), que permitem analisar as políticas educacionais como parte de dinâmicas globais que se manifestam de forma diferenciada em contextos periféricos. Metodologicamente, adota uma abordagem qualitativa comparativa que combina: (1) análise documental de marcos legais e políticas públicas; (2) revisão sistemática de dados quantitativos oficiais; e (3) estudo de casos emblemáticos em cada região.

No caso do Amazonas, a pesquisa focaliza os desafios específicos enfrentados por comunidades ribeirinhas e indígenas, onde a combinação de políticas fragmentadas (Arroyo, 2012) e dificuldades logísticas resultou em significativa exclusão escolar. Em Guizhou, analisa como o sistema hukou e a geografia montanhosa criaram barreiras persistentes para minorias étnicas e populações migrantes, apesar dos avanços quantitativos na escolarização.

Esta investigação se insere nos estudos sobre a China no Brasil ao propor uma análise comparativa que supera visões estereotipadas sobre o "modelo chinês" de educação, revelando suas contradições internas e pontos de convergência com desafios enfrentados pelo Brasil. Vinculada ao Centro de Estudos sobre a China (CASS-Unicamp), a pesquisa contribui para ampliar o diálogo acadêmico sino-brasileiro, tradicionalmente concentrado em temas econômicos e diplomáticos, para o campo das políticas sociais e educacionais.

Os resultados esperados incluem: (1) uma análise crítica dos mecanismos de reprodução das desigualdades educacionais em ambos os contextos; (2) a identificação de estratégias locais bem-sucedidas que possam inspirar políticas mais inclusivas; e (3) recomendações para uma cooperação educacional sino-brasileira mais sensível às realidades periféricas. A pesquisa busca assim contribuir tanto para o avanço do conhecimento acadêmico quanto para o debate sobre políticas públicas educacionais em contextos de desigualdade estrutural.

Palavras-Chaves: Educação comparada; Políticas públicas educacionais; Desigualdades regionais; Estudos China-Brasil

A CHINA, ENTE O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: QUAL O SEU HORIZONTE DE FUTURO?

Valdeir de Oliveira Prestes (UNICAMP)

O ensaio ora posto parte de uma experiência singular no Encontro Nacional de Economia Política (ENEP, 2025), durante a participação da mesa intitulada “Ascensão da China e Rivalidades Imperialistas”. Esta foi marcada por múltiplos debates teóricos, em especial sobre a dificuldade da caracterização da China contemporânea, ou seja, se é capitalista ou socialismo de mercado. Duas proposições contrárias se confrontam: 1) uma leitura que compreende a China como plenamente inserida no capitalismo contemporâneo entre 1980-1990, com a formação de um gigantesco proletariado no processo de descampenização, que se acelera em 1990 rumo a uma economia capitalista, manifestando-se, então, exploração, mais-valia e expropriação de terras como conceitos de uma economia capitalista (Medeiros, Majerowicz, Nogueira e Ribeiro, 2022); 2) em contraste, a proposição de uma “Nova Economia do Planejamento”, cujo eixo movedor se assenta em um “Socialismo de Mercado”, tendo a centralidade no Estado, que opera pela razão o planejamento econômico (Jabbour et al., 2017; 2020; Jabbour e Gabriele, 2021). Vis-à-vis a este debate, entre as proposições opostas - de que a China adentra num capitalismo no século XXI e a de que o país busca um horizonte de futuro de transição socialista ainda em construção -, a justificativa do estudo pauta-se na função dos métodos constituídos, na visão do pesquisador e no monitoramento do que é o mundo, como ele se transforma e sobressai na China. A proposta leva em consideração o método dialético, com foco na rigidez do conceito analítico e da categoria analítica necessárias à pesquisa. Busca se, assim, especular uma possível síntese (o devir), que não prescindia da historicidade concreta dos múltiplos processos que se combinam e se assentam nas determinações estruturais da China. Nesse significado e sentido, a pesquisa em construção propõe a continuidade e descontinuidade da investigação de singularidades do processo de planificação, das transformações agrárias e da ação do Estado para compreender o desenvolvimento chinês contemporâneo.

Palavras-Chaves: China Contemporânea; Capitalismo e Socialismo de Mercado; Planejamento Estatal.

GT 2 - Presencial - Economia

CRISIS, CAMBIO TECNOLÓGICO Y TRANSICIÓN ENERGÉTICA: EL LIDERAZGO CHINO Y SUS PROYECCIONES EN AMÉRICA LATINA

Nicolas Alejandro Malinovsky (UFABC)

O atual declínio da hegemonia norte-americana (SADER, 2025) e a crescente fragmentação da ordem internacional — marcada por conflitos, o avanço da extrema direita, a reorganização das cadeias de produção e a irrupção de tecnologias disruptivas (AMORÍN, 2024) — configurando um cenário de intensa competição geopolítica. Nesse contexto, a China surge como ator central, impulsionando uma estratégia de transformação tecnológica e energética que redefine as disputas por territórios e recursos naturais estratégicos.

A chamada quarta revolução tecnológica, baseada na digitalização, inteligência artificial e inovações necessárias para a transição energética e ecológica (ROMANO SCHUTTE et al., 2024), revaloriza os recursos energéticos em um momento em que o sistema fóssil enfrenta os limites impostos pelas mudanças climáticas (MALINOVSKY e HURTADO, 2024). A transição energética, entendida como a substituição da infraestrutura global baseada em hidrocarbonetos por uma sustentada em energias limpas (NEWELL, 2021; THURBON et al., 2023), apresenta-se assim como eixo estruturante da reconfiguração econômica mundial.

Da perspectiva neoschumpeteriana, assistimos a uma nova revolução tecnológica protagonizada pelas energias renováveis e pelas tecnologias digitais. Segundo Carlota Pérez (2016), essas transformações geram um novo “senso comum” nas economias líderes, desencadeando mudanças radicais na produção, na organização, no transporte, no consumo e, em definitiva, no modo de vida. Este processo inscreve-se, ao mesmo tempo, no que Pérez (2002) denomina mudança de paradigma tecno-produtivo e no “ponto de bifurcação” que, segundo Wallerstein (2001), o sistema-mundo enfrenta.

Marx (2019, p. 230) advertiu que “a natureza não constrói máquinas [...]. São estes, produtos da indústria humana: material natural, transformado em órgãos da vontade humana sobre a natureza ou de sua atuação na natureza. São órgãos do cérebro humano criados pela mão humana; força objetivada do conhecimento”. Neste contexto, a discussão sobre o papel da tecnologia a serviço da humanidade deve ocupar um lugar central no debate contemporâneo, e em particular na concepção e desenvolvimento da transição energética.

Esta palestra analisará o papel da China na formação de um novo paradigma tecnológico a partir de seu forte investimento desde 2008 em energias renováveis e infraestrutura elétrica — liderado por corporações estatais como a State Grid — e sua projeção na América Latina, com ênfase especial no caso do Brasil.

Palavras-Chaves: China; Transición energética; Cambio tecnológico; Geopolítica

O PAPEL DO SISTEMA FINANCEIRO CHINÊS NO DESENVOLVIMENTO INOVADOR, ECOLÓGICO E INCLUSIVO

Marília Ceci Cubero (Instituto de Economia - Unicamp)

Ana Rosa Ribeiro de Mendonça (Instituto de Economia - Unicamp)

O crescimento econômico da China, considerado um dos fenômenos mais marcantes da história contemporânea, teve no sistema financeiro um pilar essencial para sustentar e direcionar esse avanço. Esse sistema, composto pelo setor bancário e pelo mercado de capitais, foi moldado por um conjunto de estratégias governamentais que acompanharam as transformações da economia chinesa. A partir da segunda década do século XXI, com o pensamento de Xi Jinping sobre o socialismo com características chinesas, foi consolidada uma nova ideologia de desenvolvimento, cujo princípio central para o setor financeiro passou a ser o de que “o financiamento deve servir à Economia Real”. Essa diretriz busca garantir que os recursos financeiros atendam aos objetivos nacionais de desenvolvimento, especialmente aqueles voltados a segmentos historicamente marginalizados, como pequenas e microempresas. Dentro dessa nova lógica, o conceito de "Novo Normal" passou a orientar a economia chinesa, promovendo a transição de um modelo baseado no crescimento acelerado para um modelo de crescimento mais moderado, porém de maior qualidade. Isso envolveu redirecionar os instrumentos financeiros para impulsionar a inovação tecnológica, a proteção ambiental e a inclusão social (HE; WANG, 2021).

O artigo busca avaliar se essas novas diretrizes — ideológicas e práticas — têm se concretizado no sistema financeiro, especialmente na concessão de crédito bancário e nas emissões de ações e títulos no mercado de capitais. Para isso, utiliza uma abordagem histórico-institucional, baseada em documentos e relatórios oficiais, além de uma análise quantitativa com dados da CEIC Data.

As metas definidas no 13º Plano Quinquenal (2016-2020) foram fundamentais na estruturação do Novo Normal. Quatro objetivos principais orientaram as políticas de financiamento: (1) fomentar inovação e tecnologia; (2) integrar regiões urbanas e rurais; (3) promover o desenvolvimento sustentável; e (4) incentivar o desenvolvimento inclusivo (AGLIETTA; BAI, 2016).

No setor bancário, o crédito para empresas e órgãos não financeiros triplicou entre 2010 e 2020. Destaca-se o crescimento dos empréstimos inclusivos para pequenas empresas e o aumento expressivo de crédito para setores de ciência, tecnologia e infraestrutura (艾瑞諮詢研究院, 2021). O crédito voltado à proteção ambiental e aos setores sociais também avançou, embora sua participação no total ainda seja modesta (MEDEIROS; GOUVEIA, 2024).

No mercado de capitais, a criação das second boards (GEM e STAR Market) ampliou o acesso ao financiamento para empresas inovadoras. Essas plataformas responderam, em 2020, por 32% e 25% da captação de recursos em suas respectivas bolsas. Ainda que o número de ações emitidas por setores priorizados permaneça pequeno, sua taxa de crescimento foi significativa (AMSTAD; HE, 2020).

No mercado de títulos, o destaque vai para o avanço dos green bonds e dos títulos públicos voltados ao desenvolvimento social, como os emitidos para reurbanização de favelas. A China consolidou um dos maiores mercados de títulos verdes do mundo (CBI, 2024).

Conclui-se que, apesar de ainda representar uma fração do total de recursos movimentados pelo sistema financeiro, o direcionamento da política financeira chinesa já demonstra mudanças institucionais e operacionais alinhadas à nova estratégia de desenvolvimento, com potencial de ampliação nos próximos anos.

Palavras-Chaves: sistema financeiro chinês; financiamento; desenvolvimento econômico.

INSERÇÃO EXTERNA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA CHINA ENTRE 1949 E 1978

Miguel Carvalho (UFRRJ)

O objetivo do presente trabalho é apresentar os principais resultados da tese de doutorado “Inserção externa e crescimento econômico da China entre 1949 e 1978”, defendida por Miguel Henriques de Carvalho no PPGE-IE-UFRJ, em 2024. É argumentado que entre 1949 e 1978, quando a China esteve sob um sistema econômico centralmente planejado, foi verificada no país a elevação da tendência de crescimento econômico e a melhoria dos padrões de vida, resultados que foram condicionados por três fatores: (i) o elevado atraso econômico inicial da China, após sucessivas agressões estrangeiras e conflitos internos durante o “Século da Humilhação” (1839-1949), com o país apresentando amplo setor dedicado à agricultura de subsistência; (ii) as prioridades estabelecidas pelo planejamento estatal chinês, que almejava, além da preservação da integridade territorial sob autoridade do Partido Comunista da China, buscou conciliar o avanço da industrialização pesada e a melhoria das condições básicas de vida; (iii) o padrão de inserção externa da economia chinesa no contexto da Guerra Fria, por restringir (ou tornar possível) o acesso à tecnologias e bens (sobretudo meios de produção) e serviços não produzidos pelo país. À luz desses condicionantes e apoiado nas fontes de dados oficiais chineses e em fontes de pesquisadores estrangeiros, como Angus Maddison (2010), é proposta uma periodização para a análise do crescimento chinês entre 1949 e 1978 com três fases distintas que expressam as inflexões na orientação do planejamento estatal e nos padrões de inserção externa da China, o que teve impactos relevantes sobre o desempenho econômico do país: 1ª Fase (1949-1957): período de alinhamento da RPC o bloco socialista liderado pela URSS, quando o país, contando com amplo apoio soviético, concluiu o processo de estatização dos meios de produção e obteve uma taxa de variação real anual composta do PIB de 7,5% a.a. (MADDISON, 2010); 2ª Fase (1958-1970): período de isolamento parcial internacional da RPC em relação aos blocos liderados pela URSS e EUA, culminando na drástica desaceleração do comércio internacional, quando a taxa de variação real anual composta do PIB se desacelerou para 2,9% a.a. (Idem). Este período coincide com a tentativa da China se afastar do modelo soviético de planejamento com a criação do sistema de comunas em 1958, que perduraria até 1978, e a adoção do Grande Salto Adiante (1958-1961), quando se tentou acelerar o crescimento industrial do país à custa do setor agrícola, resultando em gravíssima crise econômica, com ampla carestia de alimentos e elevadas perdas humanas; 3ª Fase (1971-1978): período de reforço do sistema de planejamento centralizado e entrada da RPC na ONU, a partir da reaproximação diplomática com os EUA, o que ampliou a integração chinesa no comércio internacional e acelerou seu crescimento, obtendo para o período uma taxa de variação real anual composta do PIB de 4,9% a.a. (Idem).

Palavras-Chaves: Período Maoísta; Mudança Estrutural; Industrialização; Economias Centralmente Planejadas

**DANDO NOME AOS BOIS: UM MAPEAMENTO DA ATUAÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIO NA
POLÍTICA COMERCIAL BRASIL-CHINA.**

Abraão Marques Aguilera Leite (UFABC)

Luis Fernando Baracho (UFABC)

Com ampla circulação nos espaços decisórios da política brasileira, as entidades representativas do setor agropecuário exercem pressão nos atores estatais crucialmente em favor da manutenção e do aprofundamento do caráter primário-exportador que impera no país. A relação comercial com a China é parte crucial deste modelo e recebe demasiada atenção de tais entidades pelo amplo recebimento de exportações brasileiras de commodities primárias (Leme, 2024). Postas tais afirmações, cabe explorar, quais destas entidades possuem maior poder de articulação e pressão no perímetro institucional da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, além de como o exerce.

Com o intuito de explorar tais dinâmicas, este trabalho logra elaborar um mapeamento das entidades representativas do setor agropecuário na formulação da Política Externa Brasileira (PEB) voltada à China, bem como suas ações em torno desta — crucialmente através de pactos fitossanitários e abertura de mercado de produtos primários específicos — que chamamos aqui de diplomacia regulatória agroexportadora.

O uso conjunto de teorias do campo da Análise de Política Externa — o jogo de dois níveis de Putnam (1988) — e da Análise de Políticas Públicas — a teoria dos múltiplos fluxos de Kingdon (1995) — nos permitiu uma compreensão ampliada das etapas da formulação em torno do regime comercial Brasil-China. Para tal, utilizamos o método de process-tracing para investigar conexões causais e mecanismos subjacentes que moldam as decisões políticas e as interações comerciais entre os dois países (Lenine et al, 2023).

Entidades como a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) e Associação dos Produtores de soja (Aprosoja) são entidades notadamente relevantes nas etapas de formulação e execução da expansão comercial a novos mercados. Sua atuação está diversificada em emissão de pareceres e notas técnicas, participação de comitês internacionais organizadas pelo governo brasileiro e articulações junto à ministérios vinculados à pauta comercial — como o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento, da Indústria, do Comércio e dos Serviços (MDIC) —, além de instituições como a Frente Parlamentar Brasil-China (FPBC) e o Centro Empresarial Brasil-China (CEBC) (CEBC, 2022; FPBC, 2023; ABIEC, 2024; APROSOJA, 2024; CNA, 2024;).

A predominância de tais entidades associa-se fortemente à própria flutuação dos fluxos do comércio internacional que posicionaram o país como grande exportador de commodities no início do Século XXI. Portanto, a atuação do setor agropecuário nos fluxos de formulação é beneficiada pela contínua orientação do Estado ao fortalecimento do setor agroexportador, que é ainda mais pujante no caso da relação comercial Brasil-China, onde a diplomacia regulatória agroexportadora é frequentemente notada.

Palavras-Chaves: Comércio Exterior; Agropecuária; Análise de Políticas Públicas

A ENERGIA SOLAR NA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ENERGÉTICA DA CHINA

Pedro Ludovico Rutz Ribeiro (PEPI-UFRJ)

A presente dissertação investiga de que modo a China mobiliza o desenvolvimento da energia solar fotovoltaica como instrumento geopolítico para mitigar suas vulnerabilidades energéticas externas e fortalecer sua soberania energética. Em um contexto de elevada dependência de importações de petróleo e gás, sobretudo via rotas marítimas potencialmente sujeitas a bloqueios estratégicos como o Estreito de Malaca, o Estado chinês tem buscado reduzir sua exposição externa por meio da substituição gradual de combustíveis fósseis por eletricidade renovável. A pesquisa parte do diagnóstico de que a expansão da capacidade solar e o domínio das cadeias globais de valor fotovoltaicas se tornaram vetores centrais de uma estratégia de segurança energética adaptada à nova realidade da transição energética global.

A análise articula três eixos teóricos principais: a abordagem da segurança energética voltada ao petróleo (Yergin, 2006), a literatura sobre geopolítica da transição energética (Goldthau et al., 2019; IRENA, 2019) e os estudos sobre o desenvolvimentismo estatal chinês e o ambientalismo desenvolvimentista (Thurbon et al., 2023; Meidan, 2025). A metodologia adotada é qualitativa e baseada em análise documental, com foco em fontes primárias oficiais do governo chinês, dados de instituições internacionais e literatura especializada. O recorte empírico compreende o período de 2005 a 2024, com ênfase na evolução das políticas industriais, financeiras e tecnológicas que viabilizaram a liderança solar chinesa.

O trabalho está organizado em três blocos analíticos. O primeiro examina a gênese da dependência energética chinesa, sua adaptação à lógica da segurança energética voltada ao petróleo e a construção de um diagnóstico estratégico sobre vulnerabilidades estruturais. O segundo aborda a reconfiguração geopolítica em curso na transição energética, discutindo a concentração produtiva, a disputa por tecnologias de baixo carbono e o surgimento de novas rivalidades globais. O terceiro analisa como o Estado chinês articulou planejamento energético, política industrial e proteção tecnológica para transformar a energia solar em vetor de autonomia estratégica, culminando na construção de uma vantagem competitiva em escala global.

A conclusão parcial do trabalho é a de que a energia solar ocupa papel central na estratégia chinesa de segurança energética, não apenas como fonte de eletricidade limpa, mas como eixo estruturante de uma nova forma de soberania tecnológica e produtiva. Essa estratégia, ao mesmo tempo que busca superar a vulnerabilidade externa, revela contradições internas e riscos emergentes, como o curtailment e novas formas de assimetria global, que apontam para as tensões constitutivas da transição energética no século XXI.

Palavras-Chaves: China; energia solar; segurança energética; transição energética; política industrial.

**A ENTRADA DO 5G CHINÊS NO BRASIL: INTERESSES E HESITAÇÕES NO GOVERNO
BOLSONARO**

Raphael Maciel Carneiro (USP)

A China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil logo no início do século XXI, e o país também passou a figurar entre os maiores destinos dos investimentos externos diretos chineses na América Latina. Todavia, a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República após as eleições de 2018 trouxeram consigo uma retórica favorável aos Estados Unidos da América (EUA) e críticas diretas à China, algo que se intensificou durante a pandemia de COVID-19 nos anos seguintes e, conseqüentemente, criou tensões diplomáticas nas relações sino-brasileiras. Essa retórica contrária à China por parte do governo brasileiro também se refletiu no campo tecnológico, em um momento em que EUA e China disputavam abertamente a liderança na definição dos padrões do 5G. Nesse contexto, atores econômicos e políticos domésticos brasileiros demonstravam descontentamento quanto a retórica e posicionamento do governo Bolsonaro quanto as tratativas com a China e ao 5G, revelando uma dissonância entre a orientação ideológica da política externa brasileira naquele período e a necessidade de adotar uma postura mais pragmática frente aos interesses econômicos do país. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo discutir a influência dos grupos de interesse domésticos na política externa do governo Bolsonaro (2019-2022) diante da relação do Brasil com a China e, em especial, relacionado a entrada do 5G no país. Dessa forma, busca-se entender se, e de que maneira, os grupos de interesse doméstico conseguiram moldar ou influenciar decisões da política externa no tema do 5G perante a ideologia do governo. Assim, com base em uma revisão de literatura, o estudo propõe-se a definir conceitos-chave, como grupos de interesse, lobby e os mecanismos pelos quais esses atores podem interferir na formulação da política externa. Além disso, examina-se a importância geopolítica do 5G e os fundamentos que orientaram a política externa do governo Bolsonaro. Ademais, também se propõe realizar um mapeamento do processo para analisar cronologicamente os eventos relacionados ao 5G no Brasil durante o período abordado, utilizando-se de fontes primárias e secundárias. A hipótese do presente trabalho é que a influência de grupos econômicos domésticos, como os ligados ao agronegócio e das empresas de telecomunicações brasileiras, atuaram como força moderadora frente às inclinações ideológicas do governo.

Palavras-Chaves: Grupos de Interesse; 5G; Governo Bolsonaro; Política Externa; China.

SHENZHEN E AS ZONAS ECONÔMICAS ESPECIAIS: PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Anderson de Souza Quintella Chagas (UFMG)

Natacha Silva Araújo Rena (UFMG)

O rápido desenvolvimento chinês, impulsionado pelas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) desde os anos 70, transformou seu planejamento urbano. Shenzhen, que passou de uma vila de pescadores (30 mil hab.) a uma megalópole global (12,5 milhões hab.), exemplifica essa urbanização acelerada, com expansão de 3.400% na área urbanizada (1979-2017) e crescimento médio anual de 24 km². As ZEEs funcionaram como laboratórios de políticas públicas, integrando infraestrutura, economia e planejamento urbano, gerando impactos como fragmentação urbana e pressão sobre recursos naturais. Iniciativas sustentáveis em projetos emblemáticos – DJI Sky City (Foster + Partners), KK100 (Farrells), China Resources HQ e Ping An Finance Centre (KPF), e Shenzhen Stock Exchange (OMA) – materializam as diretrizes do Plano Diretor da cidade, funcionando como vetores urbanísticos para o desenvolvimento regional. Todos esses projetos estão associados a um masterplan integrado que combina parques, habitação, centros comerciais, complexos esportivos e infraestrutura de transporte, refletindo a abordagem holística de Shenzhen no planejamento urbano. O Ping An Finance Centre (599 m) consolida a

densificação controlada do distrito financeiro de Futian; o KK100 (441,8 m) integra transporte e espaços públicos; a China Resources Headquarters inova em fachadas e mixed-use; a bolsa de valores (OMA) incorpora jardins suspensos como dimensão cívica; e a sede da DJI personifica sustentabilidade com energia

renovável. Esses projetos materializam a síntese entre experimentação política e crescimento tecnológico. Shenzhen emergiu como polo global de inovação, com PIB de 3,46 trilhões de yuans (2023) e liderança em pedidos de patentes (PCT) por duas décadas em setores como 5G e inteligência artificial, impulsionada por empresas como Tencent, BYD, DJI e ZTE. Contudo, a aceleração do desenvolvimento tensiona-se com o paradigma da "ecocivilização", operacionalizado via Planos Quinquenais em quatro pilares: transição energética para fontes renováveis, planejamento urbano integrado com

tecnologias sustentáveis, inovação orientada para a sustentabilidade ambiental e mecanismos regulatórios para internalização de externalidades ambientais. A experiência de Shenzhen conecta-se à Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), que em 2024 contava com 152 países e 32 organizações parceiras, demonstrando como o modelo das ZEEs expandiu-se para influenciar a integração global de economias emergentes. Shenzhen oferece insights críticos sobre os paradoxos do desenvolvimento acelerado, equilibrando benefícios como geração de empregos e crescimento econômico com desafios de fragmentação socioespacial e pressão ecológica. Sua trajetória reforça o potencial das ZEEs como instrumentos de planejamento territorial escalável, mas alerta para a necessidade de conciliar inovação tecnológica com resiliência ambiental. A análise contribui para debates sobre urbanização no Sul Global, destacando a viabilidade de modelos que integrem experimentação política, infraestrutura integrada e sustentabilidade, sem desconsiderar as tensões inerentes aos processos de transformação rápida.

Palavras-Chaves: Zonas Econômicas Especiais; Planejamento territorial; Ecocivilização; Shenzhen

HIDRELÉTRICAS, GREENWASHING E CONFLITOS TERRITORIAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA INSERÇÃO DA CHINA NO SETOR ENERGÉTICO BRASILEIRO (2015-2024)

Helena Luiza Matuo Rodrigues (UNILA)

Fernadno Wimer Romero (UNILA)

A expansão da China como potência global tem reconfigurado as dinâmicas geopolíticas, especialmente no Sul Global. No Brasil, essa presença se concretiza por meio de investimentos estratégicos no setor energético, particularmente em usinas hidrelétricas, sob os discursos de “cooperação Sul-Sul” e “transição energética”. No entanto, longe de romper com a lógica da dependência, tais iniciativas reproduzem formas atualizadas de colonialidade energética. Este artigo realiza uma análise crítica dos investimentos chineses em megaprojetos hidrelétricos no Brasil entre 2015 e 2024, com ênfase nas implicações socioambientais e nas resistências locais em defesa da justiça ambiental e da soberania dos territórios.

Com base em uma metodologia qualitativa e em revisão crítica de literatura, estudos de caso e fontes primárias como o EJAAtlas, a FIDH e o CEBC, são analisados projetos como São Manoel, Teles Pires e o complexo do Tapajós, todos localizados na Amazônia brasileira. O referencial teórico articula a Ecologia Política Latino-Americana, os estudos sobre dependência e as teorias críticas da hegemonia, especialmente os aportes de Robert Cox e Maristella Svampa. O objetivo é compreender as relações entre poder, capital energético e reconfiguração dos territórios.

Os resultados demonstram que, embora respaldados por discursos de sustentabilidade, esses projetos intensificam padrões históricos de subordinação, como a dependência tecnológica (exemplificada pelo uso maciço de equipamentos importados da China), o desmatamento, o deslocamento forçado de comunidades indígenas e a destruição de sítios sagrados. A estratégia chinesa no Brasil não se limita ao suprimento energético, mas envolve a aquisição de ativos estratégicos, consolidando sua influência geopolítica e transformando o Brasil em elo subordinado das cadeias de valor globais lideradas por Pequim.

O caso do Complexo Tapajós é emblemático: apesar de sua magnitude e dos impactos previstos sobre os territórios Munduruku, o projeto avançou sem a devida consulta prévia, livre e informada, exigida por lei. A mobilização indígena, no entanto, conseguiu barrar temporariamente a iniciativa, revelando o potencial das resistências locais. Ao mesmo tempo, nota-se a flexibilização do marco regulatório brasileiro desde 2016, que enfraqueceu os direitos territoriais para atrair capital estrangeiro, aprofundando a mercantilização da natureza.

Conclui-se que a atual transição energética, sob moldes capitalistas e extrativistas, reforça desigualdades históricas ao invés de superá-las. Para ser justa, a transição energética na América Latina deve partir de outra lógica: centrada nos direitos dos povos tradicionais, na justiça territorial e na valorização de saberes plurais como base para novas formas de produção e uso da energia.

Palavras-Chaves: Palavras-chave: China; hidrelétricas; greenwashing; Amazônia; justiça ambiental.

ESTADO, CAPITAL E ENERGIA NA CHINA CONTEMPORÂNEA: CONFIGURAÇÕES INSTITUCIONAIS E CONTRADIÇÕES DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA (2011-2025)

Lúisa Braga Bianchet (UFABC)

A transição energética chinesa representa um dos processos mais complexos e contraditórios da agenda climática global contemporânea. Como maior consumidora e produtora de energia mundial, responsável por 25,88% das emissões globais de gases de efeito estufa, a China ocupa posição central nos estudos sobre mudanças climáticas e sustentabilidade. Este trabalho analisa a configuração político-econômica do setor energético chinês através da articulação entre Estado, capital e energia no período compreendido pelos 12^o, 13^o e 14^o Planos Quinquenais (2011-2025). O problema de pesquisa concentra-se na aparente contradição estrutural da estratégia energética chinesa: o país simultaneamente lidera a expansão global de energias renováveis enquanto mantém o carvão como base de sua segurança energética. Em 2023, cerca de 61% da eletricidade chinesa ainda provinha do carvão, mesmo com investimentos massivos em tecnologias limpas. Esta dualidade manifesta-se em múltiplas dimensões: no âmbito doméstico, através das tensões entre imperativos de desenvolvimento econômico e dinâmicas de governança energética entre níveis central e provincial; no âmbito internacional, via geopolítica energética e projetos como a Belt and Road Initiative. A análise emprega o arcabouço teórico da economia política internacional, particularmente a teoria dos jogos de dois níveis de Robert Putnam, para compreender como os níveis doméstico e internacional se articulam na definição da posição chinesa. A metodologia baseia-se em análise documental de Planos Quinquenais, White Papers, acordos internacionais e dados energéticos oficiais, triangulada com revisão bibliográfica sobre desenvolvimento verde e transição energética. A configuração institucional do setor energético chinês revela complexa interação entre empresas estatais (Sinopec, CNOOC, State Grid), capital privado emergente no setor renovável e estruturas regulatórias que operam simultaneamente nos níveis central e provincial. As frações do capital energético – tradicional (carvão/petróleo) versus renovável – apresentam disposições diferenciadas para investimento na transição, com governos locais atuando como mediadores desses interesses conflitantes. Na dimensão externa, a inserção chinesa nos mercados internacionais de energia e tecnologia viabiliza oportunidades de acumulação através da exportação de capitais em projetos energéticos globais. Os resultados preliminares indicam que esta dualidade evolui progressivamente: o 12^o PQ (2011-2015) estabeleceu bases experimentais, o 13^o PQ (2016-2020) institucionalizou a ambiguidade estratégica, e o 14^o PQ (2021-2025) aprofunda tanto compromissos verdes quanto salvaguardas fósseis. Esta trajetória sugere que as contradições não constituem falhas transitórias, mas elementos estruturantes de um modelo de transição energética "com características chinesas". A pesquisa contribui para compreender como o desenvolvimento econômico chinês articula sustentabilidade ambiental e segurança energética, oferecendo insights sobre as dinâmicas globais da transição energética. As conclusões apontam para a necessidade de análises que superem dicotomias simplificadoras entre progresso e retrocesso, reconhecendo a complexidade inerente aos processos de transformação energética em economias emergentes de grande escala.

Palavras-Chaves: China; transição energética; economia política internacional; Estado; capital energético.

GT 3 - Presencial - RI

A CONTENÇÃO AMERICANA FRENTE À ASCENSÃO GLOBAL DA CHINA: ANÁLISE DE ESTRATÉGIAS E PERCEPÇÕES NA LITERATURA INTERNACIONAL

Alessandra Lemos Nogueira (ECEME)

Este artigo investiga como os Estados Unidos da América (EUA) vêm reformulando a doutrina de contenção, originalmente elaborada por George Kennan em 1947, diante da ascensão da China como potência global no século XXI. A pesquisa, de natureza qualitativa e abordagem em andamento, ancora-se na Economia Política Internacional (EPI) e na Geopolítica, articulando autores como Susan Strange (1998), Robert Gilpin (2002), Immanuel Wallerstein (2004), Alfred Mahan (1890), Halford Mackinder (1904) e Nicholas Spykman (1942). A análise se desenvolve a partir da combinação entre revisão bibliográfica sistemática e análise de conteúdo, fundamentando-se em mais de 1.500 artigos publicados na revista *Foreign Affairs* entre 2013 e 2023, além de documentos oficiais do Departamento de Defesa dos EUA. A pesquisa busca compreender como os EUA formulam estratégias para limitar o avanço da China, observando o fortalecimento de alianças como o QUAD e o AUKUS, o incremento da presença militar no Indo Pacífico e a adoção de sanções tecnológicas contra setores estratégicos chineses, como semicondutores. Simultaneamente, o estudo analisa as respostas chinesas, notadamente por meio da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) e da Estratégia do Colar de Pérolas, que reforçam a inserção da China em regiões-chave da Eurásia e da África, consolidando seu poder logístico e comercial. No estágio atual da investigação, observa-se uma crescente convergência entre discurso acadêmico e formulação estratégica estadunidense. A análise dos artigos da *Foreign Affairs* evidencia que, a partir de 2017, intensificou-se a percepção da China como ameaça sistêmica, com impacto direto na política externa dos EUA. Já os relatórios oficiais do Departamento de Defesa (DOD) entre 2020 e 2023 demonstram uma crescente preocupação com a modernização militar chinesa e sua presença naval no Indo

Pacífico. A pesquisa também realiza uma análise cruzada de nove artigos acadêmicos sobre a BRI, revelando que, embora alguns autores como Xiao Liu (2020) e Liu, Schindler e Liu (2020) minimizem seu caráter ameaçador, há um consenso relevante de que a BRI opera como instrumento de projeção de poder chinês. Malik, Zahra e Khalid (2025) e Rahman (2020), por exemplo, identificam motivações estratégicas subjacentes à iniciativa, especialmente nas dimensões diplomática, securitária e geopolítica. A investigação segue em desenvolvimento com foco na interdependência sino-americana e seus limites para uma política de contenção mais radical. A hipótese central sugere que a contenção atual diferencia-se da Guerra Fria por ocorrer em um ambiente de conectividade econômica e tecnológica, onde competição e cooperação se entrelaçam. Com isso, a pesquisa pretende contribuir para a compreensão crítica das estratégias contemporâneas de poder, oferecendo subsídios teóricos e empíricos para o campo das Relações Internacionais e dos Estudos Estratégicos.

Palavras-Chaves: Estados Unidos; China; Doutrina de contenção; Relações Internacionais

A GEOECONOMIA DOS MINERAIS CRÍTICOS NA RELAÇÃO BRASIL - CHINA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DOS DIREITOS HUMANOS

José Vitor Pereira Neto (Fundação Getúlio Vargas São Paulo (FGVSP))

A pesquisa objetiva analisar a posição da China no âmbito das violações de Direitos Humanos decorrentes dos impactos causados pelo investimento estrangeiro chinês no setor minerário brasileiro.

Nesse contexto, a pesquisa observará os seguintes aspectos: (i) Análise do Comportamento da China em acordos e tratativas entre estados: A pesquisa irá explorar como a China regula a abordagem em direitos humanos dos investimentos internacionais no Brasil a partir da análise dos acordos e tratativas entre os dois países; (ii) Estudo dos mecanismos da atividade econômica privada: Investigação dos instrumentos privados de estruturação do investimento estrangeiro chinês no setor de minerais críticos, tais como padrões contratuais, cláusulas típicas e modelos societários, buscando identificar medidas de devida diligência e mecanismos de prevenção em violação de Direitos Humanos.

Estes dois aspectos de análise em macro e micronível regulatório proporcionarão uma compreensão integral da posição da China em relação à aplicação de normativas internacionais de Direitos Humanos no âmbito de estruturação de grandes empreendimentos internacionais causadores de impacto humano e socioambiental.

A crescente presença da China como principal investidora estrangeira no setor de minerais críticos no Brasil, essenciais para a transição energética global, coloca em evidência a urgência de analisar seu posicionamento frente a violações de direitos humanos decorrentes desses empreendimentos. Nesse sentido, a pesquisa inova ao trazer para a literatura dos investimentos chineses no sul global, em especial no Brasil, uma nova leitura centrada nos impactos em Direitos Humanos e não apenas em seus aspectos econômicos e geopolíticos, integrando elementos de diálogo dos estados com as instâncias internacionais reguladoras do campo dos Direitos Humanos e o due diligence corporativo no setor extrativista de minerais críticos.

Esta pesquisa se une à linha de estudos críticos dos extrativismos no sul global (Svampa, 2019)(Chagnon et al, 2022) (Araóz, 2020), trazendo como pano de fundo uma reflexão mais ampla da participação e posição da China nas relações sul-sul.

Tradicionalmente, o campo de estudos decolonial e pós-colonial (Chalmers, 2024) (Eslava, 2019) orienta a sua análise desde uma relação norte/sul global, a partir da reprodução pelo neocolonialismo da exploração econômica e humana nas cadeias globais de investimento norte/sul.

O que este estudo busca inovar é, a partir da análise das cadeias de investimento chinesa em minerais críticos no Brasil, mapear como a posição da China em relação a violações em direitos humanos na cadeia extrativista pode reproduzir a mesmas estratégias violentas e exploratórias historicamente desenvolvidas pelo norte global, mesmo que a China esteja posicionada no “Sul”. Nesse sentido, se proporciona um diálogo crítico com a agenda de Direito e Desenvolvimento, se debruçando sobre a estrutura de desenvolvimento econômico do estado chinês para a partir daí refletir sobre os limites de experiências alternativas de desenvolvimento (Lizarazo-Rodriguez, 2021).

A pesquisa seguirá a Teoria Fundamentada de Dados como principal referência para análise de documentos jurídicos. Assim, definido como corpo empírico a abordagem chinesa para os Direitos Humanos no caso da estruturação dos empreendimentos de impacto na cadeia de investimentos em minerais críticos, a pesquisa, irá se utilizar da análise de conteúdo (Bardin, 1977) como técnica de leitura de documentos legais, previamente levantados, especificamente Acordos, tratativas e termos de cooperação na relação Brasil - China e instrumentos privados de estruturação societária e padrões contratuais dos mecanismos de investimento, para a formulação de uma teoria sobre a situação, valendo-se, aqui, da “Grounded Theory”, enquanto método indutivo que visa gerar teorias a partir dos dados empíricos coletados diretamente do campo. Assim, a partir da metodologia aplicada espera-se desenvolver um conceito/teoria sobre a

abordagem em Direitos Humanos da China acerca dos investimentos estrangeiros em minerais críticos para a transição energética.

Para realizar esta pesquisa será usado o software atlas.ti que permite analisar diferentes tipos de documentos e conectá-los dentro da mesma análise. Importante lembrar que cada tipo de documento pode exigir uma metodologia distinta. Por exemplo, em um projeto de lei, a justificativa e o texto da lei podem ser analisados separadamente, pois têm forças diferentes e refletem aspectos distintos da construção da política pública. Essa diferenciação pode ajudar a entender a relação entre os interesses declarados e os instrumentos legais efetivos.

Palavras-Chaves: Direitos Humanos; Minerais Críticos; China; Neoextretivismo; Geoeconomia

ENTRE POTÊNCIAS: A CRESCENTE PRESENÇA DA CHINA NA ÁFRICA FRENTE À RESISTÊNCIA AO AFRICOM

Juliana Ribeiro Lobato (UFRGS)

Este trabalho analisa a percepção dos governos africanos em relação à presença estrangeira no continente, com especial atenção à resistência às iniciativas dos Estados Unidos – sobretudo ao AFRICOM – e à crescente atratividade da China como parceira estratégica. Criado em 2007 pelo Departamento de Defesa norte-americano, o AFRICOM é responsável por coordenar as operações militares dos EUA em 53 países africanos. Desde sua implementação, diversos líderes africanos têm expressado preocupações quanto aos reais objetivos da iniciativa, frequentemente vista como um instrumento de projeção de poder dos EUA mais voltado à contenção de rivais geopolíticos do que à promoção da segurança africana. Partindo desse contexto, o estudo propõe que a resistência ao AFRICOM deve ser compreendida não apenas como uma defesa da soberania nacional, mas como parte de uma reconfiguração mais ampla, na qual a China se tornou um ator influente no continente. Oferecendo investimentos em infraestrutura e adotando uma retórica de parceria entre iguais, Pequim tem se apresentado como uma alternativa mais atraente para diversos governos africanos. Para investigar essas dinâmicas, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa baseada na análise de documentos oficiais e literatura acadêmica. O objetivo é compreender como os posicionamentos dos governos africanos têm evoluído à luz da expansão chinesa no continente, e em que medida essa presença tem influenciado a resistência à presença militar dos Estados Unidos na região.

Palavras-Chaves: África; China; Estados Unidos; AFRICOM

ENTRE REFORMA E REPRODUÇÃO: A CHINA E OS DILEMAS DA LEGITIMIDADE NA GOVERNANÇA GLOBAL CONTEMPORÂNEA

Mariana Quintanilha (CEBC)

A ordem internacional contemporânea enfrenta uma crise multidimensional, na qual crises climáticas, geopolíticas, sanitárias e institucionais convergem para desafiar os fundamentos do multilateralismo liberal. Esse cenário evidencia a erosão da legitimidade das organizações internacionais, cujos pilares normativos e procedimentais — democracia representativa, direitos humanos universais e rule of law — são crescentemente contestados. A ascensão da China insere-se nesse contexto como um fenômeno que transcende a redistribuição de capacidades materiais, incidindo sobre a gramática normativa e epistêmica que estrutura a governança global. Este trabalho investiga de que maneira a atuação chinesa reconfigura as bases da legitimidade institucional, a partir do conceito de “multilateralismo inclusivo” amplamente promovido por sua diplomacia. Sustenta-se a hipótese de que a China combina um reformismo seletivo com elementos de captura normativa, buscando simultaneamente ampliar a representatividade do sistema e consolidar novas centralidades hierárquicas. Para tanto, analisa-se a tríade de legitimidade procedimental, normativa e epistêmica (Scholte, Verhaegen e Tallberg), articulada às críticas de Thomas Weiss sobre o “universalismo seletivo” e à teoria da hegemonia de Robert Cox, segundo a qual as instituições expressam projetos históricos de poder.

No plano procedimental, observa-se que a China contesta a opacidade e a assimetria de poder nas instituições multilaterais, propondo arranjos decisórios baseados em consultas amplas e soberania estatal. No plano normativo, substitui a centralidade liberal por princípios desenvolvimentistas e soberanistas, enfatizando o respeito às condições nacionais na interpretação de direitos. Já na dimensão epistêmica, busca reposicionar-se como fonte legítima de saber normativo, promovendo conceitos como “civilizações harmoniosas” e rejeitando a universalidade liberal, embora sem eliminar riscos de substituição de uma hegemonia por outra. Estudos de caso, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), mostram que a institucionalização paralela liderada pela China não implica ruptura com a ordem existente, mas sim reconfiguração gradual, combinando mecanismos tradicionais e plataformas próprias, como a Belt and Road Initiative (BRI) e a Global Development Initiative (GDI). Tais instrumentos reforçam uma lógica tecnocrática e pragmática, que preserva elementos da governança liberal, ao mesmo tempo que desafia seus fundamentos normativos.

Ao integrar abordagens críticas e pós-coloniais (Sajed, Bilgin, Rinaldi & Pires), a pesquisa conclui que a disputa em torno da legitimidade institucional não se resolve com a mera inclusão de novos atores, mas exige transformação profunda dos marcos que definem autoridade e universalidade na governança global. Nesse sentido, a atuação chinesa ilustra tanto o potencial de um deslocamento geopolítico quanto o risco de consolidação de novas formas de exclusão e hierarquia sob um discurso reformista.

Palavras-Chaves: China; Governança global; Legitimidade; Multilateralismo; Pós-colonialismo.

**URBAN ASYMMETRIES IN CHINA'S ENERGY TRANSITION: COMPARATIVE INSIGHTS
FROM THE GLOBAL SOUTH**

Luiz Henrique Dias da Silva (RIPPERP UFMG - RUC (China))

China is frequently portrayed as a success story in the field of renewable energy development. However, such portrayals often overlook the institutional and territorial asymmetries that define how energy transitions unfold across the country. This presentation draws on participant observation conducted in 2024 in three distinct urban settings—Beijing, Shanghai, and Xiantao—to examine how local governments with varying levels of capacity interpret and implement national energy policies. The analysis engages with concepts such as fragmented authoritarianism, state capacity, and informal federalism to explain these divergences. While megacities benefit from high-level coordination, digital infrastructure, and political signaling to develop distributed energy systems, smaller cities rely on improvised solutions amid bureaucratic constraints and uneven incentives. The findings suggest that spatial and institutional fragmentation plays a central role in shaping China's transition trajectory. A comparative reflection on Brazil—specifically the contrasting experiences of Minas Gerais (public-led) and São Paulo (private-led)—highlights how different governance structures affect energy transition outcomes in the Global South. Rather than assuming replicable models, this presentation advocates for a grounded understanding of local institutional configurations as a key factor in shaping sustainable and equitable transitions.

Palavras-Chaves: energy transition; urban governance; state capacity; China; Brazil

**DECIFRANDO A CHINA: O IMPACTO DOS LIVROS BRANCOS CHINESES NAS RELAÇÕES
SINO-BRASILEIRAS**

Isabella Borges Ávila (PUC-Rio)

A presente dissertação examina a importância do conhecimento e análise dos Livros Brancos chineses para o fortalecimento da cooperação sino-brasileira, com foco particular no Livro Branco “A Global Community of Shared Future: China's Proposals and Actions”, publicado em 2023. A pesquisa parte da hipótese de que a compreensão aprofundada destes documentos é fundamental não apenas para decifrar as nuances da política externa chinesa, mas também para desenvolver estratégias mais efetivas de cooperação bilateral. Por meio de uma análise documental qualitativa, o estudo identifica conceitos-chave, examina suas implicações para as relações internacionais e avalia seu potencial impacto na parceria Brasil-China. A investigação revela que os Livros Brancos constituem instrumentos fundamentais de comunicação estratégica, oferecendo novas visões sobre as intenções e prioridades chinesas no cenário internacional. A pesquisa contribui para o campo das relações internacionais ao propor um olhar para a interpretação destes documentos no contexto brasileiro, além de oferecer recomendações práticas para formuladores de política. Os resultados sugerem que o desenvolvimento de competência brasileira na análise dos Livros Brancos pode contribuir significativamente para uma cooperação bilateral mais qualificada e mutuamente benéfica.

Palavras-Chaves: Livros Brancos Chineses; Política Externa Chinesa; Cooperação Sino-Brasileira

**AS RELAÇÕES CHINA–CAZAQUISTÃO NA ÁSIA CENTRAL PÓS-SOVIÉTICA:
GEOPOLÍTICA DA ENERGIA E INTEGRAÇÃO INFRAESTRUTURAL**

Guilherme Geremias da Conceição (PPGRI San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC SP))

O presente trabalho analisa as relações bilaterais entre China e Cazaquistão a partir da crescente interdependência energética e da expansão das infraestruturas de escoamento na Ásia Central pós-soviética. Com base em uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão de literatura e análise documental, o estudo investiga como os investimentos chineses em oleodutos, gasodutos e corredores logísticos, no âmbito da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), influenciam a geopolítica regional. Argumenta-se que o Cazaquistão ocupa posição estratégica entre a China e a Europa, funcionando como elo logístico e energético essencial, ao mesmo tempo em que se insere em dinâmicas complexas de dependência e negociação com grandes potências. O objetivo principal é compreender como essa parceria afeta os equilíbrios geopolíticos da região e contribui para a projeção de poder de Pequim a em espaços tradicionalmente influenciados pela Rússia. São analisados projetos como o gasoduto China–Cazaquistão e os corredores conectados ao porto de Lianyungang, bem como discursos oficiais e acordos que expressam os marcos políticos dessa cooperação. A metodologia qualitativa adotada envolve análise de conteúdo de documentos oficiais, relatórios internacionais e literatura especializada sobre regionalismo, energia e política externa chinesa, com foco em padrões de continuidade e mudança nas relações bilaterais. O trabalho busca ainda refletir sobre os debates da geopolítica energética e da multipolaridade, destacando a crescente centralidade da região centro-asiática nos planos estratégicos de Pequim, oferecendo subsídios para a análise de projetos de infraestrutura como instrumentos de influência no Sul Global.

Palavras-Chaves: China; Cazaquistão; Política Externa; Infraestrutura

GT 4 - Iniciação científica - Presencial - Graduação

PRODUÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS NA CHINA: O PAPEL DO DESENHO URBANO NA PROMOÇÃO DE TERRITÓRIOS SAUDÁVEIS

Jéssyca Ingrid Coutinho Resende (UFSJ)

Guilherme Palhares Drumond Gabriel (Universidade de Medicina Tradicional Chinesa de Hebei)

A rápida urbanização chinesa nas últimas décadas alterou a configuração das cidades, produzindo efeitos significativos sobre a saúde coletiva. O desenho urbano, nesse processo, assume um papel estratégico não apenas como tecnologia de organização espacial, mas como tradução contemporânea de valores milenares, onde medicina tradicional, arquitetura e cultura dialogam para produzir territórios saudáveis. Este estudo analisa como elementos do urbanismo contemporâneo chinês, aliados a saberes tradicionais, contribuem para o bem-estar físico e mental das populações urbanas.

A análise considera a hierarquia urbana chinesa dos centros globais de primeira linha como Beijing e Shanghai, aos polos emergentes e cidades menores para compreender como estratégias de saúde urbana se adaptam a diferentes densidades, recursos e padrões culturais. Nos grandes centros, a pressão recai sobre a gestão da poluição e a mitigação do estresse; já nos tiers inferiores, a prioridade é a manutenção das redes comunitárias. Essa perspectiva evidencia a pluralidade de caminhos para integrar saúde e urbanismo.

Dois eixos estruturam a análise. O primeiro aborda a Medicina Tradicional Chinesa (MTC) como modo de organização espacial, onde parques lineares, corredores ecológicos e sistemas de mobilidade são concebidos como “meridianos urbanos”. Segundo Liu (2016), essa concepção, inspirada na MTC, permite a criação de espaços terapêuticos que estimulam o fluxo de energia vital (Qi) e reduzem fatores estressantes do ambiente urbano. Assim como no corpo humano, onde meridianos equilibrados previnem doenças, no espaço urbano essa rede verde e conectada atua como medicina preventiva em escala territorial.

O segundo eixo foca nas praças públicas como espaços de práticas corporais coletivas, como o Tai Chi e o Qigong. Chen (2019) demonstra que esses espaços, além de promoverem a atividade física, fortalecem os vínculos comunitários, o que é particularmente relevante diante do envelhecimento populacional. A MTC, nesse contexto, atua como linguagem social compartilhada: idosos e jovens encontram nessas práticas um elo que atravessa barreiras geracionais e geográficas. As praças atuam como um núcleo de suporte social, onde o exercício físico se combina a interações regulares, criando um ambiente propício à saúde mental e emocional.

A análise se ancora em políticas públicas como o plano nacional “Healthy China 2030” e as diretrizes para cidades-esponja, que refletem o compromisso do país com um desenvolvimento urbano resiliente, sustentável e centrado na saúde; integrando uma infraestrutura ecológica, retenção de água e cobertura vegetal à vida urbana.

Ao considerar o espaço urbano como determinante social da saúde, este estudo propõe uma leitura do urbanismo chinês como um organismo vivo, onde cada rua, praça e parque desempenham uma função fisiológica. O entrelaçamento entre racionalidade técnica e tradição resulta em cidades que não apenas abrigam, mas cuidam, oferecendo ao debate global caminhos inovadores para unir saúde, cultura e sustentabilidade, em consonância com os ODS 3 e 11.

Palavras-Chaves: Desenho urbano; saúde coletiva; urbanismo chinês; paisagens terapêuticas; espaço público.

A RECENTE LITERATURA DE ECONOMIC STATECRAFT NO CONTEXTO DAS ESTRATÉGIAS DE EXPANSÃO ECONÔMICA DA CHINA

Mayra Contin Bertucci (UFABC)

A literatura contemporânea busca compreender de que maneira a China tem aumentado o seu poder político no cenário global por meio do uso de estratégias e ferramentas econômicas, frequentemente descritas como economic statecraft. O objetivo central é analisar como a China tem desafiado as estruturas econômicas liberais globais, utilizando instrumentos econômicos para expandir sua influência global e atingir seus objetivos políticos. O estudo visa também investigar como a literatura sobre economic statecraft tem respondido ao crescimento econômico e geopolítico da China, especialmente após sua ascensão como potência global. Segundo Baldwin e Kapstein (2020), o conceito de economic statecraft refere-se ao emprego de instrumentos econômicos com o objetivo de atingir fins não econômicos. Esse conceito tem sido reinterpretado à luz das transformações recentes nas dinâmicas geopolíticas e econômicas globais.

Para investigar a evolução do conceito, o trabalho propõe uma revisão sistemática da literatura sobre economic statecraft, com ênfase nas abordagens contemporâneas, baseado em periódicos da área de relações internacionais, direito internacional e políticas públicas. A metodologia possibilitou a organização da literatura em duas fases históricas: fase 1, pré-ascensão da China (anos 1980–1990), com ênfase em conceituar o debate de economic statecraft; e fase 2, pós-2010, com uma divisão entre estudos que analisam a China e outro grupo que analisa a resposta dos países à China.

Nos estudos que analisam a China, a literatura destaca instrumentos como: ajuda externa com fins comerciais, financiamento para o desenvolvimento, empréstimos sem juros ou com juros baixos e fixos, subsídios estatais, projetos e iniciativas de cooperação Sul-Sul, além da atuação em contextos bilaterais e multilaterais (Macikenaite, 2020).

No que diz respeito aos instrumentos empregados por outros países, aqui considerados como reações à ascensão chinesa, observa-se que ações econômicas domésticas são mobilizadas estrategicamente para produzir efeitos globais, securitizando setores específicos. Entre os principais mecanismos utilizados estão: a proteção das cadeias de minerais críticos, a defesa da superioridade tecnológica e da capacidade de inovação, o controle de exportações e screening of foreign investment (Aggarwal e Reddie, 2021; Drezner, 2019; Weiss, 2021). Nesse caso, o foco do economic statecraft é geopolítico: trata-se de influenciar setores ou atores específicos por meio de medidas econômicas internas.

A principal hipótese é que a literatura tem associado, de forma crescente, o conceito de economic statecraft ao sucesso da China e ao uso de meios econômicos por outros Estados como parte de suas estratégias em resposta à sua ascensão. Assim, a revisão sistemática permite visualizar a evolução do conceito, que cada vez mais integra questões de segurança nacional, geoeconomia e políticas domésticas, como reação ao avanço político-econômico da China.

Palavras-Chaves: Economic statecraft; Instrumentos econômicos; Geopolítica; China

A NOVA ECONOMIA DO PROJETAMENTO NA CHINA: EVIDÊNCIAS DO SETOR EÓLICO

Henrique Guedes Faria (IRID-UFRJ)

O desenvolvimento econômico chinês constitui um dos fenômenos mais instigantes das últimas décadas para as ciências sociais. O país apresentou um crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos 45 anos de 8,6% a.a., ao mesmo tempo em que a renda per capita no período saltou de US\$ 250 em 1980 para US\$ 9.040 em 2014, chegando à marca de US\$ 12,000 em 2025 (BM, 2025). Enquanto processo histórico, no entanto, erigiu diversas contradições, como o uso intenso de combustíveis fósseis, por exemplo. Desde a década de 1960, o consumo energético por fontes poluentes na China concentrou-se acima dos 90%. Apenas a partir de 2014 esta faixa percentual declinou, culminando na menor porcentagem histórica em 2023, quando alcançou 81.55% do total. Por outro lado, o consumo energético por fontes renováveis cresceu de forma gradativa, saindo de 2,76% em 1978 para 16,16% em 2023 (Ritchie; Rosado; Roser, 2023). Do ponto de vista privilegiado neste trabalho, a realização da transição energética na China está sendo liderada pelo Estado e suas instituições, em um esforço de alto nível de planejamento econômico. A Nova Economia do Projeto (Jabbour; Dantas, 2021b) veio-a-ser, na China contemporânea, esta Nova Formação Econômico-Social capaz de dirigir a solução de grandes questões sociais, como a transição energética e a questão climática (Jabbour; Gabrielle, 2021a). A capacidade do Estado em ofertar bens públicos em seu Macrossetor improdutivo, depende da existência de um poderoso Macrossetor produtivo para prover bens de alto valor de uso para a população. O planejamento econômico na China conquistou sua mudança qualitativa neste sentido, pois verifica-se, pelo menos no setor eólico, sua enorme capacidade de gerar novos mercados voltados para solucionar grandes óbices na sociedade chinesa, como a questão ambiental e a transição energética. À título de exemplo, a capacidade instalada do setor eólico chinês era dividida em 75% por firmas estrangeiras e 25% por empresas chinesas em 2004, ao passo que, em 2009 a divisão encontrava-se com 13% de firmas estrangeiras e 87% de empresas chinesas (Stargrove, 2011, p.6). Os chineses conduziram, a cada passo, seja pelo financiamento, seja por subsídios, seja por incentivo à P&D, seja por garantias de mercado, o crescimento econômico e a inovação tecnológica em seu setor eólico (Bridle; Kitson, 2014). O objetivo do presente artigo é investigar, à luz da noção de Nova Economia do Projeto, as dinâmicas de planejamento arquitetadas pelo Estado chinês para tornar seu setor eólico o que mais cresce no mundo, em termos de pedidos de patentes e de capacidade instalada (Zhu; Ainscow, 2022). A metodologia empregada será o estudo de caso do setor eólico chinês, acompanhada de pesquisa exploratória para enriquecimento qualitativo da elaboração. A hipótese do presente artigo é que a Nova Economia do Projeto encontra, no setor eólico chinês, uma grande evidência para sua validade conceitual nas ciências sociais contemporâneas.

Palavras-Chaves: China; Transição Energética; Desenvolvimento

A NOVA ROTA DA SEDA E A CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS CHINESES NOS PAÍSES DO SUL GLOBAL

Thiago Orzari Padovezi (UNICAMP)

Este trabalho é uma iniciação científica que examina a Nova Rota da Seda Chinesa (BRI), com foco em seus objetivos e a caracterização dos investimentos chineses nos países em desenvolvimento participantes. A pesquisa utilizou revisão bibliográfica e dados do *China Global Investment Tracker* para analisar o empreendimento. Os resultados apontam que a BRI é motivada por mudanças estruturais na economia chinesa e por uma estratégia de expansão geopolítica, visando aumentar a influência global da China. A análise dos investimentos sugere que a China prioriza a infraestrutura pesada para conectividade e extração de *commodities*, com exceção do Sudeste Asiático, onde há mais investimentos em infraestrutura leve. A conclusão destaca que, embora a BRI traga desenvolvimento e conectividade essenciais para o Sul Global, ela serve primariamente aos interesses chineses.

Palavras-Chaves: China; Sul Global; Investimentos Chineses; BRI

O CONFUCIONISMO NA DIPLOMACIA CONTEMPORÂNEA DA CHINA

Giovanna Silva Sousa (UFABC)

Este projeto de Iniciação Científica propõe uma análise do impacto das ideias confucianas na diplomacia contemporânea da República Popular da China. O confucionismo, tradição filosófica originada no século VI a.C, moldou culturas asiáticas e instituições políticas por mais de dois milênios, sendo intensamente reprimido durante o período maoísta (1949-1976). Contudo, nas últimas décadas, observa-se um reavivamento das ideias confucianas pelo Estado chinês, tanto em políticas internas como externas, como forma de reafirmação identitária e projeção internacional. Esta pesquisa busca identificar a presença de valores confucionistas em discursos oficiais e práticas diplomáticas do governo chinês, analisando elementos como harmonia, benevolência e hierarquia social como recursos políticos.

O principal objetivo desta pesquisa é analisar como os princípios confucianos como harmonia, benevolência e hierarquia social, influenciam a diplomacia chinesa na contemporaneidade. Será analisada a presença de valores confucianos em discursos e práticas diplomáticas da República Popular da China, e o uso do confucionismo como ferramenta de soft power. Assim nos permitindo refletir sobre os impactos dessa filosofia milenar na forma como a China é percebida no cenário internacional.

Para isso, será utilizada uma metodologia qualitativa com duas etapas principais. A primeira envolve um levantamento bibliográfico sobre o pensamento confuciano clássico e suas interpretações contemporâneas. A segunda etapa, consiste na análise de discursos e documentos oficiais do Partido Comunista da China, com ênfase nos governos de Hu Jintao e Xi Jinping. Serão também utilizados artigos acadêmicos e obras teóricas. A partir dessa abordagem, pretende-se compreender as contribuições do confucionismo para a diplomacia chinesa e sua percepção internacional no cenário global.

A pesquisa se insere nos estudos sobre a China no Brasil ao contribuir de forma ampla e crítica sobre a política externa chinesa, considerando não apenas aspectos econômicos ou estratégicos, mas também elementos culturais e filosóficos. A investigação busca a compreensão interdisciplinar, aproximando as relações internacionais da filosofia e história chinesa.

Palavras-Chaves: Confucionismo; filosofia chinesa; diplomacia; política externa.

DA DINASTIA ÀS REDES: A RESISTÊNCIA DO HANFU

Leticia Natsumi Shimabuku (UFABC)

A pesquisa “Da Dinastia às Redes: A Resistência do Hanfu” tem como objetivo analisar a vestimenta tradicional do povo Han (grupo étnico majoritário da China), denominada Hanfu (em hanja: 汉服). Esse traje, que surgiu durante a dinastia Han (206 a.C. a 220 d.C.), possuía não apenas uma função prática, mas também simbólica e cultural, atuando como marcador visual de classe social e firmador da identidade étnica. O estudo do Hanfu é fundamental para compreender a relevância da indumentária na história política, cultural e social chinesa, bem como investigar as formas pelas quais essa vestimenta conseguiu persistir ao longo do tempo, mesmo diante da proibição imposta durante a dinastia Qing (1644 a 1912), com a invasão e a implementação de elementos da vestimenta manchu como parte de uma política de dominação cultural, além da passagem dos séculos e dos impactos da globalização.

Além disso, a pesquisa busca compreender o processo de reinvenção e reinterpretação do Hanfu ao longo da história, com ênfase na atualidade, em que essa vestimenta tradicional vem sendo resgatada sob diversas formas, especialmente por meio da influência das redes sociais e da popularização das tendências de moda entre os jovens chineses, principalmente da geração Z. Para além de seu valor estético, o Hanfu é compreendido por esses grupos como símbolo de resistência cultural e afirmação da identidade nacional chinesa. Analisar esse fenômeno permite entender não apenas a permanência de elementos tradicionais na cultura chinesa, mas também como o vestuário pode ser mobilizado como instrumento de expressão simbólica, política e social em contextos marcados pela globalização. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, com abordagem analítica, baseado em pesquisa bibliográfica e documental. Assim, o trabalho busca entender como o Hanfu transita entre o tradicional e o moderno, funcionando como uma forma de manifestação identitária e cultural que ressignifica o passado a partir dos códigos visuais e das narrativas produzidas no presente.

Portanto, ao destacar o papel do vestuário na construção da identidade cultural chinesa, a pesquisa evidencia como o ressurgimento do Hanfu, impulsionado pelas plataformas digitais, se tornou uma forma de resistência cultural e afirmação identitária. Nesse sentido, o estudo contribui para a compreensão da China contemporânea, marcada por tensões e fusões entre tradição e modernidade, em que o passado é ressignificado em novos palcos de visibilidade e expressão cultural.

Palavras-Chaves: Hanfu; Moda; Identidade cultural; Redes sociais

30 ANOS DE RELAÇÃO BRASIL-CHINA: ANÁLISE DOS FLUXOS COMERCIAIS E INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO SINO-BRASILEIRAS (1993-2023)

João Pedro Borges (PUC Minas)

Fábio Ribas (PUC Minas)

O estudo propõe expor os 30 anos de relação Brasil-China tendo em vista as iniciativas de cooperação sino-brasileiras e os fluxos comerciais entre os países, durante o período de 1993 e 2023. Para tal, será apresentada as iniciativas de cooperação bilaterais desde do início da Parceria Estratégica em 1993, o que inclui iniciativas de cooperação no setor técnico-científico, tais como o Programa CBERS de lançamento de satélites, no setor nanotecnologia, através do CBCIN, os projetos e iniciativas nos campos energéticos, a exemplo da criação da Subcomissão de Energia e Recursos Minerais da Comissão Sino brasileira de Alto Nível de Coordenação e Cooperação, o Plano Decenal entre Brasil e China bem como a construção da cooperação política entre os países, como COSBAN (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação). Nesse sentido, o trabalho entende tais projetos como elementos da cooperação Sul-Sul entre os Estados. Em segundo lugar, será realizada uma análise quantitativa e qualitativa dos fluxos comerciais bilaterais, nesse período de 30 anos; demonstrando a crescente importância da China para o Brasil. A conclusão trará uma análise na medida que as iniciativas demonstram uma Cooperação Sul-Sul, entretanto a análise comercial revela um quadro de dependência, de acordo com a visão cepalina.

Palavras-Chaves: Cooperação Sul-Sul; Cooperação tecnológica; Fluxos comerciais; Relações sino-brasileiras.

O FENÔMENO NE ZHA E WUKONG: A MITOLOGIA CHINESA ENTRE AS NOVAS GERAÇÕES

Andrei Farias Rego (GEDCC - UFABC)

Laura Pugliesi Rivaben (GEDCC - UFABC)

Natan Cardoso dos Santos (GEDCC - UFABC)

Existe uma imensa vantagem chinesa na competição por difusão cultural graças ao seu volume populacional que torna a China um dos maiores mercados consumidores de cultura e entretenimento do mundo, ainda que enfrente forte concorrência de seus vizinhos asiáticos que estão inseridos a mais tempo nesse ramo (Japão e Coreia do Sul, principalmente). A presença de um Estado Chinês forte e interessado na promoção dessa indústria cultural para divulgação da cultura chinesa para além das muralhas tem contribuído para que a China lançasse fenômenos na animação e nos jogos, que têm conseguido atingir números impressionantes. Ne Zha, sucesso de bilheteria baseado no homônimo conto folclórico chinês, e “Black Myth: Wukong”, jogo inspirado no romance mitológico Jornada ao Oeste, que retrata a história do Rei Macaco, Sun Wukong. Neste artigo iremos analisar esses sucessos da cultura pop chinesa que contam com a presença elementos da sua mitologia, buscando identificar as estratégias chinesas para conquista de novos mercados para sua indústria de entretenimento, junto com a promoção e valorização da sua identidade nacional.

Palavras-Chaves: Cultura Pop; Animação; Jogos; China; Identidade Nacional.

GT 5 - Online - Humanidades

A ROCHA DO ERUDITO NA CULTURA VISUAL CHINESA

Filipe Panace Menino (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Poucas culturas no mundo possuem uma reverência tão profunda e complexa pela rocha não esculpida quanto a civilização chinesa. Essa devoção manifesta-se de múltiplas formas: nas rochas do erudito, nas pedras de jardim e nos jardins de pedra, além de refletir-se na pintura de paisagem. Tais elementos não representam apenas objetos estéticos, mas símbolos de valores filosóficos, espirituais e cosmológicos que atravessaram séculos na tradição do pensamento estético do extremo leste asiático (Ghilardi, 2021).

Assim, esta pesquisa tem como objetivo rastrear o surgimento e as múltiplas manifestações dessa relação, com foco na cultura literati, e analisar suas reverberações na cultura visual contemporânea.

Inicialmente, busca-se compreender o surgimento da apreciação pela rocha não esculpida durante a dinastia Song (960-1279), período em que as pequenas rochas ornamentais tornaram-se objetos de coleção e estudo para os eruditos (literati), que as utilizavam como símbolos de estabilidade, força, meditação espiritual e inspiração artística. A sua representação ganhou também destaque na pintura em nanquim, consolidando-se como um gênero pictórico que reflete os valores e ideais dessa elite intelectual (MET Museum, 2000).

A figura do literati, também chamado de mandarim ou erudito, surgiu oficialmente na sociedade chinesa com a implementação do "Sistema de Exames Imperiais" durante a dinastia Sui, em 605 d.E.C.. Esse sistema estabeleceu um processo de seleção baseado no conhecimento clássico, na poesia, na caligrafia e na filosofia, formando uma elite que exerceu grande influência na política, na cultura e na estética.

Os chamados "tesouros do letrado" incluíam uma vasta gama de objetos, entre eles as rochas do erudito, que compunham um acervo simbólico de alta carga cultural, relacionado com os ideais filosóficos e espirituais do confucionismo, daoísmo e budismo. Essa relação simbólica e estética aprimorou a formação de jardins de pedras, espaços que originalmente pertenciam à esfera imperial e à elite letrada. Esses jardins eram concebidos como miniaturas do universo, simbolizando as lendárias "Ilhas dos Imortais" e outros arquétipos cósmicos, evocando a antiga busca pela imortalidade e pelo equilíbrio energético (Qi). A sua construção seguia princípios filosófico-estéticos que buscavam transmitir a energia vital através da disposição das rochas, confluindo com a tradição da pintura de paisagens; afinal, a narrativa visual chinesa aponta para a busca de representar o infinito em espaços reduzidos (Descola, 2023).

No contexto atual, essa tradição de apreciação da rocha não esculpida não se perdeu, mas se reinventou na arte contemporânea. A obra do artista Zhan Wang (1962-) exemplifica essa continuidade: sua série de esculturas em aço inoxidável, moldadas a partir de rochas reais e submetidas a processos de soldagem, polimento e moldagem, busca dialogar com a ideia de que a essência do original pode ser transformada e reinterpretada por novas linguagens materiais.

Assim, a pesquisa busca não apenas entender os aspectos históricos e filosóficos da reverência às rochas na cultura chinesa, mas também refletir sobre suas implicações atuais, considerando a persistência de valores ancestrais que continuam a influenciar o olhar artístico e cultural contemporâneo.

Palavras-Chaves: História da arte chinesa - Rocha não esculpida – Rochas do erudito – Cultura literati

PERSPECTIVA SISTÊMICA DA EDUCAÇÃO STEM NA CHINA

Edgard Gonçalves Cardoso (UFABC)

Eduardo Gonçalves Cardoso (FATEC-SP)

A educação STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) tem se tornado motivo de pesquisa e projetos pilotos em diversos países e, por isso, este trabalho tem como objetivo estudar o desenvolvimento da educação STEM na China a partir de uma revisão bibliográfica de artigos publicados entre 2017 e 2025, com base em documentos oficiais, estudos empíricos e dados de políticas educacionais. Aplicou-se análise qualitativa das fontes de informações, estudando a implementação dos programas, dos desafios enfrentados e dos modelos educacionais emergentes no contexto chinês. Como resultados mais significativos pode-se verificar que, desde a adoção oficial da abordagem STEM pelo Ministério da Educação da República Popular da China, houve avanços considerados muito promissores e relevantes, como a criação de escolas-piloto, centros de inovação colaborativa e formação continuada para professores (ZHONG et al., 2022; YU & YANG, 2022). Como desafios do modelo, verificou-se a fragmentação curricular, desigualdades regionais e dificuldades de integração interdisciplinar (PENG et al., 2025). Outro aspecto de destaque, conforme Miao (2023) são as políticas top-down que foram bem-sucedidas em promover adesão institucional, mas são limitadas na mudança de práticas pedagógicas em sala de aula. Novos estudos e visões surgem nesse modelo, como a proposta de adoção de uma perspectiva ecológica baseada na Teoria dos Sistemas Ecológicos de Bronfenbrenner para garantir equidade e qualidade na educação STEM, considerando fatores micro (professor e aluno) até macro (políticas e infraestrutura) (PENG et al., 2025). Ainda como resultados parciais da pesquisa, verifica-se que a educação STEM na China vem evoluindo em direção à integração curricular e ao desenvolvimento de letramento científico e tecnológico, o que requer maior investimento em políticas contextualizadas, formação docente e estratégias para superar desigualdades regionais, considerando a vastidão do território chinês.

Palavras-Chaves: Educação STEM; China; Políticas Educacionais

DO PALÁCIO À TELA GLOBAL: COMO OS DORAMAS CHINESES ESTÃO REDEFININDO A INFLUÊNCIA CULTURAL DA CHINA

Caroline Helena Lacerda Bretas (PUC MG)

Esta proposta de apresentação investiga a crescente influência dos doramas chineses (C dramas) no cenário global, analisando-os como um objeto multifacetado de estudo nas relações internacionais e na historiografia midiática. O trabalho tem como objetivo principal desvendar de que maneira os C-dramas se inserem na estratégia de soft power da China, disputando influência cultural na Ásia e no Ocidente, e como as narrativas históricas apresentadas nessas produções refletem uma visão oficial e, por vezes, revisionista do passado chinês. Em particular, o drama "Legend of Zang Hai" (2025) será explorado como um estudo de caso emblemático de como produções contemporâneas de grande sucesso internacional veiculam elementos de soft power e promovem a cultura chinesa.

A metodologia empregada envolveu uma pesquisa abrangente em fontes acadêmicas e jornalísticas, com foco na análise de conteúdo de C-dramas populares e de alto impacto internacional. Foram examinados os mecanismos de exportação cultural, como a distribuição via plataformas de streaming globais (iQIYI, Tencent Video, Netflix, Viki), e realizada uma comparação com o fenômeno da Hallyu sul-coreana para contextualizar a abordagem chinesa. Além disso, a investigação aprofundou-se na análise de doramas históricos específicos, como "A Lenda de Yanxi" e "The Disguiser", para identificar padrões de representação da Dinastia Qing e da Segunda Guerra Sino-Japonesa, bem como os silenciamentos e omissões de períodos sensíveis da história chinesa.

Esta investigação se insere nos estudos sobre a China no Brasil ao oferecer uma perspectiva cultural sobre a projeção de poder do país asiático. Tradicionalmente, a análise da China no contexto brasileiro e latino-americano tem se concentrado em aspectos econômicos e políticos. No entanto, a crescente popularidade dos C-dramas entre o público brasileiro e a América Latina demonstra a necessidade de expandir essa compreensão para o domínio da influência cultural. Ao explorar como a China utiliza a mídia para moldar percepções e promover seus valores, o estudo contribui para uma visão mais holística das relações sino-brasileiras e para o entendimento das dinâmicas de globalização cultural na era digital.

Palavras-Chaves: Doramas Chineses; Soft Power ; Globalização; Revisão Histórica ;Diplomacia Cultural.

TRANSFORMAÇÕES NA CONSTITUIÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E NAS FORMAS DE LUTAS TRABALHISTAS NA CHINA

Cassiano Schwantes Corrêa (UFRJ)

Isabela Nogueira (UFRJ)

Alexis Saludjian (Instituto de Economia - UFRJ)

As mudanças no regime de acumulação da China ao longo dos últimos 40 anos implicaram, como era de se esperar, em profundas transformações na relação capital-trabalho. Afinal, no curtíssimo espaço de quatro décadas, a China transitou de um modo de produção centralmente planejado e fechado para uma economia capitalista altamente regulada mas, ao mesmo tempo, profundamente imbricada nas cadeias globais, levando milhões de trabalhadores chineses ao chão de fábrica mundial. Tal imbricamento ficou evidente nos anos seguintes à grande crise financeira dos Estados Unidos (2008), quando dezenas de milhares de trabalhadores chineses estamparam as capas dos jornais liderando greves em grande escala nas fábricas da Honda, Foxconn e Toyota e tantas outras (Chan e Pun, 2010; Lee, 2016 e 2018).

Tal protagonismo no chão de fábrica da manufatura global vem sendo, na última década, transformado pela consolidação de um regime de acumulação agora puxado pelas inovações e marcado por novas formas de constituição da classe trabalhadora chinesa. A China produtora de bugigangas baratas ficou no passado, e o país lidera a disputa tecnológica nos setores de ponta da quarta revolução industrial, da inteligência artificial às tecnologias ditas verdes. Nesse processo, também as formas de precarização e exploração do trabalho mudaram. Ao mesmo tempo em que o país assistiu a um crescimento contínuo nos salários desde 2010 e a uma melhora na legislação e no regime de trabalho, também a informalidade e o trabalho por plataforma cresceram, introduzindo novas formas de precarização (Nogueira e Colombini, 2024).

Tal qual no restante do mundo, a atual manifestação da precarização do trabalho na China pode ser identificada como uma precarização neoliberal. Em contraste com as formas anteriores de controle direto e disciplina exercidas pelas empresas e pelo Estado, a precarização neoliberal é caracterizada por um modo de controle do trabalho internalizado pelo trabalhador, produzindo uma forma de autodisciplina alinhada aos imperativos do capital. Durante a era de predominância do semi-proletariado enquanto forma dominante de precarização do trabalho, nas décadas de 1990 e 2000, as agitações trabalhistas eram mais numerosas, concentradas no setor manufatureiro e na região costeira. O trabalhador migrante sem registro, sintetizado na categoria do trabalhador semi-proletarizado, conviveu por duas décadas com uma remuneração abaixo do salário de subsistência, sem direitos e sem regulamentação trabalhista (Guiheux, 2021; Lu, 2024; Pun, 2020).

Quando a precarização do trabalho transitou para uma forma neoliberal, marcada pela informalidade no setor de serviços, as agitações trabalhistas reduziram-se de número, passaram para o setor secundário, espalharam-se pelo país e, sobretudo, transitaram para disputas judiciais via tribunais de mediação de conflitos. Os casos submetidos por trabalhadores têm sido apresentados crescentemente de forma individual, não no formato de disputas trabalhistas coletivas. Essa tendência individual segue a cartilha da judicialização da luta de classes no momento em que a consciência coletiva deixa de se pautar na mobilização e busca atender interesses próprios. Também na China, a luta por melhorias nas condições trabalhistas paulatinamente vai deixando de atravessar uma constituição coletiva de classe, assumindo um caráter crescentemente individual.

Palavras-Chaves: China; agitações trabalhistas; classe trabalhadora; padrões de desenvolvimento.

DESAFIOS DA SEGURANÇA ALIMENTAR NA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL CHINESA

Fernando dos Santos Sampaio (Unioeste)

Carlos José Espíndola (UFSC)

Marlon Clovis Medeiros (Unioeste)

A formação sócio-espacial chinesa teve um crescimento econômico acelerado e constante por mais de 40 anos seguidos apresentando um PIB de US\$ 17,7 trilhões em 2023 (16,6% do PIB mundial). Esses atuais indicadores são frutos da Revolução de 1949 e das reformas econômicas iniciadas por Deng Xiaoping a partir de 1978.

Assentada no “Programa das Quatro Modernizações”, esse processo precisou de grande crescimento das forças produtivas que exigiram mudanças em aspectos das relações de produção e da superestrutura (Spence, 1990). A rápida transformação nas estruturas geoeconômicas chinesas desembocou em desafios internos e externos. Tais desafios vêm sendo solucionados por uma série de inovações institucionais que delimitam uma contínua reorganização de atividades entre os setores estatal e privado da economia

(Jabbour e Paula, 2018), destacando-se a questão da segurança alimentar. A partir de 1978, implementou-se uma radical transformação na agropecuária chinesa, na qual foram adotadas inovações institucionais caracterizadas pela implantação dos contratos de responsabilidade familiar, industrialização rural, liberalização dos preços e dos mercados de produtos agrícolas e de insumos, incentivo à diversificação agrícola, incorporação de inovações tecnológicas, flexibilização do Hukou rural, liberdade aos produtores diretos em transferir o uso da terra, eliminação do imposto sobre a agricultura e a implantação de subsídios diretos (Espíndola et al, 2025). Tais transformações ampliaram significativamente as estruturas, transformando a formação sócio-espacial em um gigante da produção agroalimentar mundial (GUO, 2020).

Entretanto, o intenso processo de urbanização, mudanças nos hábitos alimentares, questões migratórias, sociais e ambientais trouxeram significativos desafios ao aumento da produtividade agropecuária. As conclusões preliminares indicam que a resolução dos desafios passa necessariamente pelo aumento da composição orgânica do capital visando a ampliação da produtividade e ampliação de parcerias com seus fornecedores de produtos agroalimentar como também parte para diferentes investimentos externos diretos. Acredita-se com base em Jabbour e Dantas (2021) que a Nova Economia do Projeto na China pode ser vista como uma resposta a estes desafios.

Palavras-Chaves: geoeconomia; forças produtivas; Nova Economia do Projeto; Socialismo

**SERVIR AO POVO: A IDEIA DE “POVO” NO “A GOVERNANÇA DA CHINA”, DE XI JINPING,
E NOS “TRÊS PRINCÍPIOS DO POVO”, DE SUN YAT-SEN**

Luis Guilherme Nobrega Amorim (FFLCH-USP)

A noção de “povo” ocupa posição central no pensamento político chinês moderno, sendo elemento articulador de diferentes projetos de Estado desde o final da dinastia Qing até o presente. Este trabalho propõe uma análise comparativa entre a concepção de povo nos “Três Princípios do Povo” (1924), formulados por Sun Yat-sen no início do século XX, e aquela presente no primeiro volume do “A Governança da China” (2014), coletânea de discursos, entrevistas e escritos de Xi Jinping, atual Secretário-Geral do Partido Comunista da China. O objetivo é compreender como a ideia de povo é elaborada e mobilizada em dois contextos históricos distintos, por duas importantes lideranças políticas chinesas.

Essa pesquisa parte de uma abordagem histórico-comparativa, situando cada autor em seu respectivo momento: Sun Yat-sen, atuando no contexto de transição imperial-republicano, buscava formular um projeto nacional capaz de superar a fragmentação política e a dominação estrangeira, sintetizando sua proposta nos princípios de nacionalismo, democracia e bem-estar do povo. Xi Jinping, por sua vez, escreve e fala a partir de um Estado consolidado sob liderança comunista, no contexto da chamada “Nova Era”, marcado por metas como a construção de uma “sociedade moderadamente próspera” e a promoção do “sonho chinês de rejuvenescimento nacional”.

A comparação proposta busca identificar convergências e divergências na centralidade atribuída ao povo. Enquanto Sun enfatiza a necessidade de despertar e educar as massas para que participem do processo democrático, Xi destaca o povo como base da legitimidade do Partido, cuja missão é garantir desenvolvimento econômico, estabilidade social e soberania nacional. O estudo também considera como os diferentes sistemas políticos, a saber, república nascente e Estado socialista, moldam a concepção e o papel atribuído ao povo. Ao analisar a transposição e a ressignificação desse conceito ao longo de mais de um século, busca-se compreender não apenas a permanência de certos elementos discursivos, mas também as transformações de seu conteúdo e função.

Palavras-Chaves: Xi Jinping; Sun Yat-sen; Povo; Governança da China; Três Princípios do Povo

A “TÚNICA DO IMPERADOR”? O REVÉS DO ITEM 019.367 DA COLEÇÃO SOPHIA JOBIM
– MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Rodrigo de Sousa Barreto (UFRJ)

Madson Luis Gomes de Oliveira (UFRJ)

Este trabalho apresenta parte dos resultados alcançados mediante a pesquisa de mestrado intitulada “O Auspicioso Lóngpáo (龙袍, ou “Túnica do Dragão”) 019.367: da Coleção Sophia Jobim ao Museu Histórico Nacional”. Estruturada por meio de uma investigação histórica realizada com base em documentos primários e secundários, a análise do próprio objeto (Mida; Kim, 2015) traça seu contexto histórico-cultural e sua trajetória museográfica a fim de apresentar uma “biografia cultural” (Kopytoff, 2008) do traje. Outrossim, a partir de uma análise visual (Baudrillard, 2005; Panofsky, 1991) e estilística (Dickinson; Wrigglesworth, 2000; Zhang; Yang, 2024) da peça, alcançamos uma classificação congruente à sua tipologia específica, que foi de encontro aos dados presentes em sua ficha museológica. Deste modo, buscamos confrontar as questões imediatas da pesquisa com a conceituação pós-colonial do Orientalismo como modelo de lidar com o “Oriente”, da maneira discorrida por Edward Said (2007), particularmente, em relação ao tópico do Vestuário como documento histórico nos ramos dos Estudos de Indumentária, Colecionismo e Museografia no Museu Histórico Nacional. Fazendo uso desta argumentação teórica, propõe-se uma revisão catalográfica da peça, com pranchas gráficas detalhadas de seus elementos estéticos, simbólicos e técnicos e uma intervenção museográfica que contextualize o artefato dentro de uma perspectiva museológica decolonial (Vergès, 2023) alinhada ao conceito de “Ásia-América-Latina como Método” (Kim, 2017), a fim de alcançar uma museografia mais assertiva, ética e intercultural.

Palavras-Chaves: Ásia-América-Latina como Método; Indumentária Chinesa; Lóngpáo; Museografia; Orientalismo

GOVERNANÇA DIGITAL E CONTROLE INFORMACIONAL NA CHINA: INTEGRAÇÃO ENTRE CONFUCIONISMO, TECNOLOGIA E POLÍTICAS ESTATAIS

Samara Letícia Figueredo Choairy Oliveira (LABORO)

A Revolução da Informação traz desafios éticos e políticos complexos, especialmente na interação entre tecnologia e sociedade. A China, potência tecnológica global com um modelo de governança singular, utiliza políticas digitais e sistemas de vigilância que são amplamente debatidos internacionalmente. Para buscar estabilidade social duradoura, o governo combina tecnologias avançadas com tradições antigas, principalmente o confucionismo, que valoriza harmonia social, legitimidade do poder e hierarquia, para guiar a aceitação das tecnologias pela população. Tan (2020) destaca que a inteligência artificial não é neutra, sendo moldada por valores culturais. O TikTok exemplifica essa lógica, personalizando conteúdos e influenciando comportamentos por meio de algoritmos que conectam inovação tecnológica e cultura popular. Essa apropriação tecnológica baseada em valores locais revela um imperialismo digital, onde o controle informacional ocorre pela internalização de normas, além da imposição externa. No contexto chinês, o confucionismo integra estratégias digitais do Estado, unindo vigilância, disciplina moral e manutenção da ordem social em um modelo próprio de governança algorítmica. A inteligência artificial atua como ferramenta para modelar condutas e reforçar ideologias específicas, levantando importantes questões éticas sobre o uso da tecnologia como instrumento de poder cultural e político. As Diretrizes para Governança do Ecossistema de Conteúdo Online (Provisions on the Governance of the Online Information Content Ecosystem) ilustram como a China regula o ambiente digital para proteger a segurança nacional e promover valores socialistas, com o governo, empresas e usuários desempenhando papéis ativos no direcionamento e controle do conteúdo online. A normativa estabelece diretrizes para a difusão de informações consideradas benéficas ao interesse público e ao desenvolvimento nacional, além de prever a responsabilização das plataformas digitais pela gestão dos conteúdos. Esse modelo de governança digital integra mecanismos de supervisão, controle cultural e uso de tecnologias da informação para orientar comportamentos e reforçar normas sociais. A atuação coordenada entre os diferentes agentes visa garantir a estabilidade social, a ordem pública e a promoção de valores alinhados aos objetivos estatais, configurando uma abordagem própria e estruturada de gestão do ecossistema informacional no contexto chinês.

Palavras-Chaves: Governança Digital; Confucionismo; Controle Informacional; Imperialismo Digital.

**LIVROS BRANCOS IRIDESCENTES: POLÍTICAS DAS TRADUÇÕES NA REPÚBLICA
POPULAR DA CHINA**

Sofia Bastos Pontieri Augusto (PPGRI - UERJ)

A presente proposta de apresentação traz os resultados da dissertação com o mesmo nome, onde se analisa os propósitos das traduções em inglês dos Livros Brancos da China, os White Papers, articulando este objetivo geral a uma reflexão sobre os desafios, os alcances e as limitações dessa empreitada por parte da República Popular da China (RPC). Uma vez que, a partir das provocações teórico-metodológicas das Políticas da Tradução nas Relações Internacionais, surgem os questionamentos sobre a plena interpretação dos conteúdos da cultura e filosofia chinesas, presentes na versão em língua chinesa dos Livros Brancos selecionados, notou-se que a tradução influencia na constituição dos White Papers da RPC, ao considerar os processos de desconceitualização e transformação que ocorrem nas traduções. A principal pergunta desta dissertação é: Como os conteúdos da cultura e filosofia chinesas, presentes na versão em língua chinesa dos Livros Brancos selecionados, ocorrem nas suas traduções em inglês, os White Papers? A metodologia da pesquisa consistiu numa pesquisa documental, associada à análise da tradução de conceitos, amparada pela pesquisa bibliográfica nas referências contemporâneas de filosofia chinesa, historiadores voltados para a história da região nos séculos XIX a XXI, e nas produções teórico-ideológicas vinculadas ao Partido Comunista Chinês. Na análise, notou-se que o Livro Branco em língua chinesa publicado em 26 de setembro de 2023 é teoricamente embasado nos princípios da tradição político-cultural chinesa, conforme revisitada no Socialismo com Características Chinesas, e a partir disso se apresenta a proposta para a humanidade com futuro compartilhado; porém na versão traduzida em inglês esse embasamento teórico não transparece, pelos processos de desconceitualização e transformação que passam os conceitos e noções da filosofia chinesa.

Palavras-Chaves: Livros Brancos, tradução de conceitos, filosofia chinesa, Políticas da Tradução

A CONSTRUÇÃO DOS TALENTOS MILITARES COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS

Thays Alves da Silva (UFPeI)

Este resumo refere-se a um subcapítulo de dissertação que aborda a educação militar nas Forças Armadas chinesas no contexto da modernização e reforma. A partir da questão norteadora “o que caracteriza esses militares como talentos militares e de que maneira o manejo desses talentos reflete características próprias da China?” busca-se compreender os fatores que definem tais indivíduos como talentos militares. Os objetivos específicos são: (i) analisar a concepção chinesa de “talento militar” e (ii) investigar os componentes do modelo de formação dos militares chineses para a construção desses talentos.

O Exército Popular de Libertação (EPL) tem consolidado sua modernização militar com foco na evolução tecnológica e mudanças mais eficientes de combate das forças armadas e, principalmente, no fator humano. Diferente de abordagens ocidentais centradas apenas na tecnologia, a China considera fundamental o aprimoramento de seus militares, formando profissionais altamente especializados e com integridade moral alinhada ao Partido Comunista da China (PCCh) (Xi Jinping, 2023).

A palavra “talento” incomum em literaturas e documentos ocidentais, aparece com frequência nos escritos chineses. Traduzida de 人才 (réncái), significando pessoa capacitada ou profissional qualificado. O termo 军事人才 (jūnshì réncái) refere-se especificamente ao talento militar, um indivíduo com competências técnicas e ideológicas necessárias à função. Assim, o militar qualificado chinês deve aliar aptidão militar ao domínio político-ideológico da história revolucionária e diretrizes do Partido (Lao, 2023).

Essa formação voltada para novos talentos militares demanda um sistema educacional estruturado. Para isso é necessário a criação de um sistema que garanta a formação destes militares. Nesse contexto, destaca-se o modelo 四有 (sì yǒu), ou “sistema de treinamento em quatro dimensões”: educação ideológica e política, formação científica e cultural, treinamento militar e desenvolvimento da capacidade de inovação (Li e Wang, 2023). Essa abordagem visa superar treinamentos tradicionais, oferecendo uma formação integral que combine conhecimento técnico e fidelidade ideológica.

A educação política tem papel central, buscando alinhar os militares aos princípios do PCCh. A formação científica e cultural oferece base acadêmica para integrar conhecimentos técnicos à realidade militar. O treinamento físico, a liderança e a teoria militar compõem a dimensão prática. A inovação, por sua vez, destaca-se como elemento-chave, aproximando ciência, tecnologia e doutrina para preparar o EPL para futuros cenários de guerra. Esse sistema é implementado por meio de metodologias como ensino em grupo, gestão organizacional e avaliação contínua. A saúde mental também ganha relevância, sendo considerada essencial para a prontidão e resiliência dos oficiais.

A educação militar na China vai além da qualificação profissional: é um instrumento estratégico do Estado para consolidar um exército leal ao Partido. O progresso técnico caminha junto à fidelidade ideológica, reforçando o papel do EPL como braço armado e político do PCCh. O sistema educacional militar chinês, conforme Wang Xiwen (2023), visa formar líderes preparados para guerras tecnológizadas, usando a tecnologia como ferramenta pedagógica. O foco é a excelência no ensino, aprendizagem contínua e formação de líderes capazes de enfrentar desafios internacionais com pensamento crítico, inovação e competência estratégica.

Palavras-Chaves: Exército Popular de Libertação; Forças Armadas Chinesas; Educação Militar Chinesa

GT 6 - Online - CP, território e meio ambiente

ENSINO DA LÍNGUA CHINESA E POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: SOFT POWER, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DESAFIOS INSTITUCIONAIS

Antônio Mendonça (PUC Minas)

O presente artigo busca traçar um panorama sobre o ensino de mandarim no estado do Rio de Janeiro, com foco nas instituições públicas, destacando seu papel como catalisador de relações estratégicas e de desenvolvimento regional. A análise parte do conceito de soft power, cunhado por Joseph Nye, relacionando-o às especificidades chinesas e à sua capacidade de influenciar por meio da atração e persuasão — valores, cultura e reputação — em contraste com o uso do poder militar ou econômico. No Global Soft Power Index de 2025, a China ultrapassou o Reino Unido, ocupando a segunda posição, evidenciando a efetividade de sua estratégia de influência internacional.

O Estado do Rio de Janeiro, com seu patrimônio cultural, atrativos turísticos e indústria criativa, detém um histórico expressivo de soft power. Contudo, enfrenta obstáculos significativos devido a um ambiente institucional fragilizado, marcado por instabilidade política, insegurança e deficiências de governança.

No âmbito das relações entre entes subnacionais do BRICS, a cooperação entre governos estaduais e provinciais, como Rio de Janeiro e províncias chinesas, ainda é incipiente. Enquanto no plano federal existem iniciativas como a “Universidade em Rede do BRICS” e a “Liga Universitária BRICS”, no nível estadual prevalecem formas mais tradicionais de cooperação descentralizada, como o irmanamento de cidades, frequentemente sem planejamento estratégico robusto. As cooperações científicas entre universidades, embora mais estruturadas, ainda carecem de maior alinhamento com políticas públicas integradas.

A língua chinesa e os intercâmbios culturais constituem ferramentas essenciais para o fortalecimento dos laços Brasil–China. O Instituto Confúcio, fundado em 2004, é peça central do soft power chinês, contando com cerca de 500 unidades em todo o mundo, ofertando cursos de mandarim, exames de proficiência, eventos culturais e programas de intercâmbio. No Brasil, está presente em instituições como UNESP, UNICAMP, UNB, UFMG e PUC-Rio. Apesar do crescimento da demanda, a escassez de professores qualificados — muitos com pouca fluência em português — limita a qualidade do ensino.

No Rio de Janeiro, o ensino de mandarim ocorre em polos do Instituto Confúcio na PUC-Rio, em projetos interinstitucionais e em algumas escolas públicas, incluindo experiências bilíngues e cursos eletivos. Entretanto, a abrangência é reduzida diante do potencial cultural e econômico do estado. Superar a fragilidade institucional é crucial para ampliar a cooperação, atrair investimentos e integrar cadeias produtivas de maior valor agregado, especialmente em tecnologia e indústria 4.0. A criação de cursos superiores de Letras–Mandarim em universidades públicas estaduais poderia consolidar essa estratégia.

Assim, o soft power cultural — expresso pela língua, pelo intercâmbio e pela presença simbólica — pode posicionar o Rio de Janeiro como elo privilegiado na relação Brasil–China. Contudo, para que tal potencial se converta em desenvolvimento efetivo, é necessária uma ação coordenada entre entes subnacionais, fortalecimento institucional e investimento estruturado no ensino da língua e na cooperação científica.

Palavras-Chaves: Cooperação subnacional, Ensino de mandarim, Inst. Confúcio, Rel. Brasil–China, Desenv. Regional

ILHAS ARTIFICIAIS NO MAR DO SUL DA CHINA: UMA ABORDAGEM SOB O PRISMA DO CONCEITO DE ESPAÇO VITAL

Alex Honório Lima (PRI/UFABC)

Murilo Seri Fagundes (PRI/UFABC)

A construção de ilhas artificiais pela República Popular da China no Mar do Sul, despertou preocupações e levantou questões sobre sua motivação e implicações. Nesse contexto, o conceito de espaço vital do geógrafo alemão Friedrich Ratzel pode oferecer uma lente analítica interessante para compreender as intenções por trás dessa ação. Ratzel definiu espaço vital como área da superfície geográfica necessária para sustentar uma espécie viva em seu tamanho populacional atual e o modo de existência. Nesse sentido, a construção de ilhas artificiais pela China pode ser interpretada como uma estratégia para fortalecer sua presença e influência territorial e aprofundar sua capacidade de defesa, projetando poder militar na região. No entanto, ações como essa geraram preocupações em outros países da região, que também reivindicam soberania sobre partes do Mar do Sul da China. A região desempenha um papel de extrema importância estratégica, devido à sua abundância de recursos naturais valiosos, que são essenciais para a expansão industrial em crescimento, a manutenção de rotas comerciais vitais e a resolução de disputas territoriais entre vários países. É importante ressaltar que essa análise deve ser realizada com cautela, considerando os múltiplos fatores envolvidos, como interesses geopolíticos, segurança, acesso a recursos e disputas territoriais. Além disso, é fundamental promover o diálogo e a cooperação entre as partes envolvidas para buscar soluções pacíficas e garantir a estabilidade regional. A aplicação do conceito de 'espaço vital' de Ratzel nos permite explorar possíveis conexões e compreender a ação chinesa no Mar do Sul da China em termos de seus interesses econômicos, políticos e de segurança subjacentes. No entanto, é crucial conduzir uma análise abrangente que leve em consideração outros fatores e perspectivas relevantes, a fim de obter uma compreensão mais completa dessa complexa questão geopolítica. Isso resultou em tensões geopolíticas e chamou a atenção da comunidade internacional. Ao analisar a construção de ilhas artificiais no Mar do Sul da China à luz do conceito de espaço vital, podemos questionar se essa ação é uma tentativa da China de assegurar seus interesses nacionais e econômicos, além de garantir uma posição de destaque na região? O objetivo geral é compreender se a China tem interesses de expansão colonial no mar do Sul, com o intuito de aumentar o seu território marítimo e o controle. A metodologia utilizada neste estudo foi de natureza qualitativa, envolvendo revisão bibliográfica e análise de estudo de caso.

Palavras-Chaves: Ilhas artificiais; Mar do Sul da China; Espaço Vital; Controle Territorial; Interesse Geopolíticos.

BRAZIL–CHINA AGRICULTURAL PARTNERSHIP GREEN BEEF EXPORTS TO COMBAT GLOBAL HUNGER

Danielle Mendes Thame Denny (Research Centre for Greenhouse Gas Innovation)

This study investigates how Brazil–China agricultural cooperation—centered on Brazilian beef exports, degraded pasture restoration, and green technology transfer—can enhance global food security while advancing sustainable development and the transition to a low-carbon economy. It seeks to analyze the technical, regulatory, and strategic dimensions of this bilateral relationship, with a particular focus on its capacity to address hunger and generate economic and environmental co-benefits. Methodologically, the research adopts an interdisciplinary approach grounded in political economy, international trade, and sustainability science. It integrates trade flow analysis, policy reviews, and bilateral initiatives analyses. China is Brazil’s primary destination for beef exports, with more than 37% of Brazil’s total exports of the product, amounting to 8.3 billion US dollars and has recently approved 38 additional slaughterhouses dedicated to this trade (Gov.Br, 2024). In 2023, China was by already by far the leading destination for Brazil’s beef and veal exports, totaling approximately 5.74 billion U.S. dollars. It was followed at a considerable distance by the United States, with imports amounting to around 849.6 million U.S. dollars. The European Union ranked third, importing roughly 554.4 million U.S. dollars worth of beef and veal from Brazil (Statista, 2025). Quality protocols such as the “Boi China” standard (TV, 2024)—requires that cattle be under 30 months of age, never treated with growth-promoting hormones or beta-agonists, and slaughtered in facilities approved by Chinese authorities. Animals must also have traceability from birth and originate from farms free of foot-and-mouth disease without vaccination. This have positioned Brazilian beef as a premium, high-compliance product in the Chinese market. Brazilian beef with zero-deforestation labels, with an average premium of 14.2% over the average price of steak. Besides, both environmental traceability information and environmental protection information can increase consumers’ preference for Brazilian zero-deforestation beef, with average premiums of around 26.5%-26.6%(Chen, 2024). Pasture restoration is also central in reconciling climate mitigation with agricultural productivity. In Brazil, degraded pastures contribute significantly to GHG emissions—estimated at 340 MtCO_{2e} in 2020(SEE, 2025). Transitioning these areas into well-managed, carbon-sequestering systems boosts livestock efficiency, reduces pressure on deforestation, increases productivity, and enhances rural incomes. This aligns with national strategies such as the ABC+ Plan and the National Plan for the Conversion of Degraded Pastures (PNCPP), and has the potential to create millions of rural green jobs. Beyond trade and land-use strategies, Brazil–China cooperation extends to green infrastructure and digital innovation. Chinese firms such as SPIC have invested over €147 million in renewable energy projects in Brazil, generating over 360 million kWh/year (Fucuchima, 2024). Envision Energy is investing \$1 billion in SAF (Sustainable Aviation Fuel) from sugarcane, while partnerships with SENAI Cimatec are advancing clean energy storage solutions(Reuters, 2024). In parallel, bilateral efforts in livestock traceability and land monitoring—such as the CBERS satellite program—are improving transparency and environmental compliance in agricultural supply chains(INPE, 2024). We argue that the

Brazil–China axis represents a strategic platform for advancing Nature-based Solutions (NbS) that are scalable, economically viable, and geopolitically relevant. Integrating pasture restoration with traceable exports and green technological cooperation can simultaneously address food insecurity, GHG emissions, and rural development needs. It also positions both countries to influence global standards on sustainability and trade. The findings provide a roadmap for bilateral dialogue and policy innovation, with concrete implications for Brazil–China engagement in multilateral fora such as COP30 and the Global Development Initiative.

Palavras-Chaves: Brazil–China ; Green beef; Pasture restoration; Zero-deforestation; Sustainable agri-trade

DESENVOLVIMENTO, ENERGIA E INTERESSES ESTRATÉGICOS: A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA COMO VETOR DA REORIENTAÇÃO ECONÔMICA DA CHINA RUMO À SUSTENTABILIDADE

Gabriela Ferreira Chagas Reis (PPGEEI/UFRGS)

Entre 1978 e 2010, a China passou por um acelerado processo de desenvolvimento econômico, tornando-se a segunda maior economia do mundo. Impulsionado pela industrialização, esse avanço consolidou seu papel como exportadora de capital, bens e tecnologia. O setor energético foi fundamental nesse percurso, assumindo papel estratégico no planejamento econômico e na inserção internacional chinesa (Lima, 2018; Visentini, 2011; Yergin, 2014). Contudo, a partir dos anos 2000 — e de forma mais intensa nos anos 2010 — esse modelo apresentou sinais de esgotamento, revelando desequilíbrios como capacidade produtiva ociosa, dependência externa, desigualdades regionais e liderança global no consumo energético e nas emissões de CO₂ (Mendonça et al., 2021; Energy Institute, 2023; Wu e Nakano, 2016; China, 2016; Cintra e Pinto, 2017).

Paralelamente, a agenda ambiental ganhou centralidade na governança global, pressionando economias a assumir compromissos de redução de emissões e descarbonização produtiva, como previsto na Agenda 2030 e no Acordo de Paris. A temática ambiental passou, assim, a ocupar o centro das disputas contemporâneas por legitimidade e influência internacional (ONU Brasil, 2023; CEBDS, 2019). Neste contexto, Pequim reorientou suas políticas econômicas e externas rumo a uma economia verde e a uma atuação internacional assertiva, articulando desenvolvimento sustentável e projeção global por meio de cooperação e integração (Beeson, 2018; Haffner e Reis, 2023).

A transição energética tornou-se eixo central dessa estratégia, impulsionando investimentos em sustentabilidade e ampliando a presença chinesa em regiões como África e América Latina e Caribe, especialmente através da Nova Rota da Seda (Cintra e Pinto, 2017). Alinhado a esse reposicionamento, incorpora-se o conceito de civilização ecológica como base ideológica e diretriz para articular os projetos de desenvolvimento e investimentos doméstico e internacional do país asiático (Barbosa, 2020; Mendonça et al., 2021).

Este artigo analisa a transição energética como eixo estruturante da reorientação econômica da China rumo ao desenvolvimento sustentável. Parte-se da hipótese de que há uma relação simbiótica entre o novo modelo econômico e energético e os interesses estratégicos chineses de desenvolvimento e inserção internacional em sustentabilidade. A metodologia combina revisão bibliográfica e análise documental, com base em fontes acadêmicas e documentos oficiais. O texto se organiza em quatro partes: (1) introdução; (2) debate conceitual sobre desenvolvimento sustentável e transição energética, a partir da Teoria da Dependência, dos ODS e da civilização ecológica; (3) análise das transformações econômicas da China e sua relação com as políticas energéticas, em especial da Nova Rota da Seda; e (4) conclusão.

Os resultados parciais indicam que a transição energética articula interesses domésticos e externos, combinando modernização tecnológica, inovação verde e reposicionamento

1 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

internacional. A adoção de políticas e discursos baseados nos conceitos de desenvolvimento sustentável e civilização ecológica integra um esforço mais amplo de adaptação às pressões por uma economia menos intensiva em carbono, mais equilibrada socialmente e ambientalmente viável, além de abrir oportunidades de liderança para a China em um novo paradigma técnico-produtivo.

Palavras-Chaves: China; Desenvolvimento Sustentável; Transição Energética.

A GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS NATURAIS E AS RELAÇÕES BRASIL-CHINA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO BIOMA CERRADO (2000-2024)

Glauber Lopes Xavier (UEG)

O Cerrado, domínio morfoclimático de grandes dimensões, reúne uma série de recursos relevantes à indústria de transformação, bem como à agricultura, e, por isso, se apresenta enquanto território cobiçado por países e empresas de diversificada origem. Buscou-se conduzir uma análise da posição do Brasil na geopolítica global e, de modo subsidiário, investigar a dinâmica de exploração de recursos naturais considerados estratégicos às cadeias globais de valor. Para o expediente de pesquisa, o Cerrado foi o lócus das investigações. Nos anos recentes amplas parcelas de seu território têm sido destinadas ao plantio de monoculturas de exportação ou pastagens para rebanhos. Não obstante esse destino, sabe-se que o bioma contém recursos minerais incrustados nas chamadas terras raras e de cuja importância estratégica decorrem os esforços de muitos países com o intuito de obtê-los. Sabe-se que a China, principal parceiro comercial do Brasil, é o destino de expressivo volume de commodities como a soja e o minério de ferro. No material em tela, a abordagem do Cerrado está centrada principalmente deste período - meados da década de 2000 - aos dias atuais. Parcelas consideráveis do bioma têm sido destinadas ao plantio de monoculturas, como soja, algodão e milho, mas também para a criação de rebanhos bovinos. Em 2001 a área ocupada pela soja no bioma Cerrado correspondia a 7.526.263 hectares. Em 2021 essa área era de 20.000.982. Houve, portanto, um aumento da ordem de 165,75% da área ocupada para o cultivo do grão. (Agrosatélite, 2001). Em 2000 o Brasil exportou para a China 1.783.628.244 Kg de soja, equivalente a US\$ 337.350.321. Em 2024, o total exportado do mesmo produto para a China foi de 72.515.412.964 kg, equivalente a US\$ 31.489.699.369. (ComexStat, 2025). Merece destaque a área conhecida como MATOPIBA (iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), considerada a nova fronteira agrícola do Cerrado. O que se observa é o recrudescimento da produção de commodities, reproduzindo um padrão de acumulação altamente dependente das atividades primárias. Cumpre considerar que este padrão se coaduna aos anseios da economia chinesa, de tal modo que é necessário analisar a ocupação do território tanto a partir dos aspectos internos que convergem para uma determinada integração Sul-Sul quanto dos aspectos externos que exercem forças de atração advindas de outros mercados. Em outras palavras, se a projeção continental do Brasil nos anos recentes passa pela expansão de sua fronteira agrícola reafirmando sua condição de subimperialismo ou apenas visa ampliar seus vínculos comerciais, produtivos e financeiros com os mercados asiáticos, em detrimento dos próprios benefícios que poderia lograr com a maior integração junto às demais economias do subcontinente.

Palavras-Chaves: Brasil. China. Cerrado. Commodities. Agronegócio

COOPERAÇÃO SINO-BRASILEIRA E TRANSIÇÃO VERDE: CONVERGÊNCIAS COM A POLÍTICA INDUSTRIAL BRASILEIRA

Julia da Silva Araújo (Universidade Federal de Goiás (UFG))

José Elenilson Cruz (Instituto Federal de Brasília (IFB))

A crescente presença da China como financiadora de projetos de infraestrutura em países em desenvolvimento tem ampliado os debates sobre os impactos dessa cooperação no desenvolvimento sustentável e na competitividade desses países (Ferchen et al., 2021). No contexto brasileiro, o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) e a Nova Indústria Brasil (NIB) são exemplos de programas que reforçam a importância de uma estratégia de desenvolvimento econômico que una a reindustrialização e transição ecológica. Diante desse cenário, este estudo busca analisar o papel do financiamento chinês em infraestrutura verde no Brasil, examinando suas possíveis sinergias com os objetivos estratégicos da política industrial brasileira. A pesquisa adotou abordagem qualitativa de caráter exploratório-analítico, fundamentando-se na análise documental de planos governamentais brasileiros (Novo PAC, NIB), de relatórios institucionais e de dados secundários sobre financiamento chinês. Além disso, foi realizada revisão bibliográfica com base em publicações indexadas na base Web of Science, a partir dos descritores “Chinese investments” AND “Brazilian industry” OR “Brazil”, resultando em uma amostra inicial de 20 estudos. Ao longo dos últimos anos, o investimento estrangeiro direto (IED) chinês no Brasil passou a redirecionar seu foco de commodities para setores como energia elétrica, transporte e manufatura. Atualmente, a maior parte do capital chinês se concentra nos setores de energia renovável, como usinas hidrelétricas e parques eólicos, além de ativos de infraestrutura logística (Ferchen et al., 2021). Esse redirecionamento reflete uma reorientação estratégica que, embora compatível com a agenda de sustentabilidade levantada pelo governo brasileiro, nem sempre se traduz em projetos que atendam a critérios ambientais robustos. No plano doméstico, a Nova Indústria Brasil propõe uma estratégia de reindustrialização baseada em transição energética, soberania tecnológica e digitalização, reconhecendo a necessidade de financiamento externo em setores estratégicos (CNDI, 2024). Já o Novo PAC atua como uma plataforma de grandes projetos públicos com potencial de absorver investimentos em infraestrutura verde, desde que alinhados aos critérios socioambientais e às metas nacionais de inclusão, eficiência e sustentabilidade (Governo Federal, 2023). Os resultados preliminares deste estudo indicam que, embora haja convergência temática entre os investimentos chineses e as diretrizes brasileiras, persistem desafios quanto à coordenação institucional, à assimetria decisória e à dependência externa em setores críticos. Por outro lado, a cooperação com a China tem possibilitado ao Brasil o acesso a tecnologias e recursos em áreas historicamente subfinanciadas. Conclui-se que o financiamento chinês em infraestrutura verde no Brasil apresenta elevado potencial de complementaridade com a política industrial e os programas de investimento do Estado brasileiro. No entanto, para que essa relação contribua efetivamente para um modelo de desenvolvimento soberano, competitivo e ambientalmente sustentável, são fundamentais mecanismos robustos de regulação, planejamento e apropriação local de capacidades produtivas e tecnológicas.

Palavras-Chaves: Brasil; China; Investimento; Transição Verde; Política Industrial Brasileira

A CHINA NO DEBATE GEOGRÁFICO BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS VINTE ANOS (2005–2025)

Natiele Aparecida Minusculi (Unioeste)

Nas últimas duas décadas, a China consolidou-se como uma potência global, desempenhando papel central nas dinâmicas econômicas, políticas e ambientais do mundo contemporâneo (Jabbour, 2019). O modelo de desenvolvimento chinês é visto como uma alternativa, com foco na erradicação da pobreza, investimentos em infraestrutura e planejamento estatal. (Maia, 2023). Este trabalho apresenta uma análise inicial da produção acadêmica sobre a China nas revistas científicas brasileiras de geografia no período de 2005 a 2025. Considerando a crescente importância geopolítica e econômica da China no cenário internacional, buscou-se investigar como a geografia brasileira tem desenvolvido a discussão relacionado a este país em sua produção acadêmica.

Para isso, foram selecionadas 60 revistas da área, com maior relevância nacional, direcionadas ao estrato Qualis A. A busca foi realizada nas plataformas e sites institucionais, utilizando como critério a ocorrência da palavra “China” no título, resumo e/ou palavras-chave, considerando a palavra escrita em português. O sistema operacional Excel foi utilizado para organizar a base de dados pesquisada, o mesmo facilitou a organização e elaboração de mecanismos de busca dos dados analisados.

A análise dos artigos tem como objetivo identificar em qual área da Geografia se inserem os estudos sobre a China. No universo total de periódicos examinados, 22 não apresentaram nenhuma publicação relacionada à China no período delimitado. Ao todo, foram identificados 164 artigos que atenderam aos critérios definidos para a pesquisa.

Pode ser identificado que a maior concentração de textos se encontra nas áreas de geopolítica e geografia econômica, com destaque para temas como globalização, sistema econômico e desenvolvimentista, a Nova Rota da Seda, investimentos chineses na América Latina, além de transformações urbanas e ambientais. Também foram identificados trabalhos que abordam as questões econômicas e territoriais durante a pandemia de Covid-19. O estudo apontou que o estado com maior número de publicações como tema China foi Santa Catarina, com a revista GEOSUL, somando um total de 55 trabalhos.

Apesar do aumento do interesse pela temática da China, é possível observar uma escassez de análises aprofundadas sobre o papel do país na reconfiguração do espaço mundial. A continuidade da pesquisa, com a inclusão da análise de teses e dissertações, permitirá a construção de um panorama mais amplo e crítico, contribuindo para o fortalecimento do debate sobre o papel da China na produção do espaço mundial e nas transformações das relações geopolíticas globais.

Palavras-Chaves: China; geografia brasileira; análise bibliográfica; produção acadêmica.

EQUADOR: NEOEXTRATIVISMO CHINÊS E TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA

Paulo Cesar de Melo Noronha (UFSCar)

Gilberto Cunha Franca (UFSCar)

Este trabalho teve como objeto de análise a relação bilateral entre a China e o Equador, pretendendo encontrar elementos que ajudem a qualificar os efeitos desta relação para o país latino-americano. Ou seja, buscou-se uma possível resposta para a questão-problema - “A relação bilateral com a China tem sido benéfica para o Equador? - Diante disso, duas perspectivas de análise foram consideradas. Uma é a dimensão econômica, através da qual objetivou-se compreender o que a relação com a China tem significado em termos econômicos para o Equador. E outra, a dimensão social, sobretudo, do espaço vivido, buscando nas lutas socioterritoriais dos povos indígenas e camponeses, um referencial interpretativo para compreender os efeitos que o neoextrativismo impulsionado pela demanda chinesa por recursos naturais tem sobre o território e a vida destas populações. Assim, ao centrar-se em aspectos econômicos, sociais e territoriais do Equador, pretendemos demonstrar que a relação estabelecida com a China, apesar da marcante assimetria não significar, necessariamente, uma relação imperialista nos moldes tradicionais, contribui para que o Equador continue exercendo a função de exportador primário na divisão internacional do trabalho, bem como, para a manutenção das políticas extrativistas em território equatoriano.

Palavras-Chaves: Território; Neoextrativismo; Lutas socioterritoriais

DESDOLARIZAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DOS PAÍSES DO BRICS: UMA ANÁLISE DA EXPORTAÇÃO DE SOJA DO BRASIL PARA A CHINA

Stéfany Navarro Barreiro (Fatec)

Christiano França da Cunha (Unicamp)

O estudo tem como objetivo investigar os impactos da desdolarização promovida pelos países do BRICS nas exportações brasileiras de soja para a China. A desdolarização, entendida como o processo de substituição do dólar americano por outras moedas em transações internacionais, tem sido incentivado nos últimos anos entre países do BRICS, que buscam redução da dependência do sistema financeiro dominado pelo dólar (BRASIL, 2025). Soja é um dos principais produtos de exportação do agronegócio brasileiro e, em 2024, mais de 70% das exportações brasileiras dessa commodity tiveram a China como destino (TRADE MAP, 2024). As transações ainda são majoritariamente realizadas em dólar, o que acarreta custos cambiais, exposição à volatilidade da moeda e dependência de intermediários financeiros. Nesse cenário, a desdolarização pode representar uma oportunidade para tornar o comércio menos vulnerável a riscos externos (ALREFAI, 2024).

Embora a literatura aborde amplamente os efeitos macroeconômicos e geopolíticos da desdolarização, ainda são raras as análises focadas em setores específicos, como o agronegócio. O projeto busca preencher essa lacuna, com ênfase nas exportações de soja entre Brasil e China. A metodologia proposta combina uma revisão sistemática da literatura nas bases Scopus e Web of Science com a análise de conteúdo de entrevistas semiestruturadas com especialistas em comércio exterior e agronegócio. As entrevistas serão conduzidas por videoconferência e analisadas com base nos procedimentos de Bardin (2016), com apoio do software ATLAS.ti, permitindo a identificação de padrões e significados atribuídos ao fenômeno da desdolarização no contexto das exportações de soja.

A pesquisa, inserida na área de Gestão e Estratégia, tem foco em cadeias globais de valor. Ao analisar os impactos da desdolarização nas exportações brasileiras de soja para a China, o estudo contribui para estratégias no agronegócio e apoia a formulação de políticas diante das novas dinâmicas do comércio internacional.

Palavras-Chaves: China; Brasil; BRICS; Soja; Desdolarização

**SOBERANIA DIGITAL COM CARACTERÍSTICAS CHINESA: DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E AS PLATAFORMAS DIGITAIS**

Dmitri Felix do Nascimento (UFS)

César Siqueira Bolaño (UFS)

O destaque dos objetivos traçados entre o 13º Plano Quinquenal(2016-2020), no tópico sobre o desenvolvimento voltado a inovação(innovation-driven development), e o 14º Plano Quinquenal da China(2021-2025), com foco na informatização e digitalização nacional, certamente se apresenta na continuidade das políticas de estímulo e investimentos na arquitetura nacional e internacional da economia digital do país. Dessa forma, elementos diversos e interpretações para o debate sobre a concepção de soberania digital com características chinesas, se tornam um dos alicerces fundamentais para o desenvolvimento econômico do país. Esta posição pode ser encontrado no documento "Jointly Build a Community with a Shared Future in Cyberspace(2022)", no qual o governo da China consolida uma visão estratégica para além das próprias fronteiras. Sobretudo, quando defendida para as Relações Internacionais, o papel que a Digital Silk Road(The Belt and Road Initiative), na realização de conectividade de larga escala a partir da estrutura 5G, como um instrumento da Cooperação Sul-Sul, buscando meios de inserção das plataformas digitais. Na perspectiva de Cong(2025), permeia a questão da soberania digital intra e extraterritorial da China, como um conjunto de práticas no cyber espaço, que possibilitou a inserção propositiva e autônoma do país no ambiente internacional. Diante dos elementos que determinam as ações políticas estatais sobre a governança de dados, da Inteligência Artificial e tecnologias emergentes e comércio digital, passou a ser como temáticas centrais para avaliar e entender as disputas geopolíticas envolto das Big Techs, e sua influência nas esferas de poder estatais, empresariais e nas sociedades. Ao fim do 13º Plano Quinquenal, de acordo com Guo et all(2023), a participação da economia digital no PIB da China, medida pelo valor combinado de produtos tecnológicos e insumos digitais integrados, atingiu 39,8% em 2021, representando CNY 47.94 trilhões (USD 7.1 trilhões). Segundo a Academia Chinesa de Tecnologia da Informação e Comunicação(2023), descrita por Ouyang et all(2024), em 2022 as taxas de penetração da economia digital nos três principais setores (manufatura, serviços e agricultura) foram de 44,7%, 24,0% e 10,5%, respectivamente, proporcionando um impulso significativo para o desenvolvimento econômico e social de alta qualidade. O Relatório de Desenvolvimento da China Digital(2024) menciona que as principais indústrias da economia digital contribuíram com acréscimo de aproximadamente 10% para o PIB em 2024(China Daily,16/05/2025). Nosso estudo almeja realizar uma abordagem sobre o impulsionamento do ecossistema digital da China no período do 14º Plano Quinquenal já verificado no 13º Plano Quinquenal, tendo em vista as ações do governo chinês sob a liderança do Presidente Xi Jinping, e o papel da Digital Silk Road como forma de expansão da concepção chinesa de economia digital para o Sul Global. Buscaremos alinhar nossa perspectiva teórica sobre o papel da autonomia econômica e independência cultural na (Furtado, 1967) e na perspectiva histórica da transição do capitalismo e da longa duração(Braudel, 1992; Arrighi, 2008). Nossa pesquisa tem caráter descritivo e trabalhará com análises qualitativas e dados estatísticos.

Palavras-Chaves: Digital Silk Road, Economia digital, Soberania Digital

GT 7 - Online - Economia

PARA ALÉM DO ORÇAMENTO FISCAL: A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA CHINA

Alexandre Barros da Costa (UFPR)

Demian Castro (UFPR)

A China é, de longe, o país que mais se desenvolveu nas últimas quatro décadas. Em termos de crescimento econômico, a taxa média de crescimento anual do PIB chinês é 3 vezes maior que a dos Estados Unidos, a maior economia do mundo. Em 2019, a China praticamente eliminou a extrema pobreza, apresentando uma taxa de 0,1% - 10 vezes menor que a dos Estados Unidos. Para muitos especialistas, a política de crédito bancário expansionista da China é a principal responsável por estes números extraordinários, sobretudo pelo fato das receitas tributárias do governo central, por exemplo, serem relativamente baixas e estarem em declínio. Segundo Mendonça (2015), em 1978, 70% dos fundos alocados para o financiamento do desenvolvimento eram de origem orçamentária; no entanto, em 1982, os fundos de origem orçamentária representavam apenas 20% e os originados do crédito bancário representavam 80%. Neste contexto, de 1986 a 2023, o crédito bancário para o setor privado não financeiro (empresas não financeiras e famílias) saltou de 69% para 190% do PIB. Em que pese essa expansão do crédito bancário, dados da economia chinesa demonstram que os agregados macroeconômicos como, por exemplo, inflação, taxa de juros e dívida pública estão sob controle. Ademais, a taxa de desemprego na China é baixa, em torno de 5%. Diante da evidente importância do crédito bancário para o desenvolvimento chinês e com o objetivo de provocar reflexões sobre o modelo de desenvolvimento atrelado ao orçamento fiscal, essa pesquisa, através de uma abordagem qualitativa e estudo predominantemente descritivo, se propôs a estudar a estrutura do sistema bancário chinês – um dos fatores chaves da estratégia de desenvolvimento da China. Os resultados da pesquisa revelam, entre outras coisas, um sistema bancário estatal com forte regulação: os Big Six, bancos comerciais sob controle do Estado, detêm 42,8% do mercado. Em 4 dos Big Six, o Estado chinês possui mais de 60% das ações ordinárias. Neste ponto, vale ressaltar a baixa taxa de juros dos empréstimos bancários (loan prime rate) praticada no país: em torno de 3% ao ano. Para fins de comparação, no Brasil, a taxa de juros dos empréstimos bancários gira em torno de 55% ao ano. Com essas constatações, espera-se contribuir para reflexões sobre vias de financiamento do desenvolvimento alternativas ao orçamento fiscal. Uma provocação aos policymakers brasileiros.

Palavras-Chaves: China; Crédito Bancário; Orçamento Fiscal; Desenvolvimento; Reflexões.

A BRI COMO ESTRATÉGIA RELACIONAL: O CASO BRASILEIRO E A FLEXIBILIDADE DA INSERÇÃO CHINESA

Edson Mendes Nunes Junior (UFF)

Nas últimas décadas, a política externa chinesa tem se caracterizado por um maior enfoque no multilateralismo, pela intensificação das relações de cooperação com outros países, por uma atuação mais assertiva na agenda internacional e por uma estratégia robusta de investimentos externos. Nesse contexto, a Belt and Road Initiative (BRI), lançada em 2013, tornou-se o principal instrumento da China para expandir sua presença econômica e diplomática, com destaque para grandes aportes em setores de infraestrutura e projetos considerados de alto risco. No entanto, a ausência de adesão formal de países chave, como o Brasil, não impediu a consolidação de uma agenda densa de cooperação bilateral, tecnológica e comercial.

Este artigo argumenta que a não centralidade da assinatura formal à BRI revela a plasticidade da estratégia chinesa e sua capacidade de operar por vias alternativas, ajustando-se às condições domésticas e geopolíticas de cada parceiro. A pesquisa parte da hipótese de que a China adota uma estratégia adaptativa na condução de sua política externa, especialmente no marco da BRI, privilegiando resultados funcionais a partir de lógicas relacionais, pragmáticas e moduláveis.

Analisa-se o caso brasileiro como exemplo dessa lógica: mesmo sem integrar formalmente a BRI, o Brasil firmou, entre 2023 e 2025, dezenas de acordos com a China em setores estratégicos como energia, mineração, infraestrutura e inteligência artificial. Projetos como a proposta da ferrovia bioceânica, que atravessaria regiões-chave para o setor de agronegócio brasileiro, e novas parcerias no campo digital ilustram como a ausência de um memorando de entendimento que oficializaria a adesão à BRI não limita a expansão da atuação chinesa.

O artigo recorre à análise documental de discursos oficiais, tratados e planos de cooperação, combinada com bibliografia especializada sobre a BRI e a inserção chinesa na América Latina. A partir disso, demonstra-se que a China emprega uma diplomacia relacional e flexível, maximizando ganhos econômicos e políticos sem exigir adesões formais ou condicionalidades rígidas. O caso brasileiro, embora singular, ajuda a elucidar um padrão mais amplo da atuação chinesa em contextos diplomáticos ambíguos ou institucionalmente instáveis.

Ao recentrar a análise sobre os mecanismos de adaptação e pragmatismo estratégico da política externa chinesa, este trabalho contribui para o debate sobre a BRI como instrumento não coercitivo de poder e governança, que caracteriza também o horizonte de governança multipolar proposto pela China. Sua lógica de expansão por acúmulo de influência, e não por imposição normativa, aponta para um modelo alternativo de atuação internacional em tempos de transição geopolítica.

Palavras-Chaves: Belt and Road Initiative; Brasil; China; Política externa

LÓGICAS DE MERCADO E O PLANEJAMENTO ESTATAL: ANÁLISE DOS LIMITES DO SOCIALISMO ORIENTADO PARA O MERCADO POR MEIO DAS TRANSFORMAÇÕES NO SETOR IMOBILIÁRIO CHINÊS

Fernanda Menegari Querido (UFSCar)

Carolina Maria Pozzi de Castro (UFSCar)

No caso da China, desde as reformas econômicas de 1978, seu setor habitacional passou por profundas mudanças, articulando planejamento estatal e mercado. Faltam análises do Sul Global sobre essa estrutura híbrida e suas contradições. Os tensionamentos entre dinâmicas de mercado e planejamento centralizado tem como desfecho processos de financeirização, crises no setor e necessidade de desenvolver mecanismos de controle para enfrentar instabilidades econômicas. Este estudo

investiga como a financeirização do setor habitacional se estrutura sob forte regulação estatal, e de que maneira essas transformações impactam na política habitacional do país. Apresenta-se dados iniciais da pesquisa de doutorado, e metodologicamente, combinando revisão crítica da literatura (Sul Global) – com objetivo de traçar um panorama histórico-analítico do setor habitacional chinês a partir das reformas - com análise de dados secundários extraídos do anuário de Estatística chinês. O recorte temporal compreende as reformas econômicas pós 1978 até a crise financeira global de 2008. Parte-se da hipótese de que o modelo chinês contemporâneo transcende as dicotomias clássicas entre Estados neoliberais e mercado. Os dados previamente analisados revelam: 1- o papel central do Estado e a regulação do crédito; 2- a ascensão de grandes conglomerados privados fortemente alavancados; e 3 – impactos territoriais da produção habitacional como estratégia de sustentação do crescimento econômico. Por fim, discute-se como a atual crise do setor pode ser compreendida como expressão dos limites e contradições do modelo de “socialismo de mercado”. A partir do momento atual de inflexão, argumenta-se que a política habitacional e o planejamento urbano operam como instrumentos centrais para a estabilidade social e a manutenção do planejamento estatal. A resposta chinesa à crise de 2008, com a expansão massiva de programas habitacionais, demonstrou sua capacidade de intervenção econômica em momentos críticos. A pesquisa contribui para o debate sobre os modelos de desenvolvimento urbano no Sul Global, propondo uma leitura crítica das novas formas de neoliberalização urbana gestadas sob governos de orientação socialistas.

Palavras-Chaves: Financeirização da habitação; habitação na China; mercado imobiliário chinês; planejamento estatal

EMBATE EUA–CHINA NA ITU: IMPLICAÇÕES PARA A GOVERNANÇA GLOBAL DA INTERNET E TECNOLOGIAS EMERGENTES

Guilherme Henrique de Freitas Lopes Pinto (FGV)

Este artigo investiga o embate geopolítico entre os EUA e a China no âmbito da ITU, no período de 2019-2022, partindo da pergunta de pesquisa: como as contribuições técnicas apresentadas por cada país refletem seus interesses estratégicos e moldam a governança global da Internet e das tecnologias emergentes? Para responder a essa questão, o estudo adota o método qualitativo comparativo de estudos documentais entre os dois países citados em organismos internacionais formais, combinado com análise quantitativa. Inicialmente, foram mapeadas 497 propostas vinculadas aos EUA — das quais apenas cinco tiveram origem direta no governo federal — e 4 685 contribuições chinesas, distribuídas em diversos grupos de estudo focais, como o F.AI.

A análise aprofundada concentrou-se em documentos-chave: a resolução Y.4459, que expressa o posicionamento estadunidense sobre as questões F/13 e G/13 e propõe a continuidade da recomendação ITU-T Y.IoT-DA-Counterfeit; o texto “Proposed Terms of Reference for new Focus Group on Environmental Efficiency for Artificial Intelligence and other Emerging Technologies (FG-AI4EE)”, submetido pela Cisco Systems; os debates em torno do “New IP” e da adoção do IPv6; e o United States Innovation and Competition Act (USICA) de 2021. Esses materiais permitiram traçar a articulação entre interesses corporativos (por exemplo, Cisco e Huawei) e agendas estatais, revelando, por um lado, a fragmentação da atuação americana na ITU — em contraste com sua presença mais marcante em outras SDOs, como ISO/IEC e ANSI — e, por outro, a mobilização sistemática chinesa para influenciar arquiteturas de rede e padronizações associadas à IoT, ao 5G e aos grupos focais de IA.

Os resultados apontam que a China apresentou um volume de contribuições quase dez vezes maior que o dos EUA, mesmo sem citar diretamente “Inteligência Artificial” em sua maioria, atuando fortemente em grupos de estudo dedicados ao tema. Já os EUA concentraram esforços legislativos, por meio do USICA, em fortalecer associações nacionais e criar novos mecanismos de coordenação — muitas vezes redundantes em relação ao NIST — mas sem traduzir esse impulso em propostas técnicas robustas na ITU. A discussão sobre o “New IP”, liderada por interesses chineses e apoiada por países como Rússia e Arábia Saudita, revela ainda a disputa por modelos de governança mais centralizados, em oposição ao paradigma descentralizado historicamente defendido pela ICANN.

Palavras-Chaves: Governança; Inteligência artificial; Disputa tecnológica; Organismos Internacionais

**PARCERIA ESTRATÉGICA BRASIL-CHINA E TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE
TECNOLOGIA: O IMPACTO DA COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA NO DESENVOLVIMENTO DO
SETOR DE ENERGIAS RENOVÁVEIS ENTRE 1974 E 2024.**

Jean Richard Badette (UFMS)

A crescente relevância da parceria estratégica entre Brasil e China levanta questões cruciais acerca das oportunidades geradas, dos desafios enfrentados e das implicações, sobretudo, para o desenvolvimento econômico do Brasil. Essa parceria estratégica tem se destacado nas últimas décadas como um elemento central nas relações internacionais de ambos os países, nomeadamente no que tange às questões comerciais (Moraes; Aguiar; Tauil, 2018; Souza, 2021). Considerando a grande capacidade tecnológica da China no setor de energias renováveis, esta pesquisa visa responder a seguinte pergunta: há mecanismos efetivos de transferência internacional de tecnologia (TIT) no âmbito da parceria estratégica Brasil-China no setor de energias renováveis e, em caso afirmativo, de que forma esses mecanismos se concretizam?

Investigar os marcos jurídicos e políticos da cooperação tecnológica Brasil-China, analisando os acordos bilaterais em vigor no setor de energias renováveis a fim de identificar se existe e quais são os mecanismos e canais de transferência de tecnologia utilizados.

I. Realizar uma revisão de literatura especializada sobre cooperação internacional; parceria estratégica e transferência internacional de tecnologia;

II. Analisar, em perspectiva histórica, a parceria estratégica Brasil-china entre 1974 e 2024; III. Identificar de que forma se deu o início da cooperação em energias renováveis entre Brasil-China dentro do período histórico 1974-2024

Este estudo, de caráter exploratório e descritivo, adota uma abordagem qualitativa, utilizando o método de process tracing e análise de conteúdo para examinar o caso da parceria estratégica Brasil-China, com foco na existência e nos mecanismos de transferência internacional de tecnologia no setor de energias renováveis. A pesquisa será desenvolvida em três etapas: revisão de literatura para delimitar os conceitos de cooperação internacional, parceria estratégica e transferência internacional de tecnologia; rastreamento do processo histórico da parceria Brasil-China, visando contextualizar sua evolução; e análise documental de acordos de cooperação técnica registrados no Portal Concórdia do Ministério das Relações Exteriores, firmados entre 1974 e 2024, com ênfase no setor de energias renováveis, a fim de identificar a priorização da transferência de tecnologia e os mecanismos formalmente previstos. O recorte temporal justifica-se por abranger desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e China, em 1974, até o cinquentenário desse marco em 2024, permitindo avaliar meio século de evolução da parceria e o papel da transferência tecnológica nesse período.

Palavras-Chaves: Parceria estratégica; transferência internacional de tecnologia; energias renováveis; Brasil; China.

UMA INTERPRETAÇÃO DA (NOVA) ECONOMIA DO PROJETAMENTO NA CHINA

Luciano Francisco Lima de Mello (UNIOESTE/FB)

A China é hoje o principal parceiro comercial do Brasil e vem reconfigurando as relações geoeconômicas em todo globo, com projetos em andamento a exemplo da Belt Road Initiative (BRI) fomentando o desenvolvimento de grandes infraestruturas em diversos países do Sul Global (Mapa 1). O estágio em que se encontra o regime socialista, citado até como “socialismo de mercado”, foi classificado pelos autores (JABBOUR et al., 2020) como “A (nova) economia do projetamento” em alusão ao conceito rangeliano de projetamento.

Entre o final do século XX e o início do século XXI, a China passou por grandes mudanças estruturais que levaram ela a ser hoje a grande referência em termos tecnológicos, e de investimento em novas tecnologias e inovação. A busca pela fronteira tecnológica, 5g, big data, são projetos em desenvolvimento há muitos anos na China, tanto “[...] quanto tem planejado um dramático movimento onde a agricultura já se apresenta como um ramo da indústria, a caminho da especialização produtiva e certa superação de formas familiares de organização da produção [...]” (JABBOUR et al., 2020, p. 20).

É nesse contexto que a China se mostra superior a diversas economias de Estados que antes poderiam ser tidas como o “centro dinâmico do capitalismo”. Focando na mitigação do desemprego através dos seus projetos, a fim de combater as contradições normalmente impostas pelo sistema capitalista. É nesta perspectiva que este trabalho irá se debruçar sobre o conceito de “(nova) economia do projetamento”, em curso na China e para a aproximação do conceito serão analisadas 4 questões centrais: 1) a possibilidade de superação da incerteza keynesiana pari passu com 2) a planificação da “destruição criativa”; 3) a utilização consciente da soberania monetária e 4) o “pacto tácito de adesão”. Cada uma dessas categorias surgem como espelho do que Rangel colocava como “os dois sentidos estratégicos da razão” encerrados na superação do desemprego enquanto circunstância e a programação de novos desequilíbrios pela introdução de novas tecnologias.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento econômico; Geoeconomia.

DESAFIANDO A ORTODOXIA: O ESTADO CHINÊS E A ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS PETROQUÍMICAS CHINESAS

Lúcio Luciano de Barros Filho (UEPB)

Alexandre César Cunha Leite, (UEPB)

Lucas Milanez de Lima Almeida (UFPB/UEPB)

O trabalho investiga o papel do Estado chinês na internacionalização do setor petrolífero, contestando a ortodoxia neoliberal que advoga o afastamento estatal da economia. Argumenta-se que a expansão global das empresas chinesas, em particular do setor petróleo, é uma estratégia deliberada e coordenada pelo Estado.

O desenvolvimento da China gerou uma demanda exponencial por recursos energéticos. Diante das limitadas reservas domésticas, a garantia da segurança energética tornou-se um objetivo nacional, impulsionando a busca ativa por petróleo e gás no exterior (Guo et al., 2023). Nesse contexto, a política "Going Global", lançada em 1999 e formalmente incorporada ao 10^o Plano Quinquenal, emergiu como política para a internacionalização de empresas, incluindo as Companhias Nacionais de Petróleo (CNP) como CNPC, Sinopec e CNOOC (Overbeek & Ma, 2018).

Historicamente controladas pelo Estado, as CNPs foram criadas a partir dos anos 1980, com atuações específicas definidas pelo governo (Zhang, 2015). Apesar das aparências de autonomia, essas companhias mantiveram seu "core-business" sob controle estatal (Liao, 2014), demonstrando a persistência da influência governamental.

A atuação estatal no fomento à internacionalização inclui a criação de redes de apoio informacional, incentivos tributários e fiscais, e o financiamento através de bancos estatais como o China Development Bank (CDB) e o China Export and Import Bank (CHEXIM). Bancos que fornecem crédito barato, facilitando a aquisição de ativos, tecnologia e acesso a novos mercados pelas CNPs (Taylor, 2014; Kong, 2019). Tais empréstimos se entrelaçam com acordos de "crédito por recursos", onde países fornecem petróleo em troca de financiamento, ressaltando o uso da diplomacia do petróleo (Taylor, 2014).

Este estudo de caso desafia a narrativa neoliberal de que o desenvolvimento e a internacionalização derivam da não intervenção estatal, evidenciando que, no caso chinês, o Estado atua como um promotor ativo e coordenado, remodelando a relação entre Estado e mercado.

Palavras-Chaves: Going Global; China; Internacionalização de empresas; Intervenção estatal; Desenvolvimento

LULA 3 E O REVIGORAMENTO DA PARCERIA ESTRATÉGICA COM A CHINA

Vitor dos Santos Bueno (UnB)

Roberto Goulart Menezes (UnB)

O presente trabalho busca apresentar o recente artigo publicado sobre as relações Brasil e China no governo Lula 3. O artigo está disponível na Revista Espaço e Geografia (link disponível aqui), da Universidade de Brasília. O artigo trata do cenário delicado em que o terceiro governo Lula presencia globalmente diante da disputa entre Estados Unidos e China. Diante das experiências anteriores de seus governos, Lula busca revitalizar as relações com ambos os parceiros e em especial com o gigante asiático que teve seus atritos com o governo anterior. Diante do atual cenário geopolítico marcado por intensas transformações, este artigo propõe uma análise das relações sino-brasileiras no contexto do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O ponto de partida é o revigoramento da parceria estratégica entre Brasil e China, que em 2024 completou cinquenta anos, destacando-se como um dos principais eixos da política externa brasileira contemporânea. A consolidação dessa parceria se dá em meio a uma conjuntura internacional caracterizada pelo acirramento das rivalidades entre Estados Unidos e China, cuja disputa por influência global tem gerado impactos diretos sobre os países da América Latina, incluindo o Brasil.

Nesse contexto, o objetivo geral do estudo é examinar de que maneira o Brasil tem buscado adotar uma postura equilibrada nas suas relações com as duas grandes potências globais. A tentativa de evitar alinhamentos automáticos, mantendo certa margem de autonomia estratégica, representa um dos pilares da diplomacia brasileira sob Lula 3.

No caso brasileiro, as decisões de política externa devem ser compreendidas tanto no marco das dinâmicas globais quanto das necessidades regionais. Internamente, o governo

Lula tem reafirmado o compromisso com uma inserção internacional ativa e altiva, enquanto, no plano regional, há uma retomada dos esforços de integração sul-americana. Iniciativas como a convocação do Consenso de Brasília e o relançamento do Programa Rotas da Integração Sul-Americana demonstram a intenção do Brasil em recuperar sua capacidade de articulação e liderança no subcontinente, reconstituindo espaços de diálogo que haviam sido enfraquecidos nos anos anteriores.

Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia adotada envolve uma abordagem qualitativa, centrada na pesquisa bibliográfica e na análise documental de fontes primárias vinculadas ao Executivo federal brasileiro, como discursos, notas diplomáticas, diretrizes de política externa e planos de ação conjunta. Complementarmente, são utilizados dados estatísticos da plataforma Comexstat, com o intuito de mapear os fluxos de comércio exterior e investimentos estrangeiros diretos (IED) entre Brasil, China e Estados Unidos.

As conclusões do estudo indicam que o governo Lula 3 tem conduzido uma diplomacia pragmática e multifacetada, na qual a ampliação da cooperação com a China não representa um afastamento dos Estados Unidos, mas sim uma tentativa de diversificação de parcerias e ampliação da margem de manobra internacional. Essa postura reafirma a tradição brasileira de autonomia pela diversificação, ao mesmo tempo em que busca posicionar o Brasil como um ator relevante na redefinição da ordem global e como uma força estabilizadora na América do Sul.

Palavras-Chaves: Relações Sino-Brasileiras, Política Externa Brasileira, Lula, Integração Regional Sul-Americana.

O ÊXITO DA ECONOMIA SOCIALISTA DA CHINA HOJE É RESULTADO DA FIDELIDADE DE XI JINPING AO MARXISMO

Marlon Luiz de Souza (UFABC)

Este trabalho objetiva identificar e descrever que o crescimento e desenvolvimento, em 2025, do atual sistema econômico socialista da República Popular da China (RPC) decorre de que o presidente da RPC Xi Jinping manteve e mantém sob sua presidência a política econômica de seu país fundamentada e dirigida pelos preceitos cardeais da economia política do socialismo científico de Karl Marx e Friedrich Engels e sobretudo do marxismo-maoísmo. O método empregado nesta pesquisa é da revisão da literatura da economia política marxiana clássica e das construções teóricas marxistas contemporâneas, em particular o Marxismo Chinês. Este trabalho científico está inscrito no debate de dois argumentos teóricos sobre o modo de produção da China contemporânea. O primeiro argumento é predominante defendido por cientistas sociais e economistas de direita e/ou sociais-democratas baseados em referenciais neoliberais que se somam as equivocadas interpretações dogmáticas do marxismo-trotskismo para os quais consideram que a China abdicou há tempo do Socialismo na qual manteria apenas algum resquício e hoje estaria sob um programa Capitalista. A segunda linha argumentativa, na qual este artigo se afilia, afirma que a RPC é constituída de um legítimo modelo econômico socialista denominado Socialismo de Característica Chinesa. Portanto, aqui o sistema econômico da RPC é designado a partir de categorias teórico científica como sendo Socialista. O conceito de Socialismo aqui é empregado a partir dos construtos teóricos clássicos do socialismo científico onde dispõe que Socialismo é a prática do socialismo, o corpo teórico do socialismo e o sistema institucional socialista. Esta pesquisa de forma sintetizada, identifica e descreve que Mao Zedong formulou uma teoria marxista adaptada do leninismo às tradições chinesas e a economia da China a fim de constituir métodos de tomada de poder, de concepção de partido, de Estado, de democracia popular e de estratégias de desenvolvimento de economia socialista. Aqui se afirma ainda o pensamento econômico de Mao Zedong como decisivo para a industrialização da RPC e - ao contrário do que se pressupõe pelos neoliberais e os marxistas-trotskistas - o marxismo-maoísmo – jamais foi renunciado na RPC, desde a Revolução Proletária Socialista de 1949 prosseguiu atualizado e fidedigno teoricamente e na prática da governança da Economia da RPC pelos dirigentes consequentes do Socialismo com Características Chinesa de Deng Xiaoping (1982) até o Socialismo com Características Chinesa na Nova Era de Xi Jinping (2021/2025). Se conclui nesta pesquisa científica que o sucesso alcançado em 2025 na RPC no que se refere a igualdade social, desenvolvimento das novas forças produtivas e da RPC hoje ser a primeira economia mundial em Poder de Paridade de Compra é resultado direto da fidelidade do presidente da RPC Xi Jinping a uma estratégia de desenvolvimento econômico de autêntico modo de produção socialista.

Palavras-Chaves: Economia Política Marxista, Marxismo Chinês; Socialismo; Economia Socialista; China.

GEOECONOMIA E GEOPOLÍTICA DAS RIVALIDADES CHINA-ESTADOS UNIDOS NAS ESTRATÉGIAS ÁSIA-PACÍFICO VS INDO-PACÍFICO

Lucas Gualberto do Nascimento (PEPI-UFRJ - Núcleo GIS-UFRJ)

Nas primeiras décadas do século XXI, mudanças significativas na política e economia globais estão em curso, especialmente com a crescente participação do Pacífico (Pacific Rim) na produção mundial e sua Crescente integração produtiva e regional. A recuperação econômica asiática, em um processo histórico de convergência derivado do seu desenvolvimento industrial, além do seu retorno histórico à maior participação na economia mundial, situa as fronteiras asiáticas do Pacífico como a região mais dinâmica, em termos econômicos, do século XXI, e a China como a principal potência geoeconômica emergente deste processo. São importantes consequências regionais da integração produtiva asiática os padrões dos fluxos comerciais e as disputas estratégicas entre China e Estados Unidos, assim como o uso de instrumentos geoeconômicos e geopolíticos em meio a mudanças estruturais.

As diferentes configurações de adesão aos distintos acordos econômicos e de política de segurança de China e Estados Unidos, como a Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP), a Comprehensive and Progressive Trans-Pacific Partnership (CPTPP), o Quadrilateral Security Dialogue (Quad) e o Indo-Pacific Economic Framework (IPEF), alinham a intensidade dos enfrentamentos em termos de preferências entre diferentes geoestratégias para o Pacífico: uma geoestratégia Ásia

Pacífico, de preponderância geoeconômica, com a cooperação e presença chinesas, e uma geoestratégia Indo-Pacífico concorrente, de destacado caráter geopolítico, com liderança dos Estados Unidos em acordos regionais de segurança.

Esta conjuntura se reflete nas rivalidades China-Estados Unidos por influência na Ásia Pacífico, e na tentativa estadunidense de formar uma coalizão anti-China na região, apesar da limitada demonstração, até o momento, de uma alternativa econômica liderada pelos Estados Unidos para o desenvolvimento asiático; o que reforça um poder de barganha chinês no estabelecimento de normas de integração produtiva e regionais. Estes elementos competitivos – em produção e mercados preferenciais – conformam diferentes alinhamentos geopolíticos, ao situar gradativamente China e Estados Unidos em posições distintas, com diferenças essenciais em termos estratégicos, geopolíticos e geoeconômicos.

Portanto, o argumento central desta pesquisa propõe que as distintas geoestratégias de Pequim e WashinGton se baseiam, respectivamente, nas confrontações entre geoeconomia e geopolítica; assim como na proposta chinesa de aprofundar a integração econômica regional e no estabelecimento de compromissos multilaterais, em contraposição às posições geoestratégicas estadunidenses de contenção militar, baseadas nas suspeitas de outras potências regionais sobre a ascensão chinesa, frequentemente descrita como uma forma de ameaça. Entretanto, a retórica centrada na segurança contra uma ameaça chinesa ainda não se demonstrou suficiente para modificar significativamente a progressiva integração da Ásia-Pacífico.

Palavras-Chaves: Geopolítica; Geoeconomia; China; Estados Unidos; Indo-Pacífico

GT 8 - Online - RI

NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO E BANCO MUNDIAL DIANTE DA MULTIPOLARIDADE E DA AGENDA 2030

Diego Trindade d'Ávila Magalhães (Universidade Federal de Goiás (UFG))

Daniel Teixeira De Sousa (Universidade Federal de Goiás)

Esta pesquisa realiza uma análise comparativa entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), principal instituição do Grupo Banco Mundial, e o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, sigla em inglês), criado pelos países do BRICS. Trabalha-se com a seguinte pergunta de pesquisa: por que e como o BIRD se distingue do NDB? Aprofundando a problematização, questiona-se: essas instituições respondem ao pleito por uma governança global que reflita um mundo crescentemente multipolar? Aderem ao Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU? O objetivo principal é comparar o BIRD e o NDB entre 2020 e 2023 à luz dos valores e princípios do Pacto Global e dos ODS da ONU.

Aplica-se abordagem qualitativa e método hipotético-dedutivo. Fontes primárias baseiam a análise empírica, com tratados e relatórios institucionais públicos e gratuitos, contendo informações sobre estrutura, objetivos e quadro institucional, e número e volume de projetos financiados. A literatura especializada orientou a definição de parâmetros de comparação e o aprimoramento dos argumentos descritivos e explicativos. Um destes ressalta o papel central da China na criação de alternativas às instituições da atual ordem econômica internacional.

Destacam-se algumas contribuições amparadas empiricamente. O histórico monopólio de homens estadunidenses de cor branca na presidência do Banco Mundial e no Conselho de Diretores do BIRD, as assimetrias de poder de voto entre os países da União Europeia e do BRICS, e a manutenção do “poder de veto” dos EUA no processo decisório contrastam com o cenário de crescente multipolaridade e com valores e princípios do Pacto Global e dos ODS da ONU. O BIRD incorporou explicitamente os ODS de forma aparentemente tecnocrática, por vezes desconectada de realidades locais. Priorizaram-se as áreas de saúde, proteção social e segurança alimentar. O modelo de financiamento do BIRD, apesar de reformas recentes, manteve condicionalidades rígidas ainda alinhadas ao Consenso de WashinGton e criticadas por reproduzirem a condição de dependência dos receptores de empréstimos.

No NDB, a rotatividade da presidência entre os BRICS, a nomeação de uma mulher na presidência desde 2023, a paridade de gênero no Conselho de Diretores e o voto igualitário entre membros fundadores (sul-africanos, chineses, indianos, russos e brasileiros) confirmam o esforço convergente com uma governança mais inclusiva e com o empoderamento de grupos minorizados, inclusive quanto ao aspecto étnico-racial. O NDB priorizou a infraestrutura sustentável e a resposta emergencial à Covid-19. Oferece empréstimos sem exigir reformas estruturais que firam a soberania dos países receptores, cujos padrões socioambientais regem as operações de crédito, que, por sua vez, podem usar moedas locais.

Por fim, teoricamente, critica-se o limite da teoria da estabilidade hegemônica em compreender a agência de países do Sul Global na criação de iniciativas concretas e funcionais, e a comprovada viabilidade de uma governança multilateral e mais equitativa. A perspectiva liberal institucionalista ampara avanços incipientes do Pacto Global e dos ODS, mas não explica a interseccionalidade da tensão decorrente de desigualdades estruturais do sistema internacional. Sugere-se, assim, a incorporação de abordagens pós-coloniais e feministas para compreender a exclusão de grupos minorizados.

Palavras-Chaves: Banco Mundial; Novo Banco de Desenvolvimento; Agenda 2030; BRICS; China.

AS RELAÇÕES SINO-CUBANAS NO PERÍODO PÓS-SOVIÉTICO (1991-2025)

Amanda Ribeiro Lopes (UFESM)

Bernardo Farias Lima (UFESM)

Em 2 de setembro de 1960, Fidel Castro anunciou o reconhecimento da República Popular da China durante a Primeira Declaração de Havana, estabelecendo laços diplomáticos com o governo de Pequim. No entanto, a relação sino-cubana permaneceu limitada nas décadas seguintes, marcada por tensões ideológicas e pela influência da União Soviética sobre Cuba, o que relegou a China a um papel secundário. Durante os anos 1970 e 1980, divergências se acirraram, sobretudo após a invasão chinesa ao Vietnã em 1979, quando Fidel chegou a chamar Deng Xiaoping de “uma pequena caricatura de Hitler” (CHENG, 2007). Esse cenário começou a se transformar a partir de 1989, quando Cuba manifestou apoio à China diante das críticas internacionais ao episódio da Praça da Paz Celestial. Contemporaneamente, observa-se um progressivo estreitamento dos laços entre os dois países, intensificado no contexto da ascensão chinesa e da reformulação da ordem internacional. A incorporação do Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era à Constituição do Partido Comunista da China, durante o 19º Congresso, simboliza não apenas uma consolidação do vigente projeto político chinês, mas também sua projeção internacional. Antes dele, Mao Zedong e Deng Xiaoping tiveram seus pensamentos consagrados como guias ideológicos do partido (PETERS, 2017). A partir da perspectiva da Economia Política de Sistemas-Mundos (ARRIGHI, 1996; SILVER; ARRIGHI, 2012; CHASE-DUNN; KOWN, 2012), os Estados Unidos são identificados como a potência hegemônica do atual ciclo sistêmico de acumulação. No entanto, a crescente centralidade da China desafia o poder norte-americano e reconfigura alianças estratégicas, especialmente no Sul Global. Nesse sentido, como argumenta Lénárt (2021), o conflito entre Cuba e os EUA pode ser lido como expressão local do confronto EUA-URSS, mas que perdurou após o fim da Guerra Fria por meio de embargos, sanções e isolamento político. Neste contexto, o presente trabalho propõe investigar de que maneira a China tem estabelecido e aprofundado suas relações com Cuba desde o colapso da União Soviética até os dias atuais. A partir de um enfoque exploratório e ensaístico, busca-se compreender como os vínculos político-diplomáticos e econômico-comerciais sino-cubanos evoluíram e quais são suas implicações estratégicas frente à crise da hegemonia estadunidense. A análise combina fontes primárias (discursos oficiais de lideranças cubanas e chinesas), levantamento bibliográfico e dados quantitativos sobre o intercâmbio bilateral.

Palavras-Chaves: Cuba; China; Relações Internacionais; Pós-Guerra Fria

O PROGRAMA ESPACIAL CHINÊS COMO REFLEXO DA POLÍTICA DE ESTADO

Yasmin Lenz Piccoli Castelli (UFSC)

O Programa Espacial Chinês, iniciado em 1956 sob a liderança de Mao Zedong compõe a estratégia de longo prazo para tornar a China uma potência mundial. O setor espacial foi estabelecido como um dos pilares essenciais para a política de Estado da China, refletindo na história do país e suas ambições geopolíticas. O Programa Espacial tornou-se um instrumento de suma importância para a manutenção da soberania chinesa e para a projeção da influência internacional do país. Evidenciando assim, uma continuidade estratégica na política externa chinesa. A estratégia baseada nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, inaugurada no período maoísta e posteriormente adaptada ao termo “desenvolvimento pacífico, sob os governos de Hu Jintao e Xi Jinping, pode ser identificada nas formas como a China negocia com seus parceiros ao entorno das atividades espaciais. A retórica visa trabalhar em prol de um ambiente internacional favorável ao desenvolvimento e cooperação mútua, buscando posicionar a China como um ator relevante no setor espacial. O planejamento de longo prazo, característico marcante da condução política chinesa, se manifesta na integração do programa espacial com iniciativas como a Belt and Road Initiative (BRI) e em mecanismos de cooperação internacional, como o programa CBERS com o Brasil, que evidenciam a busca por transferência tecnológica e o desenvolvimento de capacidades autônomas. Os recentes avanços espaciais da China são testemunhos dessa abordagem estratégica. Conquistas notáveis, como a missão Chang'e 4, que realizou o primeiro pouso no lado oculto da Lua, e a construção da Estação Espacial Chinesa (CSS), que se consolida como um polo de pesquisa e cooperação internacional, ilustram essa trajetória. Além disso, o surgimento de um vibrante setor espacial comercial, conhecido como "New Space", reflete a capacidade do Estado de fomentar a inovação e a participação de atores não estatais, sempre alinhados aos objetivos nacionais. Essas realizações, que abrangem tanto capacidades civis quanto militares de uso dual, reforçam a "força nacional abrangente" da China, evidenciando sua crescente influência e poder no cenário global. Mais do que um mero avanço científico, o programa espacial é uma peça central na estratégia de projeção de poder da China, consolidando sua posição como uma potência global emergente e responsável.

Palavras-Chaves: Programa Espacial Chinês, Política de Estado, Ascensão Pacífica, Legado Maoísta.

**A CHINA NA NOVA ORDEM GEOPOLÍTICA GLOBAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES
PARA O SUL GLOBAL**

Armando Luis Madzimusso Mafuta (UNILA)

Mamadou Alpha Diallo (UNILA)

Este trabalho visa analisar o papel da China na reconfiguração da ordem geopolítica global, especialmente sobre às suas implicações para os países do Sul Global. O principal objetivo desta pesquisa é investigar como a ascensão econômica e política da China redefine as relações internacionais, identificando as oportunidades (como investimentos em infraestrutura através da Iniciativa Cinturão e Rota - BRI, acesso a novos mercados e cooperação em fóruns multilaterais) e os desafios como (aumento da dívida, dependência econômica e questões de governança) que essa dinâmica impõe. A metodologia adotada na investigação é qualitativa, baseada em técnicas de análise bibliográfica de literaturas acadêmicas, relatórios de think tanks e de técnicas de análises de documentos oficiais de política externa, complementada por uma análise de discurso de pronunciamentos de líderes. Essa pesquisa conclui que embora a estratégia chinesa de engajamento com o Sul Global seja feita por discurso de cooperação Sul-Sul e de desenvolvimento mútuo, muitas vezes resulta em assimétricas de poder e grande dependência econômica dos países do Sul sobre a China. Observou-se também que a BRI tem facilitado o desenvolvimento de infraestrutura em muitos países do sul, e ao mesmo tempo tem gerado dificuldades para a sustentabilidade ambiental e na gestão da dívida. A pesquisa também conclui que a Nova Ordem Geopolítica, sob a influência da China, traz um cenário complexo que necessita dos países do Sul Global uma articulação robusta de seus interesses nacionais para otimizar os seus ganhos e mitigar os seus riscos.

Palavras-Chaves: China, Geopolítica, Sul Global, Iniciativa Cinturão e Rota, Cooperação Internacional.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA PARAÍBA: O PAPEL DOS INVESTIMENTOS CHINESES

Isabella Barbosa Loiola (UFABC)

O objetivo central desta pesquisa é analisar o impacto dos investimentos chineses no setor de energias renováveis na Paraíba, com foco nas implicações para a transição energética e o desenvolvimento sustentável da região. O estudo examina a crescente demanda da China por energia de fontes renováveis, motivada por sua dependência de combustíveis fósseis e pelos desafios ambientais resultantes de seu rápido crescimento econômico. Nesse contexto, a China tem buscado diversificar suas fontes de energia e garantir o acesso contínuo a recursos naturais, o que levou a investir em matrizes energéticas renováveis em outros países, incluindo o Brasil. A escolha da Paraíba, especialmente pela região Nordeste, deve ser seu potencial para energias eólica e solar, o que atrai capital internacional. Este trabalho está estruturado em dois detalhes: uma que explora as necessidades energéticas e estratégias globais da China e outra que examina o impacto do capital chinês nas energias renováveis na Paraíba, com destaque para os efeitos nas comunidades locais e os desafios para o desenvolvimento.

Palavras-Chaves: Transição Energética, Energias Renováveis; China; Paraíba.

O MULTILATERALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS: OS PROCESSOS DE CRIAÇÃO E EXPANSÃO DA OCX E DO BRICS

Julia Maria Soares Andrade Rudrigues (UFPEL)

Amanda da Luz Perachi ((UFPEL)

Nas últimas décadas, a ascensão da China como potência global tem sido marcada pela criação e expansão de uma vasta gama de iniciativas multilaterais, especialmente em parceria com países do Sul Global. Este enfoque em iniciativas capazes de ampliar a atuação do país para além das estruturas preexistentes da governança global teve como resultado desde organizações intergovernamentais formais, como a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), até foros de articulação político-diplomática como o BRICS e bancos multilaterais de desenvolvimento como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB). Em 2017 OCX e BRICS iniciaram processos distintos de expansão que resultaram na inclusão de novos membros, os quais a China impulsionou ativamente. Ainda naquele ano, Índia e Paquistão ingressaram na OCX, enquanto Irã e Belarus ingressaram em 2023 e 2024, respectivamente. No BRICS, a proposta chinesa de aproximação com parceiros iniciada em 2017 evoluiu para adesão dos novos membros, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã, entre 2024 e 2025. Haja vista, esta pesquisa tem como objetivo investigar a expansão da OCX e do BRICS a fim de compreender em que medida esse processo reflete os interesses estratégicos e normativos da China. Utiliza-se como aporte teórico o institucionalismo neoliberal, partindo da concepção de Robert Keohane de que o multilateralismo consiste em práticas de coordenação de políticas nacionais através de instituições ou arranjos ad hoc entre três ou mais Estados. Agrega-se também a discussão acerca do multilateralismo chinês, partindo da perspectiva de Guoguang Wu and Helen Lansdowne de que o multilateralismo com características chinesas tem enfoque regional, multipolar e seletivo, visando um envolvimento intenso nas práticas multilaterais que melhor atendem os interesses da China. A metodologia utilizada é qualitativa e combina a análise dos documentos oficiais da OCX e do BRICS relativos aos processos de criação e expansão de ambos com a revisão bibliográfica. Parte-se da hipótese de que a China tem atuado nesses mecanismos multilaterais por meio da inserção de características e novos membros que reforçam seu papel de liderança e interesses normativos e estratégicos. Esta investigação enquadra-se na agenda de pesquisa sobre o multilateralismo chinês e seus impactos no futuro da governança global, especialmente a ampliar o espaço para os interesses do Sul Global.

Palavras-Chaves: China; OCX; BRICS; Multilateralismo chinês; Sul Global

A DIPLOMACIA DE SAÚDE DA CHINA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE NO PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19

Matheus Lemos Parente (UNICAMP)

Durante a pandemia de COVID-19, a China reposicionou-se como um dos principais provedores de bens públicos globais, especialmente na América Latina e Caribe (ALC), por meio de ações que integraram diplomacia, solidariedade e interesses geopolíticos. A escassez global de equipamentos de proteção individual, testes e vacinas abriu espaço para que Pequim expandisse sua influência na região, por meio da chamada “diplomacia das máscaras” e, posteriormente, da “diplomacia das vacinas”. Desde os primeiros meses da crise sanitária, a China mobilizou embaixadas, empresas e organizações para doar ou vender insumos médicos, como respiradores, máscaras e kits de testagem, a diversos países latino-americanos e caribenhos. Além disso, iniciou parcerias para testagem e distribuição de vacinas, consolidando-se como o principal fornecedor desses imunizantes na ALC (RAY; ALBRIGHT; WANG, 2021).

Destacou-se, nesse processo, a atuação de atores subnacionais e empresariais chineses, que ampliaram a capilaridade da ajuda e fortaleceram laços com governos locais e atores políticos específicos. Simultaneamente, observou-se uma intensa movimentação da paradiplomacia regional, com governos subnacionais latino-americanos buscando ativamente cooperação direta com a China, muitas vezes contornando a mediação dos governos centrais. Ao longo de 2020, a China doou à região mais de 30 milhões de máscaras, 1,5 milhão de kits de testes, além de ventiladores, termômetros infravermelhos, roupas e óculos de proteção (TELIAS; URDINEZ, 2021).

Embora alguns observadores tenham interpretado essas ações como meramente altruístas, parte expressiva da literatura aponta a instrumentalização estratégica da pandemia pela China como meio de ampliar sua projeção internacional e preencher o vácuo de liderança global deixado pelos Estados Unidos. A percepção pública também foi influenciada: enquanto a imagem da China se deteriorava em regiões como Europa e EUA, em razão de sua associação inicial ao surgimento do vírus, na ALC a percepção foi majoritariamente positiva, reforçada pela presença concreta de ajuda médica e tecnológica (IBANEZ, 2020).

Em 2021, com o avanço da vacinação, a China destacou-se como principal fornecedora de imunizantes à região, comercializando mais de 300 milhões de doses, sobretudo das vacinas Sinovac e Sinopharm, com eficácia entre 50,3% e 79% (DESLANDES, 2021).

Apesar dos avanços em cooperação, a pandemia também expôs assimetrias estruturais nas relações sino-latino-americanas, especialmente a dependência regional de insumos médicos chineses. Ainda assim, a atuação da China pode ser interpretada como um momento-chave para consolidar sua imagem como potência solidária e estratégica no reposicionamento geopolítico global (ELLIS, 2021).

Em síntese, a diplomacia da saúde chinesa na ALC durante a COVID-19 representou não apenas uma resposta emergencial, mas uma oportunidade calculada de reforçar laços, expandir influência e moldar narrativas sobre sua liderança no sistema internacional.

Palavras-Chaves: China; América Latina; pandemia; diplomacia das vacinas; geopolítica.

ÁFRICA ORIENTAL NA NOVA ROTA DA SEDA

Ousmane Diao (UNIOESTE)

Esse resumo aborda os interesses estratégicos chinesa na África oriental a través BRI focado em investimentos em infraestrutura e a metodologia baseado em análise qualitativa. A Belt and Road Initiative (BRI), conhecida como Nova Rota da Seda, representa uma das iniciativas geopolíticas e geoeconômicas chinesas do século XXI, em destaque para a África Oriental. Os interesses chineses na região são de natureza estratégicas que vão além da simples cooperação comercial.

Do ponto de vista geopolítico, Nova Rota da Seda segue conceito "Heartland" de Mackinder, que destaca a importância da Eurásia no controle global (KOTZ, 2017), a China visa expandir sua influência regional via parcerias estratégicas, utilizando investimentos, instituições multilaterais geoeconômicas para garantir o acesso a recursos naturais essenciais para seu crescimento econômico (KOTZ, 2017). Na África Oriental, os investimentos chineses em infraestrutura portuária, logística, ferrovias e rodovias, em países estratégicos como o Djibuti é um país estrategicamente importante localizado entre o Mar Vermelho e o Golfo de Áden, abriga a primeira base naval chinesa fora do território, para ajudar no apoio logístico contra piratas e em missões de paz (PAUTASSO, 2016). O Quênia atua como um centro de conexão, utilizando o Porto de Lamu para facilitar a integração do Sudão do Sul e da Etiópia. Essa estratégia envolve diversos projetos de infraestrutura, como a construção de rodovias, ferrovias, aeroportos, refinarias e instalação de cabos de fibra óptica.

A presença da China na Etiópia mostra bem o alcance dos investimentos feitos pela BRI, um exemplo disso é a ferrovia que liga Adis Abeba a Djibouti e outros projetos, esses investimentos integram as novas indústrias de petróleo e gás da África Oriental ao mercado asiático (PAUTASSO, 2016). As Empresas chinesas financiam projetos de infraestruturas na região, criando corredores comerciais importantes para o desenvolvimento regional.

A Nova Rota da Seda Marítima busca consolidar as infraestruturas portuárias e fortalecer corredores comerciais entre o Mar da China Meridional ao Golfo Pérsico e ao Mar Vermelho passando pelo chifre da África (PAUTASSO, 2016). Liu e Dunford (2016) apontam que fora dos benefícios dos projetos chineses na África oriental, há impactos negativos como deslocamento humano, degradação ambiental, o que exige uma gestão responsável para garantir a sustentabilidade.

O cinturão, baseada na construção de infraestrutura para impulsionar novos fluxos e parcerias moldada pelas relações sino-africanas (PAUTASSO, 2016). A África Oriental constitui um modelo de desenvolvimento alternativo ao padrão ocidental, configurando a disputa geopolítica e cooperação sul-sul.

Palavras-Chaves: BRI, China, África Oriental, infraestrutura.

**PASSADO PRESENTE: O NACIONALISMO CHINÊS E OS DESAFIOS À COOPERAÇÃO
TRILATERAL CHINA-JAPÃO-COREIA DO SUL**

Renata Patrícia Silva Moraes (UFPE)

Como o nacionalismo chinês está presente e interfere em suas relações interestatais? Focando-se na presença desse elemento na política externa que a China desenvolve com o Japão e a Coreia do Sul no século XXI, este artigo busca refletir sobre os obstáculos e contradições que surgem nos percursos da cooperação regional, evidenciando como narrativas históricas e tensões geopolíticas se entrelaçam. A proposta é oferecer observações sobre como o nacionalismo chinês se manifesta na política externa regional, tanto em projetos multilaterais quanto em episódios de tensões diplomáticas, afetando de forma direta a dinâmica trilateral sino-nipônico-coreana. Este estudo parte da hipótese de que o nacionalismo chinês — particularmente aquele ancorado na memória histórica do "Século da Humilhação" — opera como vetor discursivo e prático nas decisões de política externa chinesa, dificultando o aprofundamento de laços com seus vizinhos, ao mesmo tempo em que legitima posturas mais firmes ou reativas no cenário regional. A narrativa estatal sobre o Século da Humilhação, que remonta às Guerras do Ópio e à sucessiva dominação estrangeira até a fundação da República Popular em 1949, reforça uma identidade nacional marcada por ressentimentos históricos e uma busca por reparação simbólica. Tal construção histórica é mobilizada tanto no plano doméstico quanto internacional, moldando a forma como a China lida com temas sensíveis, como as disputas territoriais, o revisionismo histórico japonês e os alinhamentos estratégicos da Coreia do Sul.

Ao mesmo tempo, observa-se que essa memória histórica não é apenas um posicionamento institucional: ela também permeia o imaginário popular e se reflete em reações públicas, campanhas midiáticas e diretrizes oficiais. Para analisar essa dinâmica, o artigo se apoia em dados recentes de cooperação trilateral entre 2020 e 2023, na literatura especializada sobre nacionalismo e memória histórica na China, bem como em análises de discursos estatais e iniciativas diplomáticas no contexto da Ásia Oriental. Casos como as disputas por monumentos históricos, os protestos antijaponeses, os atritos em torno da ocupação colonial da Península Coreana e a desconfiança mútua nos fóruns multilaterais demonstram como questões não resolvidas do passado seguem presentes, dificultando a institucionalização plena de uma cooperação regional duradoura. Ao destacar a centralidade da memória histórica na formulação da política externa chinesa e seus efeitos nas relações com Japão e Coreia do Sul, o artigo busca contribuir para os debates sobre identidade nacional, regionalismo asiático e os limites das iniciativas multilaterais em contextos marcados por legados traumáticos, rivalidades ideológicas e disputas por reconhecimento simbólico.

Palavras-Chaves: Nacionalismo chinês; relações trilaterais; China-Japão-Coreia do Sul; política externa

O COMPREHENSIVE NATIONAL POWER EM DIÁLOGO COM AS PREMISSAS DO REALISMO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CONVERGÊNCIAS, TENSÕES E REIFICAÇÃO DO PODER

Sara Kellen dos Santos (UEPB)

Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)

Fábio Nobre (UEPB)

Este trabalho busca investigar: em que medida as características do conceito de Comprehensive National Power (CNP) podem ser associadas às premissas do Realismo nas Relações Internacionais?. Para isso, realiza-se uma revisão da literatura com o objetivo de mapear a produção acadêmica sobre o CNP e, em seguida, relacionar seus principais elementos à tradição teórica realista, com ênfase no neorealismo representado por autores como Kenneth Waltz (2002) e John Mearsheimer (2014). Considerando que o CNP se apresenta como uma métrica capaz de avaliar o poder nacional, a análise recorre ao pensamento desses autores por sua contribuição central à compreensão das dinâmicas de poder no sistema internacional.

A hipótese que orienta este estudo é que, embora o CNP compartilhe fundamentos com o realismo (como a centralidade do Estado, a ênfase nas capacidades materiais e a lógica da competição entre grandes potências), sua estrutura métrica revela também um esforço político deliberado de institucionalizar e legitimar um tipo específico de racionalidade estratégica chinesa, o que o aproxima de uma forma da "Tecnopolítica do poder".

Para ampliar a abordagem e escapar dos limites impostos pelo mainstream teórico, o trabalho incorpora também perspectivas críticas (Gramsci, 2001; Cox, 2005; Strange, 1975), que questionam a naturalização e a mensuração do poder como algo neutro e técnico. A partir dessas perspectivas, argumenta-se que o uso da métrica chinesa do CNP pode promover a reificação de um conceito intrinsecamente político, transformando-o em números e índices (Crocco, 2009; Lukács, 1974; Zhang, 2010). Assim, embora a lógica do CNP dialogue com os pressupostos realistas sobre poder, sua aplicação revela dispositivos estratégicos de quantificação que servem à legitimação de objetivos políticos (Xuetong, 2006; Zhao, 2006). Nesse sentido, o CNP é compreendido como parte do pensamento estratégico chinês, sendo instrumentalizado pelo Estado para orientar e justificar ações políticas no cenário internacional.

Palavras-Chaves: Comprehensive National Power; Realismo; Relações Internacionais; Reificação do poder.

CHINA E MOÇAMBIQUE: AVALIANDO O PAPEL DO FÓRUM DE MACAU E DA BELT AND ROAD INITIATIVE NA PROMOÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO MOÇAMBICANA

Thaysa de Azevedo Cunha (ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa/ CCCM)

O trabalho problematizar as iniciativas multilaterais chinesas, nomeadamente a Belt and Road Initiative (BRI) e o Fórum de Macau, enquanto potenciais catalisadores do desenvolvimento industrial e da integração regional de Moçambique, visando a concretização de um desenvolvimento mais abrangente e sustentado para o país. A BRI é um ambicioso plano que, através de rotas terrestres e marítimas, tem impulsionado a construção de projetos de infraestrutura e investimentos, contribuindo significativamente para o desenvolvimento e a conectividade de nações subdesenvolvidas (mas não somente só) incluindo nações africanas, frequentemente carentes de infraestruturas urbanas adequadas. Por outro lado, o Fórum de Macau é uma plataforma transregional única que busca aproximar o diálogo entre a China e os Países de Língua Portuguesa aumentando as oportunidades de cooperação internacional e parcerias com o governo chinês. China e Moçambique têm vivenciado uma nova era de diplomacia e cooperação econômica, caracterizada pelo afunilamento das suas relações bilaterais e pela intensificação da cooperação Sul-Sul. Espera-se com este estudo atingir uma melhor compreensão das suas dinâmicas contemporâneas e refletir sobre os resultados que podem ser alcançados por Moçambique ao ter aderido a essas grandes iniciativas chinesas. Com relação à natureza da investigação, será maioritariamente qualitativa, com foco no método de revisão da literatura a partir de uma revisão sistemática de artigos científicos e publicações especializadas no tema.

Palavras-Chaves: Moçambique; Cooperação Internacional; Desenvolvimento Econômico; Cooperação Sul-Sul

GT 9 - Iniciação científica - Online - Graduação

COOPERAÇÃO SUL-LESTE ENTRE EGITO E CHINA: O CANAL DE SUEZ COMO PONTO ESTRATÉGICO DA BELT AND ROAD INITIATIVE

Felipe Oliveira (UFRGS)

O presente trabalho busca compreender o papel estratégico do Canal de Suez na parceria entre Egito e China dentro da Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), analisando sua importância para a cooperação bilateral e os projetos desenvolvidos em conjunto. A adesão egípcia à BRI em 2014, coincidindo com a chegada do general Abdul Fatah Al-Sisi ao poder, consolidou essa parceria, que completou uma década com a entrada do Egito no BRICS. Nesse contexto, é fundamental identificar elementos-chave dessa relação, como o papel estratégico do Canal de Suez, que funciona como uma ferramenta de inserção internacional para o Egito e oferece assim ao país, aliado à sua política externa, a possibilidade de buscar parcerias alternativas, garantindo maior autonomia. O estudo foca nos investimentos e projetos resultantes da cooperação, destacando a zona econômica China-Egypt TEDA Suez Economic and Trade Cooperation Zone (TEDA) como sua materialização. A TEDA, em particular, tem se destacado como um dos principais resultados dessa colaboração, atraindo mais de 160 empresas e gerando milhares de empregos locais. A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em levantamento bibliográfico, análise documental de pronunciamentos oficiais e coleta de dados sobre comércio e investimentos, utilizando fontes oficiais e secundárias, como notícias e comunicados referentes ao objeto de estudo. A partir da coleta parcial de dados, é possível afirmar que a parceria Egito-China na Iniciativa do Cinturão e Rota tem gerado um impacto significativo na região de Suez, especialmente através de investimentos em infraestrutura e seu desenvolvimento vem consolidando o canal como corredor estratégico e ferramenta de inserção internacional para o Egito, na busca por uma diversificação de seus parceiros internacionais. A partir da análise desse caso, o trabalho busca interpretar como a China constrói alianças com potências regionais do Sul Global, integrando-as à sua malha logística e comercial, ao mesmo tempo em que favorece sua projeção como potência global. Dessa forma, ao analisar a relação sino-egípcia, a pesquisa contribui para os estudos sobre a China no Brasil ao oferecer um exemplo comparativo que permite pensar como outras potências regionais em desenvolvimento — como o próprio Brasil — têm buscado adaptar suas estratégias de inserção internacional diante do avanço das iniciativas chinesas, com destaque para a BRI. Estudar a experiência egípcia fornece subsídios relevantes para compreender os desafios e possibilidades do engajamento brasileiro com a China no cenário internacional contemporâneo.

Palavras-Chaves: Relações Egito-China; Cooperação Sul-Leste; Belt and Road Initiative; Canal de Suez.

**SISTEMA DE CONFORTO NA CHINA: IMPERIALISMO JAPONÊS E PERSPECTIVAS
FEMININAS EM TESTEMUNHO (1931-1945)**

Isabella Padula (IFCH - UNICAMP)

Rozely Menezes Vigas Oliveira (IFCH - UNICAMP)

A presente comunicação almeja apresentar a pesquisa, ainda em desenvolvimento, que busca analisar e compreender as denúncias de doze mulheres chinesas sobre o comfort system instaurado em diversos países da Ásia, que estiveram sob a dominação imperial japonesa durante o período intitulado Segunda Guerra Sino-japonesa. As denúncias, utilizadas como fonte inicial da pesquisa, encontram-se no livro dos pesquisadores chineses Su Zhiliang e Chen Lifei, intitulado “Chinese Comfort Women Testimonies from Imperial Japan’s Sex Slaves”. Outras obras utilizadas para compreensão da tradição intelectual feminina, e entendimento da subjetividade do ser mulher na sociedade em que as testemunhas estão inseridas são: Lições para Mulheres, de Ban Zhao, Analectos para Mulheres, das Irmãs Song, As Mulheres Imperiais Ming: A Imperatriz Renxiaowen e os Ensinamentos para a Corte Interna, Registros curtos de modelos para mulheres. Como metodologia, o projeto conta com o conceito de testemunho desenvolvido por Márcio Seligmann-Silva, para compreender os testemunhos como resultado de um processo pós-traumático e reivindicatório das mulheres que vivenciaram tamanha violência. Na execução da pesquisa, foram desenvolvidas tabelas comparativas com dados levantados nas entrevistas, mapeando as experiências das mulheres e incentivos de guerra japoneses como algo financiado pelo Estado - combatendo o negacionismo acerca das violências no período; além de traduções diretas do idioma original para o português, a fim de aproximar as informações e intenções das vítimas para pesquisas realizadas no Brasil. Considerando que a pesquisa encontra-se no quadro reivindicatório de responsabilização das violências institucionalizadas e crimes de guerra cometidas pelo Estado Japonês, é possível analisar a extensão da violência imperialista sobre os corpos marginalizados e subjugados dessas mulheres chinesas. Portanto, resgatar suas vozes silenciadas por meio de testemunhos torna-se fundamental para evidenciar a exploração sistêmica: além da humilhação individual, o domínio dos corpos femininos seria parte das estratégias imperialistas de humilhação da soberania chinesa em seu território.

Palavras-Chaves: Mulheres de conforto; Segunda Guerra Sino-japonesa; Testemunho; Corpos subjugados; Confucionismo

**A NOVA ROTA DA DEPENDÊNCIA? A CHINA, O CORREDOR DE LOBITO E
A DISPUTA POR MINERAIS CRÍTICOS NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA
(2023–2025)**

Jorge André Silva Oliveira Júnior (UEPB)

Alexandre César Cunha Leite (UEPB)

Antônio Juan Gonçalves Chaves (UEPB)

O artigo investiga a atuação da China no Corredor de Lobito (Angola), entre 2023 e 2025, como parte de uma estratégia mais ampla de acesso a minerais críticos essenciais à transição energética global. A pesquisa insere-se nos debates sobre a crescente inserção chinesa na África e suas implicações econômicas, ambientais e geopolíticas. O Corredor de Lobito — revitalizado com apoio chinês — integra ferrovia, porto e áreas de mineração, configurando-se como um eixo logístico fundamental para a exportação de recursos como cobre e cobalto, articulando o interior do continente africano ao Oceano Atlântico.

A abordagem metodológica é qualitativa, combinando estudo de caso com a técnica de process tracing, com o objetivo de rastrear os vínculos causais entre investimentos chineses em infraestrutura e os efeitos sobre a inserção angolana nas cadeias globais de valor. A pesquisa utiliza revisão bibliográfica, análise documental e dados secundários de organismos internacionais como o Banco Mundial, a UNCTAD e a Agência Internacional de Energia (IEA). O referencial teórico articula a teoria da dependência, os estudos sobre infraestrutura como instrumento de poder geopolítico (Cowen) e os debates sobre neocolonialismo energético.

Parte-se da hipótese de que, ao consolidar o Corredor de Lobito como rota estratégica para o escoamento de minerais críticos, a China assegura sua hegemonia na transição energética global. Embora isso possa gerar ganhos econômicos localizados para Angola, o processo tende a reforçar padrões extrativistas, assimetrias estruturais e novas formas de dependência tecnológica e econômica. Assim, o estudo propõe uma reflexão crítica sobre os efeitos de longo prazo dessas parcerias sino-africanas no contexto da transição energética e da reconfiguração das hierarquias no sistema internacional.

Palavras-Chaves: China; Angola; minerais críticos; transição energética; infraestrutura geopolítica.

DO CAPÍTULO DIÁRIO AO RECONHECIMENTO: WEBNOVELS CHINESAS E RECEPÇÃO NO BRASIL

Lucas de Souza Sartori (Unesp FFC)

Luís Antônio Francisco de Souza (Unesp FFC)

A pesquisa investiga as web novels chinesas e sua recepção em português no Brasil, tratando o objeto como fenômeno de mediação sociotécnica e de circulação transnacional que reordena posições e critérios de valor no campo cultural. Web novels são romances seriais publicados online em plataformas de leitura na China, com capítulos curtos e alta frequência de atualização; sua visibilidade é regulada por sistemas de recomendação, rankings e métricas públicas de engajamento, e a monetização combina assinaturas e pagamento por capítulo, em plataformas como Qidian/China Literature (Tencent) e JJWXC. Pergunta-se em que medida e por quais mediações a tradução e a circulação em português, sustentadas por coletivos de leitores-tradutores, sites e servidores, produzem modos socialmente situados de conhecer e interpretar a China e, ao mesmo tempo, deslocam mecanismos de legitimação que organizam reconhecimento e prestígio literário no Brasil. A hipótese propõe que essa aproximação resulta da articulação entre paratextos colaborativos que organizam sentidos para gêneros e noções recorrentes no universo narrativo (wuxia, xianxia, xuanhuan, danmei, cultivo, qi), da exposição continuada gerada pela serialidade intensiva e pela curadoria algorítmica, que transforma regularidade de publicação, responsividade e métricas de atenção em sinais comunitários de qualidade, e de práticas coletivas de leitura e busca contextual que conectam a ficção a referências históricas, culturais e midiáticas. A abordagem é exploratória e combina revisão bibliográfica em sociologia da cultura e das plataformas com netnografia de observação não participante em espaços de circulação e debate em português, como Novel Mania, Wattpad-PT e servidores de Discord e Telegram; inclui análise qualitativa de paratextos de tradução e de sistemas de classificação, bem como mapeamento descritivo de práticas de monetização afetiva, como doações e acesso antecipado. Adota-se amostra intencional e delimitada de títulos e tópicos observados entre 2024 e 2025, com registros em notas de campo e capturas de tela. Assim, o estudo oferece descrição sociológica dos mecanismos de circulação, inteligibilidade e valoração local da ficção seriada de plataformas chinesas no Brasil e examina como mediações sociotécnicas e paratextuais tornam essa produção inteligível e produzem reconhecimento; nesse quadro, a leitura dessas obras é compreendida como prática contínua e ordinária de construção de conhecimento e de aproximação à China.

Palavras-Chaves: web novels, ficção seriada, tradução de fãs, circulação transnacional, sociologia da cultura

OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELOS INVESTIMENTOS CHINESES EM TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NORDESTE: OS IMPACTOS NOS ESTADOS DO CEARÁ, PARAÍBA E RIO GRANDE DO NORTE

Nicole Cavalcante de Oliveira (UEPB)

Alexandre César Cunha Leite (UEPB)

A transição da geração energética baseada em combustíveis fósseis para fontes energéticas renováveis tem crescido continuamente nas últimas duas décadas do século XXI. Nesse sentido, a China se insere como liderança nos debates da pauta de proteção ambiental, articulando a transição da geração de energias baseadas em combustíveis fósseis para fontes de energias renováveis e estabelecendo relações cooperativas com o Brasil, que possui fatores geográficos favoráveis para a sustentabilidade energética, especialmente na região do nordeste. Dessa forma, a parceria sino brasileira para efetuar a transição energética foi formalizada com os investimentos chineses e a implantação efetiva dos parques eólicos na região brasileira. Entretanto, mesmo que as energias renováveis sejam menos poluentes do que as energias geradas a partir de combustíveis fósseis, não é completamente limpa e é necessário reconhecer que seu uso também produz impactos socioambientais e zonas de sacrifício. Ademais, a ênfase na pauta ambiental por parte das lideranças chinesas vêm gerando questionamentos sobre o chamado “imperialismo ecológico”, visto que o padrão da extração dos recursos pela China em território brasileiro se assemelha a padrões anteriormente realizados por nações imperialistas e a cooperação sino-brasileira é dotada de características de trocas ecológicas desiguais. Portanto, essa pesquisa é guiada pelo questionamento de quais os impactos na criação de zonas de sacrifício dos investimentos chineses? Enquanto busca analisar como os investimentos em energia renovável realizados pela China direcionados aos estados do Ceará, da Paraíba e Rio Grande do Norte tem afetado o meio ambiente e as populações locais que vivem nos arredores desses parques eólicos, além de criar zonas de sacrifício.

Palavras-Chaves: China; nordeste brasileiro; investimentos; transição energética; energias renováveis.

VEÍCULO ELÉTRICO COMO UM ATIVO POLÍTICO: ESTRATÉGIAS PROATIVAS DA CHINA E REATIVAS DO BRASIL

Daniel Graubart Agoston (FGV-SP)

A mobilidade elétrica emerge como solução adequada à reconfiguração das agendas políticas e econômicas globais. Este artigo analisa a eletrificação do setor automotivo, impulsionada por imperativos ambientais como o Acordo de Paris e o European Green Deal, pela busca por segurança energética e por uma nova corrida por hegemonia tecnológica. Argumenta-se que a posse de commodities estratégicas, como a capacidade produtiva dos veículos elétricos e suas baterias, garante poder geoeconômico aos países. Desse modo, Estados diminuem a dependência em outra commodity chave: o combustível fóssil.

No entanto, essa transição enfrenta um desafio estrutural: a descentralização da cadeia produtiva. A fabricação de veículos elétricos (VEs) transcende a simples montagem, dependendo de uma complexa simbiose de setores. A etapa a montante é caracterizada pela extração de minerais como lítio e cobalto, com reservas concentradas em países específicos. A etapa intermediária envolve a produção dos veículos, e à jusante foca na infraestrutura de recarga. Essa configuração exige uma coordenação público-privada robusta para direcionar políticas e investimentos.

O trabalho contrasta com as estratégias adotadas por dois países: a China e o Brasil. A China é apresentada como um exemplo de estratégia proativa, utilizando da intervenção estatal para criar um ecossistema de oferta e demanda e consolidar-se como o centro tecnológico e produtivo global de VEs. Em contrapartida, o Brasil adota uma postura reativa. Historicamente ligado aos biocombustíveis, o país enfrenta pressões internacionais e a entrada de veículos elétricos chineses no mercado, mas mantém uma ambiguidade institucional. Essa postura privilegia o etanol sob o termo "eficiência energética", o que flexibiliza metas e estagna uma transição mais acelerada para a mobilidade elétrica.

Em síntese, o artigo demonstra como a ascensão da mobilidade elétrica é um fenômeno complexo, moldado por dinâmicas políticas, econômicas e tecnológicas. As diferentes estratégias de nações como a China e o Brasil ilustram os desafios e oportunidades de se posicionar nesse novo cenário, destacando a complexa relação entre interesses domésticos e tendências globais.

Palavras-Chaves: Veículo elétrico; Políticas públicas; Sustentabilidade; China; Brasil;

A SEGURANÇA ENERGÉTICA CHINESA E OS INVESTIMENTOS EM ENERGIA RENOVÁVEL NO NORDESTE

Ruth França Ferreira (UEPB)

Alexandre César Cunha Leite (UEPB)

Esse artigo visa analisar os impactos das políticas de segurança energética da República Popular da China no cenário de energias renováveis e transição energética do Nordeste brasileiro. Desde as crises do petróleo na segunda metade do século XX, a segurança energética tornou-se uma área de suma relevância mundialmente (Eiras, 2013). Nesse sentido, o governo chinês tem voltado suas estratégias de segurança energética ao desenvolvimento de energias renováveis, tornando-se uma liderança nesse setor e expandindo sua atuação internacional. Com isso, pretende-se verificar a proporção dos investimentos chineses no setor de energias renováveis, principalmente solar e eólica, no Nordeste do Brasil, associando esses interesses econômicos na região com as políticas de segurança energética chinesa e a transição energética.

Palavras-Chaves: Segurança energética; China; Energias renováveis; Transição energética; Nordeste.

**INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO: O PAPEL DO PROGRAMA DE LÍNGUA CHINESA DO
INSTITUTO CONFÚCIO NA RELAÇÃO ENTRE PROFESSORES CHINESES E ESTUDANTES
BRASILEIROS EM SÃO LUÍS/MA**

Levy Santos Lima (UFMA)

Hélder Machado Passos (UFMA)

Ainda que o mandarim seja uma língua distante da realidade linguística brasileira, o interesse crescente por sua aprendizagem está associado não apenas a expectativas de inserção no mercado global, mas também à curiosidade pela cultura chinesa. Nesse cenário, o Instituto Confúcio em São Luís, capital do Maranhão, representa uma via estratégica de aproximação internacional. A pesquisa propõe, nesse sentido, investigar as relações interculturais estabelecidas entre 老师 (professores, chineses) e 学生 (estudantes, brasileiros) no contexto local.

Instalada em 2018 no Casarão Tech Renato Archer, a unidade resulta da parceria entre o Governo do Estado, Prefeitura de São Luís, Unesp e UFMA (SRI, 2021). Sua missão é fomentar o conhecimento da língua e cultura chinesas em nível global, promovendo cooperação e vínculos afetivos duradouros com países parceiros (Orfanò; Jin, 2021). Para tanto, conta com a presença de professores nativos, estudantes de pós-graduação enviados por meio da parceria com a Hubei University.

Esses docentes chegam com pouco ou nenhum domínio do português. Ainda assim, o Instituto Confúcio em São Luís proporciona um ambiente de trocas que vão além da linguagem. Trata-se de um espaço focado na construção simbólica da amizade de pessoas de diferentes culturas unidas em um propósito educacional. Nessa perspectiva, a educação intercultural não é pensada como mera valorização da diferença, mas como construção compartilhada, dialógica e aberta à transformação de todos os envolvidos (Candau, 2008).

A metodologia da pesquisa é qualitativa e se apoia em entrevistas com professoras que lecionam atualmente e que já lecionaram, além da experiência direta do autor enquanto 汉语 学生 (estudante de chinês) e interlocutor das atividades do Instituto. Ademais, conta com abordagem teórica sobre educação intercultural proposta por Santos (2010), alicerçada na bibliografia de Orfanò e Jin (2021) e Candau (2008).

Assim, ao se inserir nos Estudos sobre a China no Brasil, o trabalho propõe uma reflexão sobre como as iniciativas de internacionalização do ensino, promovidas por meio do Instituto Confúcio, atuam como pontes interculturais que transcendem os limites da sala de aula, resultando em vínculos afetivos profundos entre 老师 e 学生.

Palavras-Chaves: Interculturalidade; Educação; Mandarim; Brasil.

O CONCEITO DE CIVILIZAÇÃO ECOLÓGICA DA CHINA: UMA REAÇÃO CONTRADITÓRIA AO UNILATERALISMO AMBIENTAL DOS ESTADOS UNIDOS

Jandir Oliveira Alves Junior (UFPI)

Raimundo Jucier Sousa de Assis (UFPI)

As mudanças climáticas tornam-se, cada vez mais, parte das disputas na geopolítica internacional, moldando relações, alianças e conflitos mundiais. De forma mais recente, em meio a tantas propostas e acordos, a geopolítica chinesa, de Xi Jinping, e a geopolítica da extrema-direita norte-americana, de Donald Trump, travam uma guerra sobre o projeto ambiental para o restante do novo milênio. Assim, este artigo analisa como as propostas do unilateralismo ambiental, defendida pelos Estados Unidos, e de civilização ecológica, sugerida como ação multilateralista pela China, inserem-se como duas correntes em disputa que ganham arena na rivalização da geopolítica contemporânea. Em termos metodológico, a pesquisa se organiza em quatro eixos operacionais: o primeiro bibliográfico, estado da arte sobre o unilateralismo norte-americano e o conceito multilateral de civilização ecológica; o segundo documental, levantamento e análise do Acordo de Paris, dos discursos oficiais de Trump e Xi Jinping (2017-2025), dos acordos bilaterais e de dados estatísticos sobre as economias nacionais dos Estados Unidos e da China; e, por fim, o terceiro jornalístico, com a finalidade em capturar mais discursos dos chefes de Estado sobre as mudanças climáticas e o Acordo de Paris. Em suma, entendemos o conceito de civilização ecológica, proposto pela China, como uma reação multilateralista a tradição do unilateralismo ambiental realizado pelos Estados Unidos, ou seja, uma concepção que conclama o mundo a pensar um projeto geopolítico e geoeconômico ambiental que não agrave as mudanças climáticas.

Palavras-Chaves: Estados Unidos; China; Unilateralismo; Multilateralismo; Mudanças Climáticas;

A CHINA E A COOPERAÇÃO SUL-SUL NO CONTINENTE AFRICANO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O FÓRUM DE COOPERAÇÃO CHINA-ÁFRICA (FOCAC)

Isabella Welker Antoni (PUC-SP)

O Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) surgiu em 2000 com o Programa de Cooperação China-África em Desenvolvimento Econômico e Social, durante a Primeira Conferência. No evento, Pequim e os países africanos concordaram em estabelecer mecanismos de acompanhamento conjuntos para conduzir avaliações regulares sobre a implementação das ações que foram previstas no Fórum (VADELL et al., 2013). Com o passar dos anos, o Fórum passou a ser responsável por viabilizar investimentos chineses de grande magnitude no continente, para além de promover projetos de infraestrutura e cooperação política (FOCAC, 2009). Nesse sentido, o FOCAC se tornou um mecanismo de cooperação pragmática e a principal plataforma de diálogo coletivo sino-africano (FOCAC, 2006), possuindo suma importância geopolítica. Entende-se que o Fórum pode ser compreendido enquanto um dispositivo de influência regional de Pequim, proporcionando diversos ganhos geopolíticos, reputacionais e comerciais para a China. Por isso, as potências ocidentais são diretamente afetadas pelo FOCAC, uma vez que os empréstimos comerciais chineses impactam o poder do FMI nos países africanos ao desafiar a base material desse poder (MALM, 2016, p. 13). O FOCAC também dá continuidade aos princípios estruturantes da Política Externa chinesa ao defender a ideia de China Única e buscar uma contribuição chinesa na governança global, visando reformar a Ordem Internacional Liberal (GOLDSTEIN, 2020) Além disso, a presença de Pequim nos países africanos acompanha as tentativas chinesas de projeção global, pautadas por interesses relacionados à expansão do mercado, sustentação da cadeia produtiva e aumento diplomático do poder do Estado, a fim de adquirir autoridade no ambiente internacional. Ademais, o FOCAC tem êxito ao assegurar a convergência de interesses substanciais de ambas as partes, já que a busca chinesa pela expansão de seus mercados, emprego de sua capacidade produtiva excedente e pela consolidação de rotas logísticas, vão de encontro com a necessidade africana de construção de infraestruturas. A não imposição de condicionalidades políticas e respeito a soberania dos países beneficiários também são essenciais para a África, devido a décadas de condicionalidades e interferências ocidentais, fazendo com que os países possam escolher como utilizar seus recursos. Os investimentos em segurança feitos pela China também ajudam a fortalecer a segurança regional africana (FOCAC, 2025), e consolidam ainda mais a presença chinesa no continente. Ainda, há uma retórica discursiva comum, já que a promoção da cooperação entre dois países do Sul Global fortalece alianças no Sistema Internacional. À luz disso, o objetivo deste trabalho é pesquisar as Políticas de Cooperação Sul-Sul oferecidas pela China na África através do FOCAC, com enfoque nos projetos ofertados pela parte asiática. Há também o foco nos interesses e nos ganhos chineses acerca dessa cooperação, e nas diversas discussões que permeiam a relação sino-africana atual. A pesquisa é baseada em um estudo de caso exploratório, descritivo e analítico, através de uma abordagem interpretativa e qualitativa com uso de fontes primárias e secundárias. Complementar a isso, o método histórico dialético se fez o mais adequado para a realização de uma contextualização histórica e, posteriormente, o entendimento dos interesses chineses envolvidos.

Palavras-Chaves: Cooperação Sul-Sul; FOCAC; China; Política Externa

"A POLÊMICA SOBRE O MODO DE PRODUÇÃO CHINÊS E SUAS CARACTERÍSTICAS: UMA ANÁLISE DA LITERATURA"

Theo Teixeira Mazina Martins (IE UNICAMP)

Bruno De Conti (IE UNICAMP)

A China tem se tornado um tema cada vez mais relevante nas ciências sociais enquanto objeto de estudo. Em especial na discussão literária no que diz respeito à caracterização do modo de produção vigente na China, a bibliografia é ampla, difusa e heterogênea - sobretudo na compreensão das relações entre as categorias institucionais de "estado" e "mercado". O seguinte artigo visa analisar uma parte da bibliografia relevante que caracteriza o sistema econômico chinês enquanto capitalista ou socialista e suas variantes. O intuito da pesquisa de categorizar e diferenciar esses entendimentos, por vezes antagônicos, sobre o modo de produção chinês, é também o de auxiliar na compreensão da forma com a qual a dinâmica das forças internas dessa potência emergente pode influenciar no futuro do país e do mundo. Dessa forma, a metodologia consistiu na extensa análise das principais caracterizações desse modelo. Nesse sentido, concluiu-se que o escopo da análise devia limitar-se a uma revisão bibliográfica de visões relevantes. Além de sistematizar as visões dos diferentes autores, julgou-se imprescindível desenhar pontos de convergência e divergência entre as análises, explicando os argumentos que fundamentam cada visão. A obtenção de diversidade de fundamentos teóricos foi um dos principais objetivos perseguidos durante o delineamento das caracterizações a serem analisadas. A construção de um panorama sobre as caracterizações do modelo chinês mostra-se de grande importância na medida em que oferece, ou se dispõe a oferecer, uma breve síntese das muitas respostas àquelas que parecem ser algumas das grandes perguntas do século XXI: do que nós estamos falando quando designamos tal formação social como capitalista ou socialista? A formação socioeconômica chinesa é realmente, como tudo parece indicar, a grande amálgama dessas duas distintas formações? E se é, para qual dos lados ela aponta prioritariamente (ou tendencialmente)?

Palavras-Chaves: "Economia política", "Economia mista", "modo de produção", "socialismo", "capitalismo".

**A IMAGEM INTERNACIONAL DA REPÚBLICA POPULAR CHINESA NOS TURBILHÕES DAS
DISPUTAS INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE DA REVISTA "CHINA RECONSTRUCTS" NOS
ANOS DE 1966 A 1968..**

Guilherme Yoshioka (UNICAMP)

Este projeto de pesquisa buscou analisar as publicações da revista China Reconstructs, fundada pela revolucionária Soong Ching Ling, no período entre 1966 e 1968. Este período foi marcado pelo início da Revolução Cultural²³, evento que escancara o ápice de uma disputa interna no Partido Comunista Chinês (PCCh), que, segundo Mao, opunha uma "linha" que visava aprofundar o socialismo (representada por ele e Zhou Enlai) a outra que buscava manter um estado de capitalismo (representada por Deng Xiaoping e Liu Shaoqi). Mao utilizou a "linha de massas" para mobilizar a população e combater o que ele considerava elementos "revisonistas" e burgueses na sociedade chinesa. Internacionalmente, a China também buscou liderar o movimento socialista global. Após um período de aliança com a União Soviética, as relações se deterioraram em 1956 resultando no cisma sino-soviético⁴. Mao acusou a URSS de "revisonismo" por adotar a "coexistência pacífica" com os EUA, classificando-a como uma potência "social-imperialista". Nesse contexto, a China se posicionou como uma alternativa para os países do Terceiro Mundo, buscando liderar a luta contra o "imperialismo" americano e o "social-imperialismo" soviético.

A pesquisa buscou investigar de que forma os elementos dessa conjuntura apareciam na revista, e verificar como a revista constituiu uma imagem da China a partir dos diversos eventos ocorridos. Ao analisar as publicações entre 1966 e 1968, notou-se que a revista atuou como um veículo de propaganda, alinhado à linha política de Mao e Zhou Enlai. A análise revelou que a China Reconstructs reivindicava a Revolução Cultural e a figura de Mao como responsáveis pelas grandes conquistas do povo chinês como avanços industriais, educacionais, científicos, sociais, etc. A revista buscava, dessa forma, aproximar a realidade chinesa à dos países do Terceiro Mundo, posicionando o pensamento de Mao como a solução para a luta anticolonial. Para tanto, a revista se utilizava de artigos, elementos culturais, circulares políticas e "cartas dos leitores" em busca da consolidação desta linha, que durante o processo da pesquisa foram organizados em planilhas a partir de tipos textuais, palavras-chave como "revolução cultural", "revisonismo", "terceiro mundo", autores e data de publicação.

A pesquisa conclui que a China Reconstructs projeta uma imagem da RPC, da Revolução Cultural e do pensamento de Mao Zedong como alternativas políticas e ideológicas para as grandes disputas internacionais vividas em meio a Guerra Fria, e, de forma dialética, a revista também contribuiu para edificar uma imagem de Mao e de seu projeto político como o "correto" para liderar a China.

Palavras-Chaves: História da China; Revolução Cultural; Imprensa; Cisma Sino-Soviético; Terceiro Mundo



RBChina



UFMG



CEBC



PUC- Minas e Rede Brasileira de Estudos da China apresentam:

9º SEMINÁRIO PESQUISAR CHINA CONTEMPORÂNEA

& 7º Encontro da Rede Brasileira de Estudos da China

6 a 8 de outubro de 2025

PUC - Minas

mais informações:

<https://rbchina.com.br>

@rbchinaoficial

@pesquisarchina

@pucminas

